

# REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE VILA DE REI

## RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANEAMENTO MUNICIPAL

abril 2016

Município de Vila de Rei | lugar do plano - gestão do território e cultura, lda.





**ÍNDICE:**

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>5</b>
<b>2. O PLANO DIRETOR MUNICIPAL EM VIGOR.....</b>	<b>6</b>
2.1. Justificação da revisão do PDM de Vila de Rei .....	10
<b>3. EVOLUÇÃO DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS .....</b>	<b>14</b>
3.1. Demografia .....	14
3.2. Habitação .....	21
3.3. Economia .....	34
3.4. Educação.....	37
<b>4. DINÂMICA DA EXECUÇÃO TEMÁTICA.....</b>	<b>39</b>
4.1. Instrumentos de Gestão Territorial.....	39
4.2. Rede Viária e Transportes .....	42
4.3. Equipamentos Coletivos .....	50
4.4. Património .....	57
4.5. Parque Urbano.....	59
4.6. Promoção Empresarial .....	66
4.7. Turismo .....	71
4.8. Infraestruturas .....	73
4.8.1. Abastecimento de Água.....	73
4.8.2. Rede de Saneamento de Águas residuais .....	82
4.8.3. Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos.....	87
<b>5. DINÂMICA URBANÍSTICA.....</b>	<b>92</b>
5.1. Expressão Territorial dos Processos de Obras Particulares .....	101
<b>ANEXOS.....</b>	<b>111</b>
<b>ANEXO I.....</b>	<b>112</b>
<b>ANEXO II.....</b>	<b>113</b>



# 1. INTRODUÇÃO

O presente relatório tem como objetivo a exposição fundamentada da avaliação da execução do planeamento municipal preexistente e de identificação dos principais fatores de evolução do município, conforme dispõe o n.º 3 do artigo 21.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro.

Tal desiderato surge da necessidade de dar reinício ao processo de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Vila de Rei de acordo com a deliberação da reunião camarária de 6 de outubro de 2015, tendo a Câmara Municipal comunicado à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR) o teor da mesma e solicitado a marcação de uma reunião preparatória, por via de ofício n.º 1529, de 13 de outubro de 2015, de acordo com o n.º 1 do artigo 3.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro. Este mesmo artigo estabelece que para que se possa proceder à realização da reunião preparatória a deliberação de câmara deverá ser acompanhada do relatório de estado do ordenamento do território (REOT).

Uma vez que se trata de um processo de revisão em curso e a Câmara Municipal de Vila de Rei não dispõe de REOT, a deliberação da Câmara Municipal deve ser acompanhada por um relatório fundamentado de avaliação da execução do planeamento municipal preexistente e de identificação dos principais fatores de evolução do município, conforme dispõe o n.º 3 do artigo 21.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro.

## 2. O PLANO DIRETOR MUNICIPAL EM VIGOR

O PDM de Vila de Rei foi ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/95, de 5 de janeiro, e publicado no Diário da República, 1.ª série-B, n.º 82, de 6 de abril de 1995.

Em 19 de dezembro de 1997 a Assembleia Municipal de Vila de Rei aprovou a suspensão parcial do PDM e o estabelecimento de normas provisórias para a respetiva área. A suspensão parcial do Plano foi ratificada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/98, de 26 de março de 1998 e publicada no Diário da República, 1.ª série-B, n.º 92, de 20 de abril de 1998. A suspensão foi motivada pelo facto de o município ter pretendido a instalação de equipamento, indústria, comércio e serviços na zona do Carrascal, numa área abrangida na planta de ordenamento pelas classes de espaço de reserva para equipamentos verdes de proteção, florestais de produção e florestais de reconversão. Essa área estava abrangida pelo Plano de Urbanização (PU) de Vila de Rei, que há data, se encontrava em elaboração, tendo-se verificado a necessidade de evitar a alteração das circunstâncias e das condições existentes, por forma a não comprometer a execução futura do PU, tendo-se para o efeito estabelecido normas provisórias pelo prazo de dois anos ou até à entrada em vigor do PU.

Desde a entrada em vigor, o PDM foi sujeito a duas alterações a nível regulamentar, a saber:

- 1.ª Alteração de Pormenor. Declaração n.º 280/99, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 210, de 8 de setembro de 1999.

A alteração incidiu sobre a profundidade das edificações habitacionais dos Espaços Urbanos e dos Aglomerados Rurais passando de 12 m para 15 m.

- 2.ª Alteração Regime Simplificado. Deliberação n.º 1295/2003, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 198, de 28 de agosto de 2003.

Consistiu na substituição da designação do índice de acordo com o vocabulário do ordenamento do território publicado pela Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) - atual Direção Geral do Território (DGT).

Considerando, a Câmara Municipal de Vila de Rei inadequadas as disposições consagradas no PDM, deliberou, proceder à sua revisão em reunião de 23 de novembro de 2001. Por conseguinte, procedeu-se à publicitação da deliberação municipal de revisão do PDM de Vila de Rei por intermédio do Edital n.º 93/2002, publicado no Diário da República, Apêndice N.º 22 – II Série – N.º 54, de 5 de março de 2002.

A tramitação da abertura do processo de revisão ocorreu à luz da Lei n.º 48/98, de 11 de agosto, alterada pela Lei n.º 54/2007, de 31 de agosto - Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo<sup>1</sup> e consequente regulamentação, através do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial<sup>2</sup>, onde relativamente à dinâmica de alteração, revisão e suspensão dos instrumentos de gestão territorial<sup>3</sup> referia que:

- A alteração dos instrumentos de gestão territorial podia decorrer:
  - Da evolução das perspetivas de desenvolvimentos económico e social que lhes estão subjacentes e que os fundamentam, desde que não ponham em causa os seus objetivos globais;
  - Da ratificação de planos municipais ou da aprovação de planos especiais de ordenamento do território que com eles não se compatibilizem;
  - Da entrada em vigor de leis ou regulamentos que colidam com as respetivas disposições ou que estabeleçam servidões administrativas ou restrições de utilidade pública que afetem as mesmas.
  
- A revisão dos planos municipais e especiais de ordenamento do território decorre da necessidade de atualização das disposições vinculativas dos particulares contidas nos regulamentos e nas plantas que os representem.
  
- A suspensão dos instrumentos de gestão territorial pode decorrer da verificação de circunstâncias excecionais que se repercutam no ordenamento do território pondo em causa a prossecução de interesses públicos relevantes.

Referia ainda, que a revisão dos planos especiais e dos planos municipais de ordenamento

---

<sup>1</sup> Revogada pela Lei n.º 31/2014, de 30 de maio

<sup>2</sup> Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 53/2000, de 7 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 310/2003 de 10 de dezembro, pela Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, pela Lei n.º 56/2007, de 31 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 46/2009 de 20 de fevereiro, revogado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

<sup>3</sup> Artigo 93.º do Decreto-Lei n.º 316/2007, de 16 de setembro.

do território podia decorrer <sup>4</sup>:

- Da necessidade de adequação à evolução, a médio e longo prazo, das condições económicas, sociais, culturais e ambientais que determinaram a respetiva elaboração, tendo em conta os relatórios de avaliação da execução dos mesmos;
- De situações de suspensão do plano e da necessidade da sua adequação à prossecução dos interesses públicos que a determinaram.

Além do mais os PDM eram obrigatoriamente revistos decorrido que seja o prazo de 10 anos após a sua entrada em vigor ou a sua última revisão.

No entanto, tendo decorrido cerca de catorze anos desde a deliberação de 2002 que deu início à revisão do PDM, o mesmo ainda não foi concluído, pese embora o seu avançado estado de elaboração.

Nesse sentido, foi auscultada a CCDRC quanto à continuação do processo de revisão do PDM, bem como da formalização da composição e constituição da Comissão Consultiva (CC) destinada ao seu acompanhamento, em reunião realizada para o efeito em 22 de setembro de 2015.

No seguimento, a Câmara Municipal elaborou uma proposta de reinício do processo de revisão do PDM de Vila de Rei, tendo sido a mesma presente a reunião de Câmara de 6 de outubro de 2015. A proposta foi alvo de análise tendo sido aprovada por unanimidade pelo Executivo Camarário, em concreto:

- i) Dar continuidade ao processo de revisão do PDM de Vila de Rei,
- ii) Estabelecer um prazo de 15 dias para que os interessados possam formular sugestões e apresentar pedidos de informação sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento de revisão do PDM de Vila de Rei e
- iii) Solicitar junto da CCDRC a marcação de uma reunião preparatória destinada a elaborar uma proposta para a composição da CC para acompanhamento da revisão do PDM de Vila de Rei e respetiva constituição.

---

<sup>4</sup> Artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 316/2007, de 16 de setembro.

Nos termos do n.º 1 do artigo 3.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro, a Câmara Municipal de Vila de Rei comunicou à CCDRC o teor da deliberação que determinou dar continuidade ao procedimento de revisão do PDM, tendo sido realizada a reunião preparatória em acordo com o artigo 4.º da mesma Portaria.

Desta reunião entre as partes resultou a composição da CC a qual foi constituída pelo Despacho n.º 3330/2016, de 4 de março de 2016. A CC da Revisão do PDM de Vila de Rei é constituída por:

- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro que preside;
- Câmara Municipal de Vila de Rei;
- Assembleia Municipal de Vila de Rei;
- Agência Portuguesa do Ambiente, I. P./Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste;
- Autoridade Nacional de Proteção Civil;
- ANACON – Autoridade Nacional de Comunicações;
- Instituto Português do Desporto e da Juventude, I. P.;
- Direção-Geral de Energia e Geologia;
- Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares/Direção de Serviços da Região Centro;
- Direção-Geral do Território;
- Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro;
- Direção Regional da Cultura do Centro;
- Guarda Nacional Republicana;
- IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I. P.;
- Infraestruturas de Portugal, S. A.;
- Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.;
- REN – Rede Elétrica Nacional;
- Turismo de Portugal, I. P.;
- Unidade Local de Saúde de Castelo Branco;
- VALNOR, S. A.;
- Câmara Municipal da Sertã;
- Câmara Municipal da Mação;
- Câmara Municipal de Sardoal;
- Câmara Municipal da Abrantes;
- Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere.

No decorrer do prazo estabelecido para que os interessados formularem sugestões e apresentarem pedidos de informação sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento de revisão do PDM de Vila de Rei, nos termos do art. 88.º do RJIGT, foram realizadas duas participações públicas.

Ambas as participações públicas têm como objetivo a inclusão de um conjunto de artigos rústicos – sete na totalidade – no perímetro urbano de Várzea D'Ordem, Vila de Rei, a fim de permitir a construção de edifícios unifamiliares de uso habitacional.

## **2.1. JUSTIFICAÇÃO DA REVISÃO DO PDM DE VILA DE REI**

Na reunião de 23 de novembro de 2001, onde se aprovou por unanimidade a revisão do PDM de Vila de Rei, foi apresentada a informação técnica n.º 190/OC, de 21 de novembro de 2001, na qual se elencou os fundamentos que a Câmara Municipal de Vila de Rei entendeu como argumento para a revisão do PDM.

De forma simplificada os principais fundamentos para a revisão do PDM de Vila de Rei prenderam-se com: i) a necessidade de redelimitação dos perímetros urbanos até aos limites das edificações que ficaram excluídas desse perímetro, dado que o PDM em vigor teve como base cartográfica as Cartas Militares de 1947 as quais apresentam um nível de desatualização acentuado face à sua antiguidade e ii) a necessidade de ajuste da incidência da Reserva Ecológica Nacional (REN) face à incompatibilidade entre as pretensões dos munícipes e este regime.

Acresce que ao abrigo do quadro legal vigente à data, e no que respeita ao caso específico do município de Vila de Rei, e ao seu Plano Diretor Municipal, a necessidade de revisão deste instrumento de gestão territorial decorreu da evolução das perspetivas de desenvolvimento económico e social e da necessidade de adequação a essa evolução, das condições económicas, sociais, culturais e ambientais; da necessidade de atualização das disposições vinculativas dos particulares; e do estabelecimento de servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Na proposta de reinício do processo de revisão do PDM de Vila de Rei a qual foi objeto de deliberação em 6 de outubro de 2015 também foram expressos um conjunto de argumentos

/ fatores conducentes à necessidade de se proceder à revisão do PDM, nos quais se transcrevem de seguida.

*Considerando a importância que a revisão do PDM de Vila de Rei tem na fundamentação e na diferenciação entre, por um lado, as intervenções de natureza estratégica da administração central e, por outro lado, as intervenções da administração local, de caráter dispositivo e vinculativo dos particulares, além de ser um instrumento essencial para determinar a classificação e qualificação do solo, respetiva execução e programação;*

*Considerando as sucessivas alterações legislativas em matéria de ordenamento do território aplicáveis à elaboração, alteração e revisão dos planos municipais de ordenamento do território:*

- *Lei n.º 31/2014, de 30 de maio — Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo (LB);*
- *Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio que aprova o novo regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJIGT);*
- *Decreto - Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, que estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo;*
- *Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro, que regula a composição e o funcionamento das comissões consultivas (CC) da elaboração e da revisão do Plano Diretor Municipal (PDM);*

*Considerando a necessidade de se proceder à transposição das normas constantes do Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode que sejam direta e imediatamente vinculativas dos particulares para o PDM, conforme determina o art.º 78.º da LB, tarefa esta que poderá ter uma dificuldade acrescida no atual PDM, quer pelas dificuldades de transposição cartográfica, quer pelo seu desajuste face à realidade e pretensões do município;*

*Considerando que face à recente entrada em vigor do DL n.º 80/2015 e do DR n.º 15/2015, a reclassificação do solo urbano em solo rústico apenas se pode processar através da implementação de planos de pormenor com efeitos registais o que obriga a um maior rigor na integração territorial das localizações e pretensões de investimento no município;*

*Considerando que as recentes alterações ao RJIGT resultantes da publicação do Decreto-Lei n.º 80/2015, têm como objetivo o reforço da eficiência e simplificação procedimental dos*

*processos relacionados com o ordenamento do território, a nível municipal, bem como da operabilidade do sistema de gestão territorial;*

*Considerando a importância de tornar mais eficiente a fase de acompanhamento, quer pela agilização procedimental, quer pela partilha e disponibilização da informação, possibilitada pela recente publicação da Portaria n.º 277/2015, que veio regular a composição e o funcionamento das comissões consultivas da revisão do Plano Diretor Municipal, a que acresce o facto de a atual Comissão de Acompanhamento nem nunca ter reunido e estar extinta, do ponto de vista legal;*

*Tendo em conta o avançado estado de elaboração dos trabalhos de revisão já elaborados, que incluem a 1ª fase da avaliação ambiental estratégica, concretamente o relatório de fatores críticos;*

Em consequência dos fatores de mudanças ocorridos no território municipal de Vila de Rei durante o período de vigência do PDM – os quais são consubstanciados nos seguintes capítulos do presente documento – existe o imperativo da formulação de novos objetivos de desenvolvimento para o município. Neste sentido, os objetivos de desenvolvimento que orientam a presente revisão do PDM de Vila de Rei passam por:

- Consolidar Vila de Rei enquanto sede de município, reforçando a sua função urbana;
- Qualificar áreas prioritárias de atuação através da reabilitação urbana;
- Aferir e consolidar os limites dos aglomerados existentes e integrar um conjunto de aglomerados não contemplados no PDM em vigor;
- Desenvolver a componente turística, em particular a relacionada com os de forte relação com os recursos hídricos, com o restante património natural e cultural;
- Consolidar e reforçar as áreas de localização empresarial numa perspetiva de desenvolvimento económico
- Reforçar a política de infraestruturas de saneamento básico nos aglomerados urbanos e rurais;
- Adequar a oferta de equipamentos coletivos e de serviços às necessidades da população;
- Promover condições de utilização sustentável dos recursos existentes tendo em consideração os efeitos decorrentes das alterações climáticas;
- Fomentar novas oportunidades de investimento e desenvolvimento em torno da qualidade do património natural, cultural e construído;
- Dinamizar a dinâmica económica e competitiva através da revitalização do setor

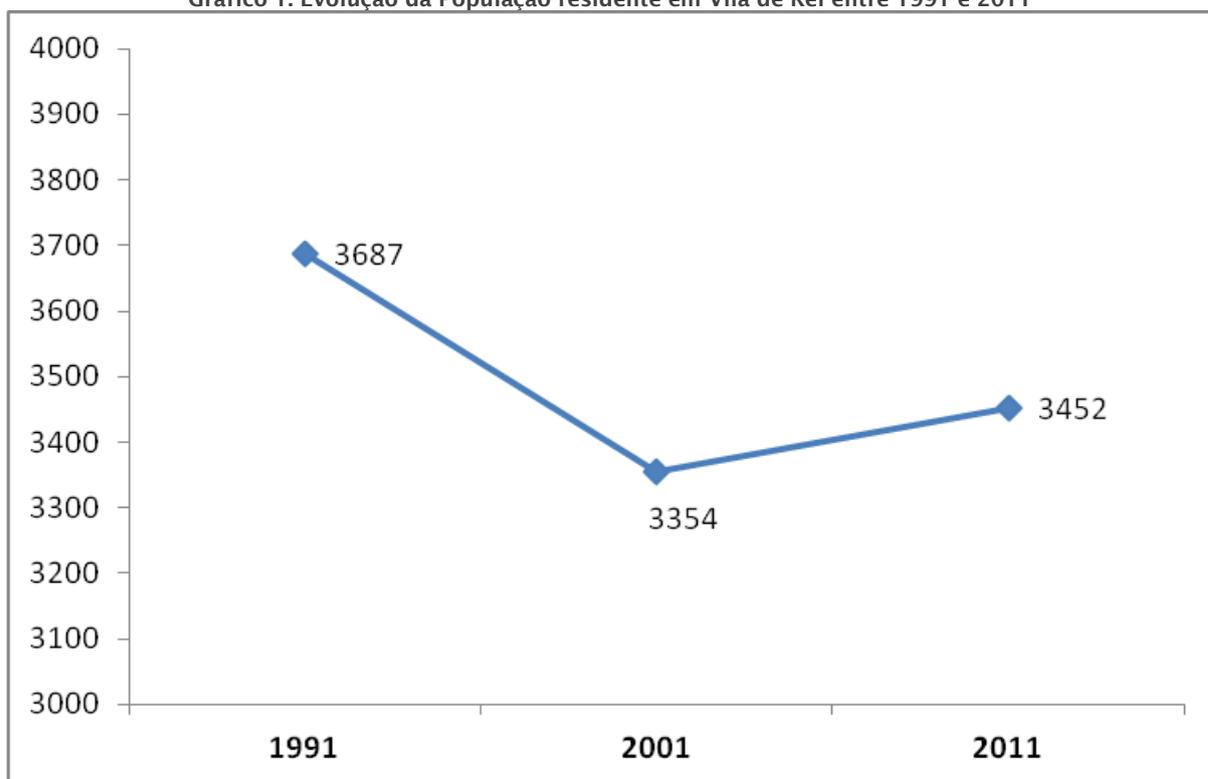
primário e da dinamização e captação de investimento empresarial

## 3. EVOLUÇÃO DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS

### 3.1. DEMOGRAFIA

O município de Vila de Rei nas últimas duas décadas perdeu população tendo registado uma quebra de -6,4% entre 1991 e 2011 o que corresponde a uma diminuição de 235 pessoas. É no entanto notável a recuperação populacional ocorrida no último período intercensitário (2001 – 2011) para o qual se registou uma evolução populacional de 2,9%. De facto a população no município era em 2001, de 3354 habitantes, e segundo os Censos de 2011 passou a registar 3452 habitantes, o que para um município do interior, apartado das principais dinâmicas de desenvolvimento do litoral, constitui um feito assinalável (ver gráfico seguinte). A título ilustrativo, o município de Vila de Rei apresentava em 2014 uma população residente de 3406 habitantes.<sup>5</sup>

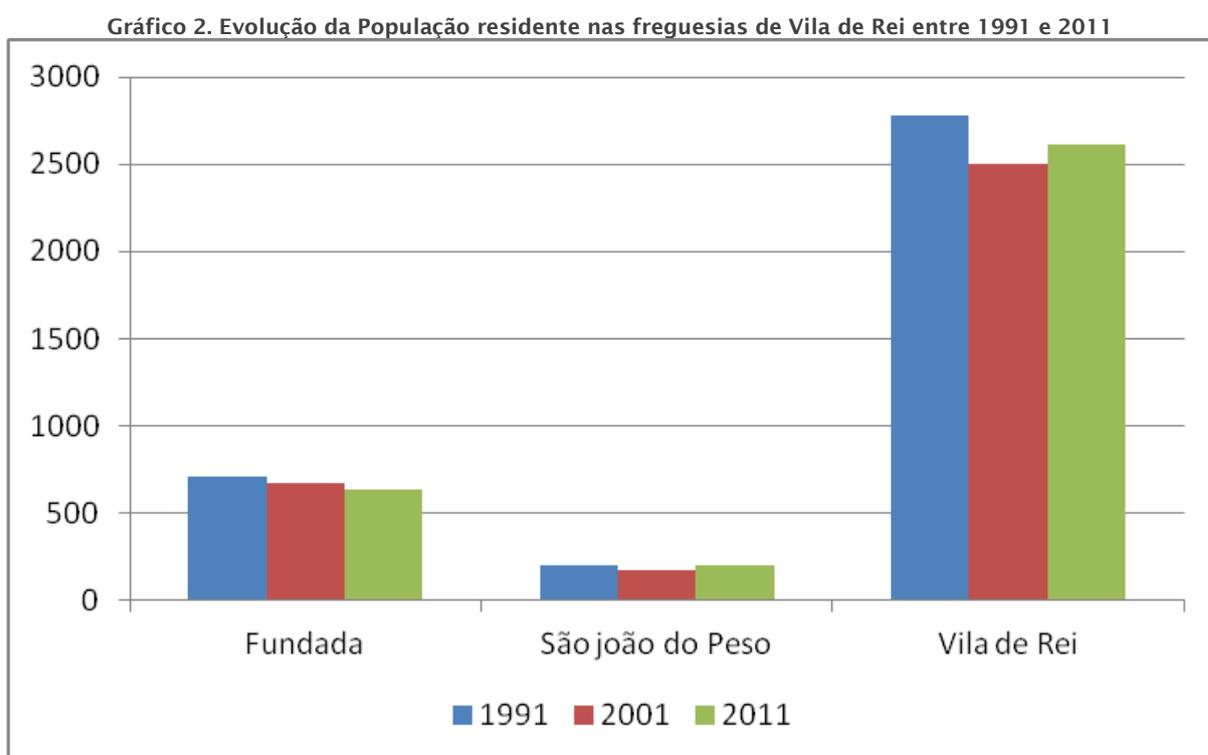
Gráfico 1. Evolução da População residente em Vila de Rei entre 1991 e 2011



FONTE: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

<sup>5</sup> Trata-se de Séries Estimativas Provisórias Anuais da População Residente do INE, com base nos últimos Censos de 2011. Em termos metodológicos não é correta a comparação técnica entre dados reais aferidos em momentos temporais definidos (Censos) e dados extrapolados por intermédio de cálculos estatísticos (Estimativas).

A evolução demográfica ocorrida no município deriva essencialmente da evolução registada na freguesia de Vila de Rei, dado que constitui 76% da população total do município. Embora a freguesia de Vila de Rei tenha sofrido uma queda populacional entre 1991 e 2011 de -6%, registou um acréscimo da população de 4% no último período intercensitário. Já a freguesia de S. João do Peso foi a única a apresentar uma evolução positiva da população nas últimas duas décadas com destaque para o aumento de 17% entre 2001 e 2011. Quanto à freguesia de Fundada registou uma diminuição continuada da população residente entre 1991 e 2011. (ver gráfico seguinte)



FONTE: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

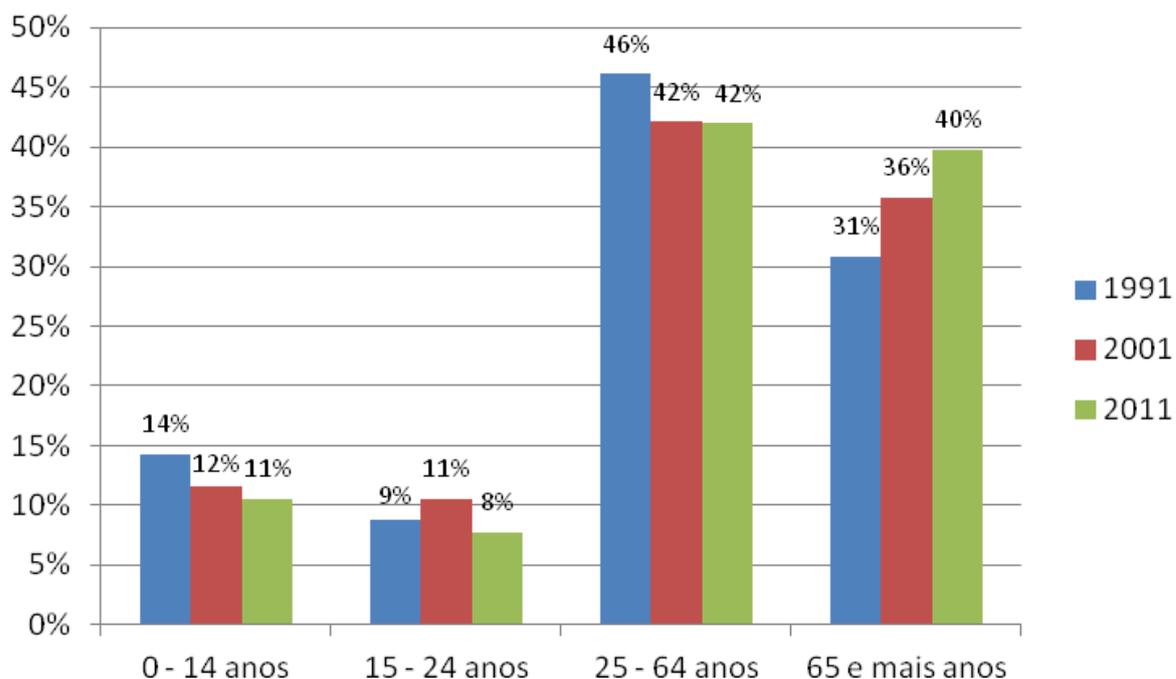
Ao nível de grupos etários, os valores mais elevados, são os que abrangem a faixa etária compreendida entre os 25 e os 64 anos, apesar da ligeira redução que existiu entre 1991 e 2001, no último período intercensitário existiu uma manutenção deste grupo.

Na classe abrangida pela população com 65 e mais anos, nota-se um aumento nas última décadas o que nos leva a concluir a denúncia de um envelhecimento da população, tendo em conta o aumento da esperança média de vida, reflexo do aumento da cobertura de cuidados médicos primários e apoios sociais.

No sentido contrário a população do grupo etário dos 0-14 anos ao longo das últimas décadas tem vindo progressivamente a perde peso na estrutura demográfica do concelho.

Este comportamento ao nível dos grupos etários, não é apenas uma realidade deste concelho, mas uma tendência na generalidade dos concelhos do interior.

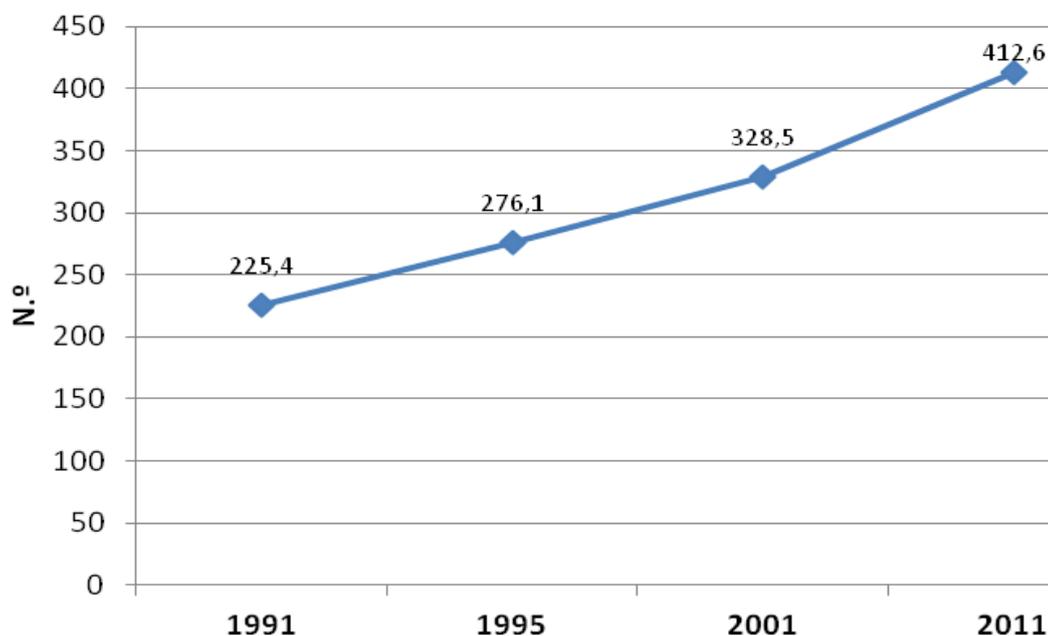
Gráfico 3. Evolução da Estrutura Etária da População de Vila de Rei, 1991-2011



FONTE: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

O gráfico seguinte reforça a tendência de aumento da população com 65 ou mais anos, de fato o índice de envelhecimento tem sofrido um incremento, situando-se em 2013 em quase o dobro do registado em 1991, isto é no ano de 2013 por cada 100 jovens existiam cerca de 413 idosos.

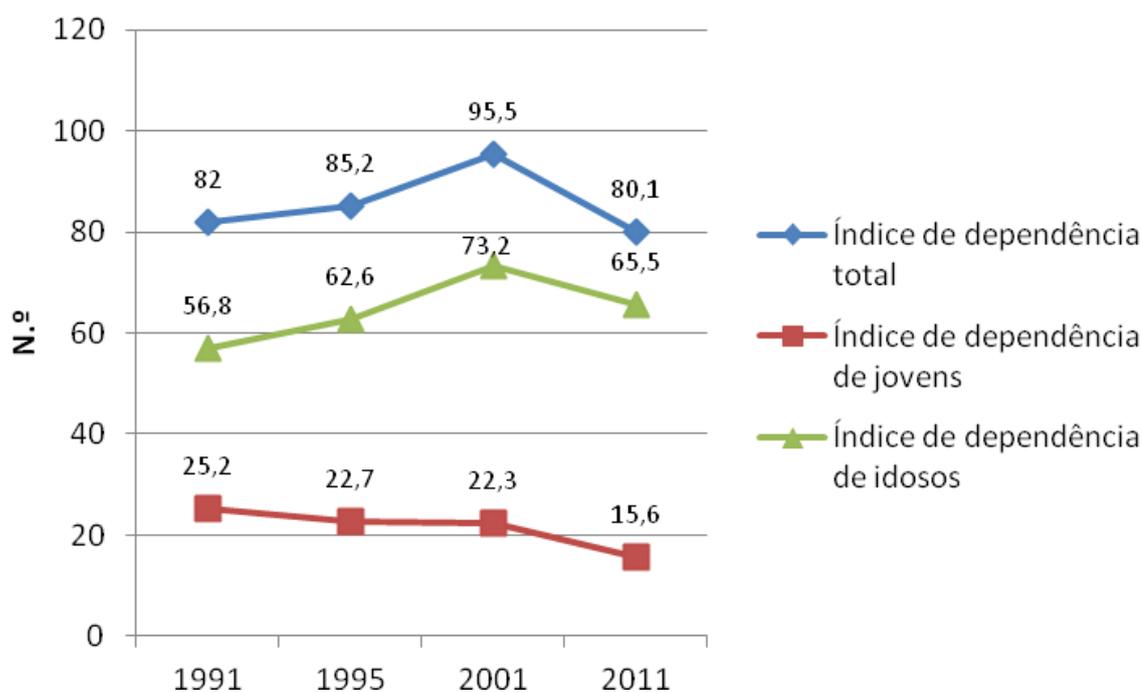
Gráfico 4. Índice de Envelhecimento de Vila de Rei, 1991-2011



FONTE: INE, 1991, 1995, 2001e 2011

Outra forma de caracterizar as estruturas demográficas é através dos índices de dependência, estes índices procuram medir os encargos potenciais sobre a população em idade ativa, ou seja, qual o peso dos jovens e/ou dos idosos sobre aquele grupo funcional.

Gráfico 5. Evolução do Índices de Dependência de Vila de Rei, 1991-2013



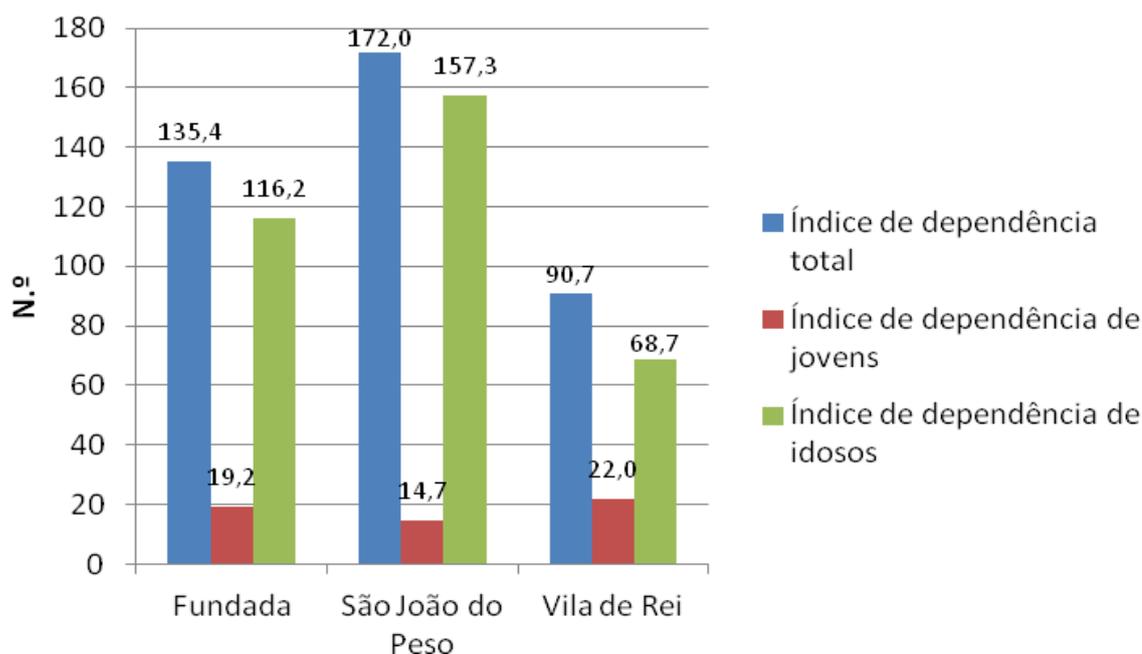
FONTE: INE, 1991, 1995, 2001e 2011

Pelo gráfico anterior é possível constatar que o índice de dependência de idosos é superior ao de jovens, contudo com comportamentos diferentes. O índice de dependência de jovens tem vindo a reduzir-se desde 1991, já o índice de dependência de idosos teve uma subida entre 1991 e 2001, tendo vindo a decrescer ligeiramente nos últimos anos.

Em virtude da descida do índice de dependência de jovens e do índice de dependência de idosos, o índice de dependência total, também tem vindo a diminuir situando-se nos 80,1 em 2011, o que quer dizer que em cada 100 ativos potenciais existem cerca de 80 não ativos no Concelho.

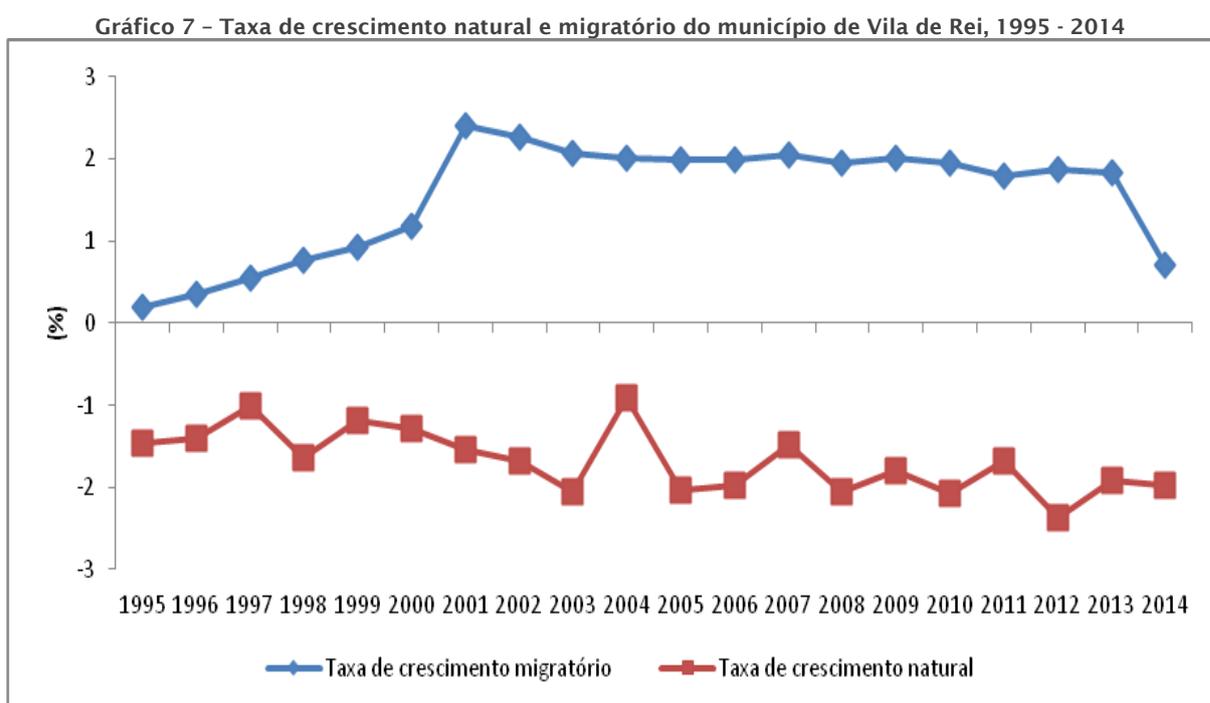
Os índices de dependência no Concelho de Vila de Rei apresentam valores efetivamente muito elevados, no entanto é na freguesia de São João do Peso que se verifica o maior índice de dependência de idosos e por conseguinte o índice mais baixo de dependência de jovens. Por outro lado, o índice de dependência de idosos também é bastante significativo na freguesia da Fundada. Esta situação reflete-se no índice de dependência total, sendo que são estas duas freguesias que apresentam os índices mais elevado, conforme se pode observar no gráfico seguinte.

Gráfico 6. Índices de Dependência por Freguesia, 2011



FONTE: INE, Censos 2011

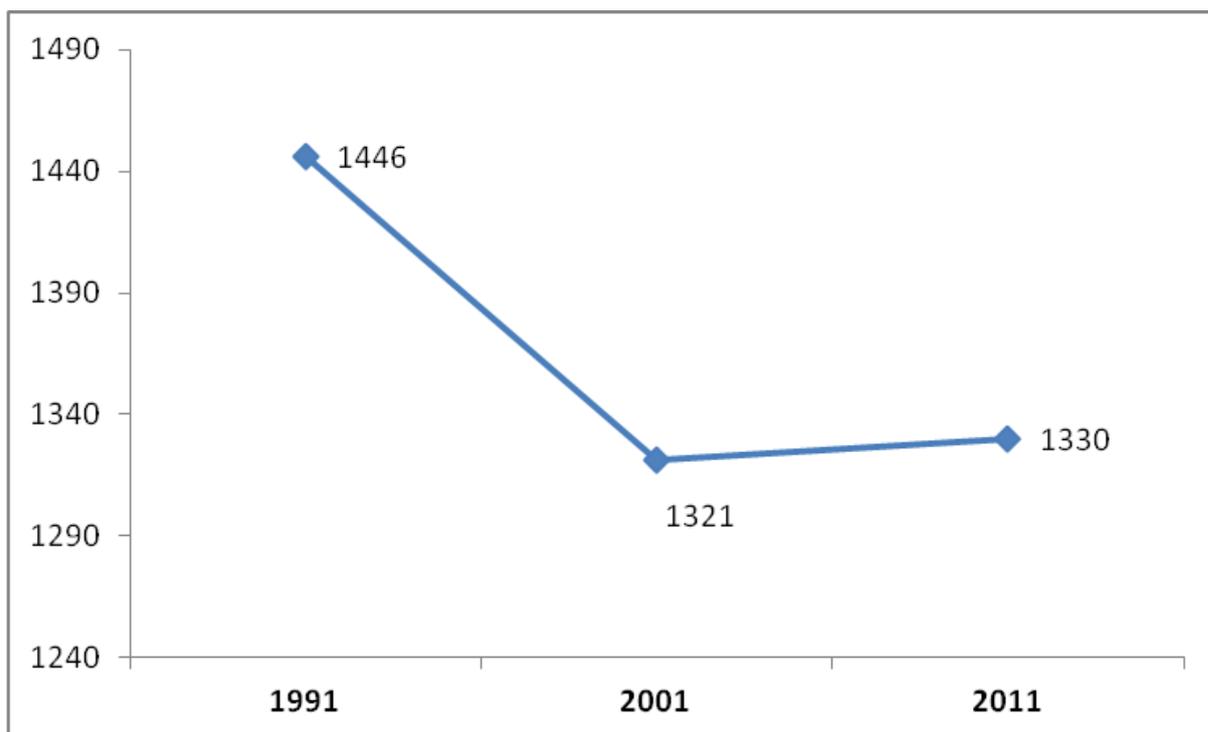
À semelhança do que acontece no País, assiste-se em Vila de Rei ao decréscimo dos nascimentos face ao número de óbitos, o que se tem vindo a traduzir em consecutivos saldos naturais negativos e na conseqüente taxa de crescimento natural negativa. Contrariando esta tendência, o município registou saldos migratórios positivos em todo o período de análise (1995 – 2014) traduzindo-se em taxas de crescimento migratórias positivas. Consta-se deste modo, que a dinâmica populacional positiva ocorrida entre 2001 e 2011 no município se deve à sua capacidade de atração e fixação de efetivos populacionais, o que suplantou os saldos naturais negativos.



Fonte: INE, Indicadores Demográficos, 1995 - 2014

O número de famílias no município seguiu a tendência evolutiva verificada para a população com uma diminuição do número de famílias entre 1991 e 2011 (-8%), tendo no entanto ocorrido um ligeiro acréscimo entre 2001 e 2011 (0,7%).

Gráfico 8. Evolução das Famílias clássicas residentes em Vila de Rei entre 1991 e 2011

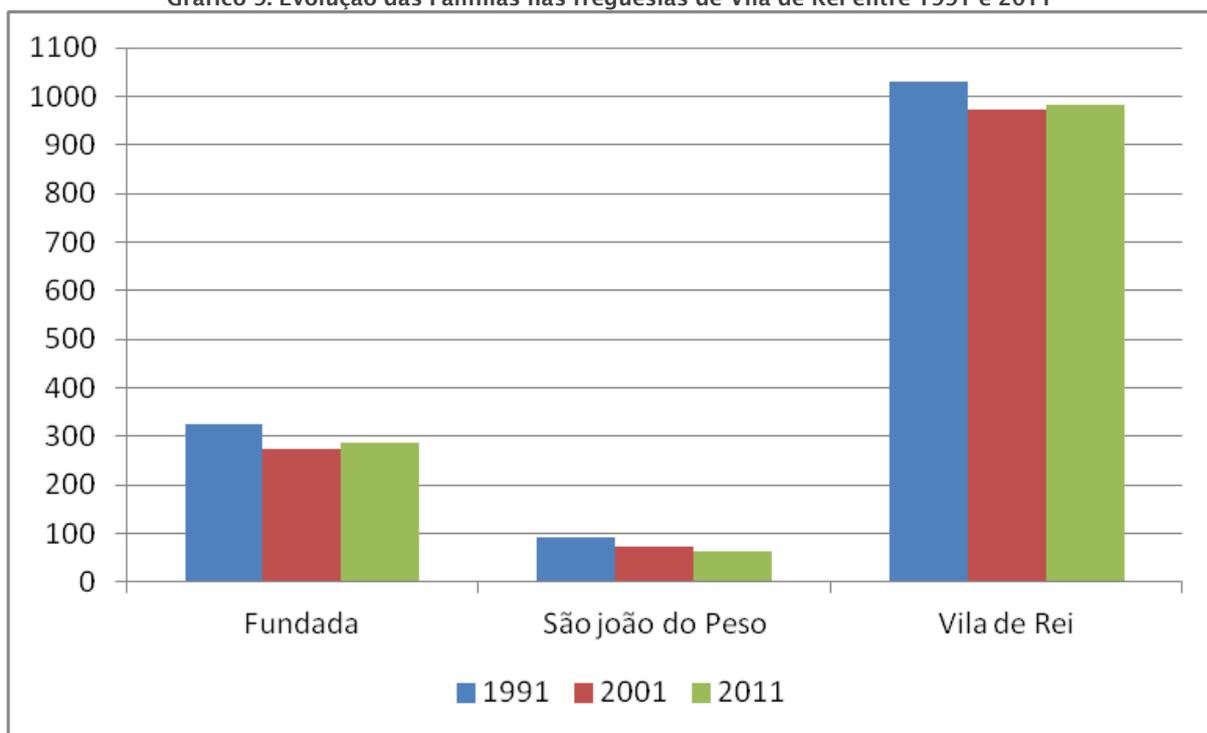


FONTE: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

O município tem acompanhado as tendências nacionais de diminuição do número de indivíduos por família. Segundo os dados do INE, registava em 2001 uma dimensão média da família de 2,4, ao passo que em 2011, o rácio não ultrapassava os 2,34. Estes dados são consentâneos com a tendência registada a nível nacional (2,8 em 2001 e 2,6 em 2011).

Relativamente à evolução das famílias nas freguesias de Vila de Rei verifica-se que a evolução a nível municipal é sustentada pela dinâmica positiva verificada nas freguesias de Vila de Rei e de Fundada.

Gráfico 9. Evolução das Famílias nas freguesias de Vila de Rei entre 1991 e 2011

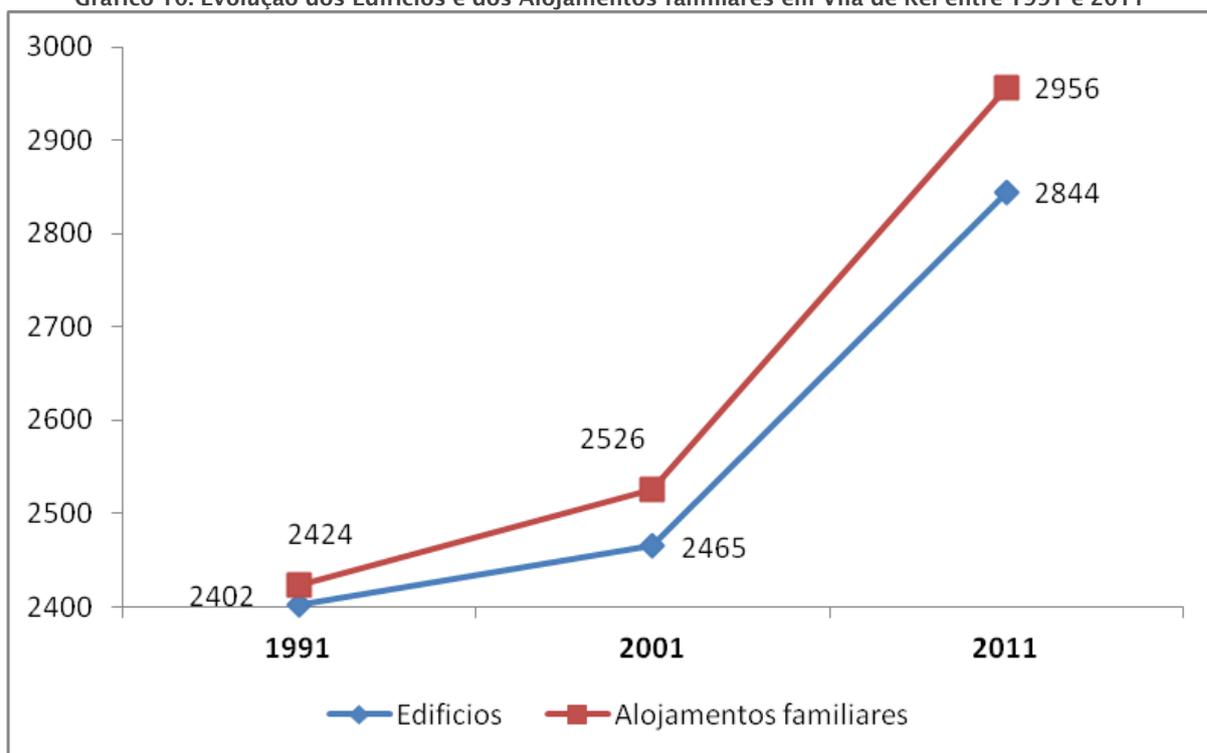


FONTE: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

## 3.2. HABITAÇÃO

O número de alojamentos familiares e de edifícios registaram subidas de 21,9% e 18,4%, respetivamente, nas últimas duas décadas, com o acréscimo a ser particularmente expressivo no período mais recente em consonância com o aumento da população e das famílias no município verificado entre 2001 e 2011. Os dados revelam, portanto, a existência de uma dinâmica edificatória e construtiva bastante positiva, pelo que se mantiveram deste modo as necessidades de habitação e de manutenção das infraestruturas.

Gráfico 10. Evolução dos Edifícios e dos Alojamentos familiares em Vila de Rei entre 1991 e 2011

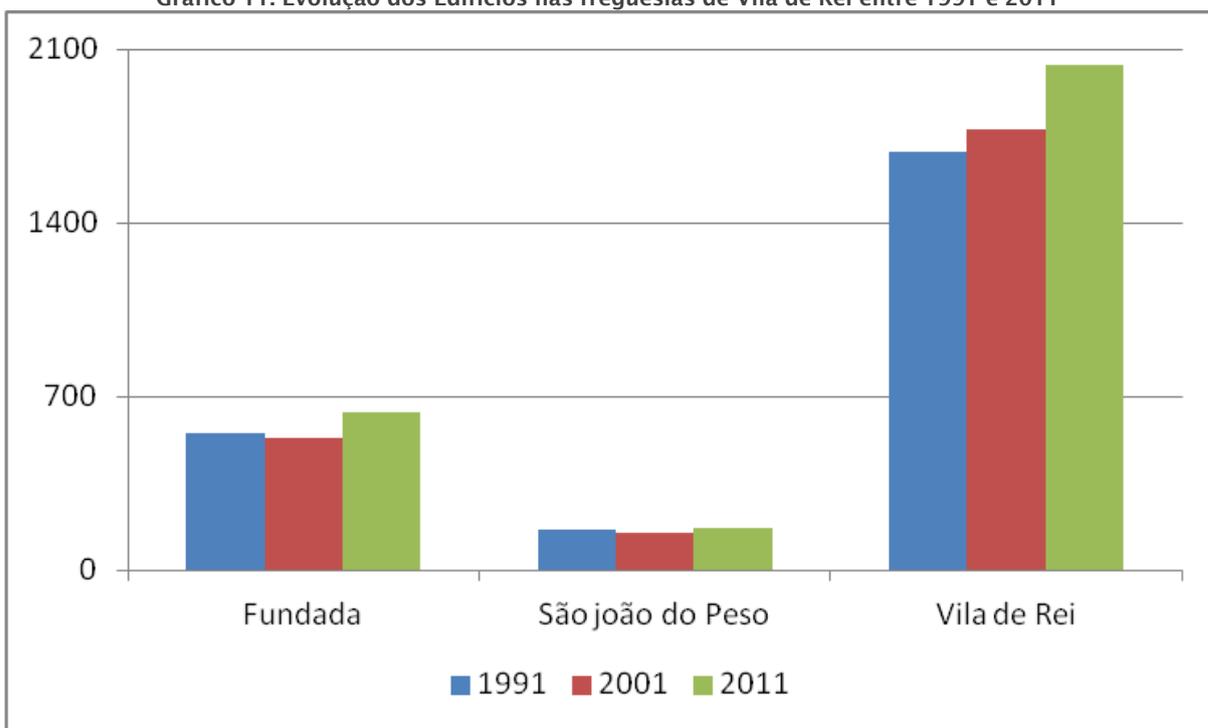


FONTE: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

A evolução quer dos edifícios quer dos alojamentos familiares ocorreu de forma diferenciada nas freguesias do município de Vila de Rei conforme retratado nos gráficos seguintes. As principais ilações dos processos evolutivos dos edifícios e dos alojamentos familiares nas diferentes freguesias são as seguintes:

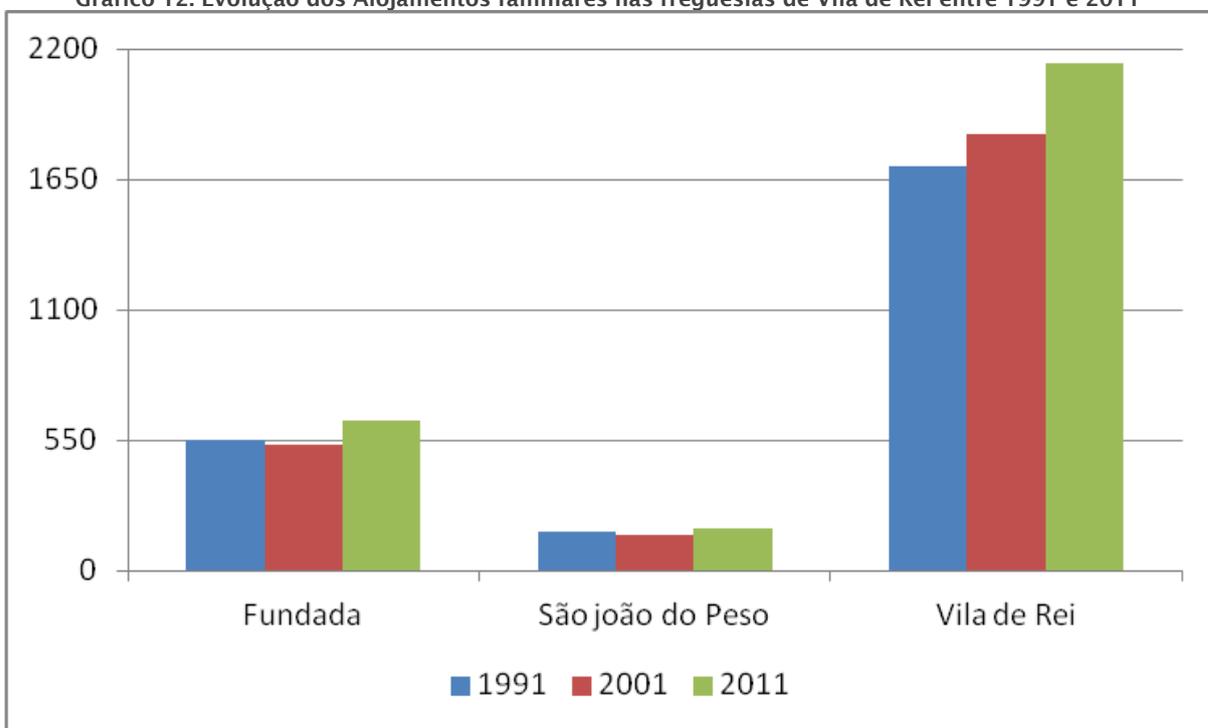
- A dinâmica edificatória e construtiva positiva do município nos últimos 20 anos estão em grande medida relacionadas com a dinâmica da freguesia sede de concelho de Vila de Rei. A freguesia de Vila de Rei constitui cerca de 72% do total do parque edificado e de alojamentos familiares e foi a única que registou uma tendência evolutiva positiva ao longo de todos os períodos entre 1991 e 2011;
- As freguesias de Fundada e de S. João do Peso apresentaram um comportamento semelhante quer em termos do parque edificado quer em termos dos alojamentos familiares. Em ambos os casos assistiu-se a uma ligeira contração entre 1991 e 2001 em contraste com um incremento mais significativo no período subsequente, o que resultou numa tendência global positiva entre 1991 e 2011. A freguesia de S. João do Peso é o território onde as dinâmicas edificatórias e construtivas foram mais ténues.

Gráfico 11. Evolução dos Edifícios nas freguesias de Vila de Rei entre 1991 e 2011



FONTE: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

Gráfico 12. Evolução dos Alojamentos familiares nas freguesias de Vila de Rei entre 1991 e 2011

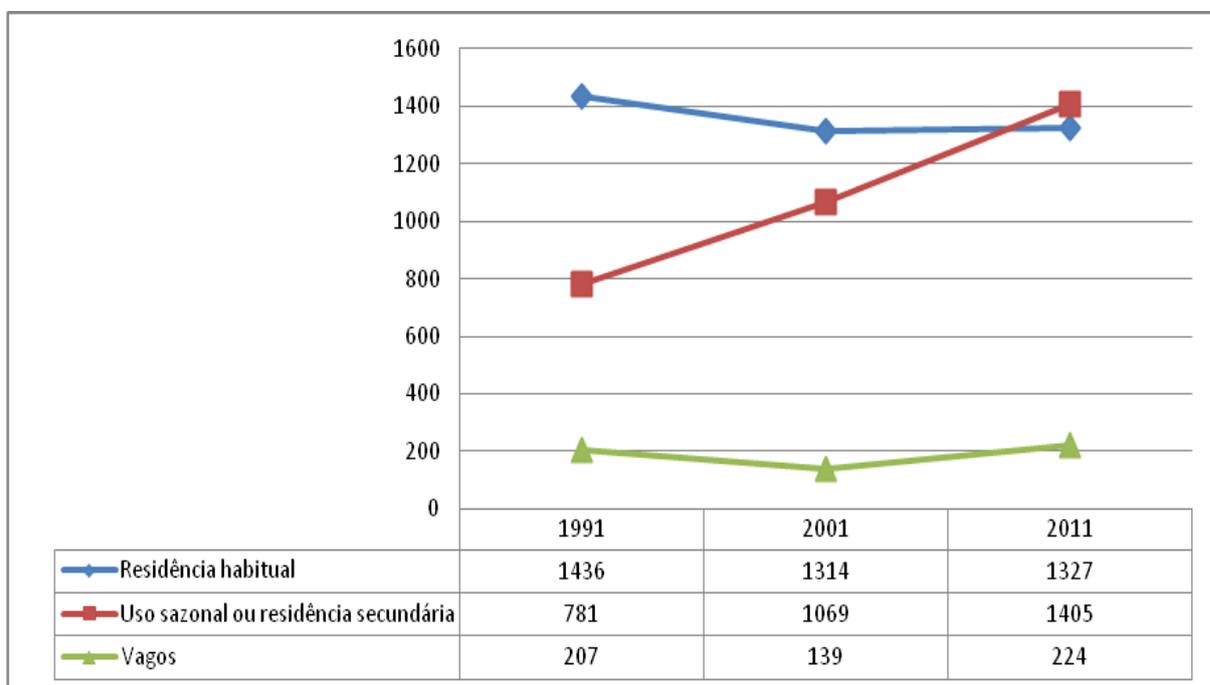


FONTE: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

Considerando o período compreendido entre 1991 e 2011 registou-se, no município de Vila de Rei, uma evolução positiva nos alojamentos familiares clássicos (21,9%), tendo sido a

evolução particularmente significativa nos alojamentos familiares clássicos ocupados de forma sazonal ou como residência secundária com uma evolução de 80% durante o período em apreço. A nível dos alojamentos de residência habitual ocorreu uma diminuição de -8% entre 1991 e 2011, situação contrária à ocorrida com os alojamentos vagos, os quais aumentaram 8% no mesmo período. Refira-se, no entanto, que no último período intercensitário (2001/2011), os alojamentos de residência habitual experimentaram um aumento, ainda que ligeiro (1%) e os alojamentos vagos tiveram um crescimento significativo (61%). Salienta-se o facto de não existir registos estatísticos desde 1991 até 2011 com alojamentos familiares não clássicos (barracas, etc) no município de Vila de Rei.

Gráfico 13 - Evolução do regime de ocupação dos alojamentos no município de Vila de Rei, 1991 - 2011



FONTE: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

Significativo é o facto de os alojamentos de uso sazonal e residência secundária (47%) terem em 2011 ultrapassado os alojamentos de residência habitual (45%), pese embora, se possa considerar que estão equilibrados. Este crescimento da importância do uso sazonal não é feito, no entanto, à custa de transferências de residência habitual para secundária ou sazonal.

Verificou-se entre 2001 e 2011 o crescimento absoluto no número de alojamentos, que teve como base o aumento de alojamentos de uso sazonal ou secundário (numa maior escala) bem como o aumento dos alojamentos vagos e de residência habitual (numa escala bastante inferior aos anteriores).

Os alojamentos vagos<sup>6</sup> registaram o maior aumento relativo entre 2001 e 2011, nos quais se incluem os alojamentos para venda, pelo que se pode inferir que o aumento destes teve como objetivo dar resposta, principalmente, à procura por residências secundárias e de uso sazonal. Do mesmo modo também se infere a possibilidade de terem sido efetuadas alterações, reconstruções, ampliações ou reabilitações de alojamentos vagos, com o objetivo do estabelecimento de residências secundárias ou de uso sazonal.

O que de fato se percebe é que existe uma apetência comprovada pela residência secundária e de uso sazonal no município de Vila de Rei proveniente quer de indivíduos locais quer de indivíduos exteriores ao município, o que atesta em grande medida a atratividade do município como destino privilegiado para estadias mais ou menos prolongadas.

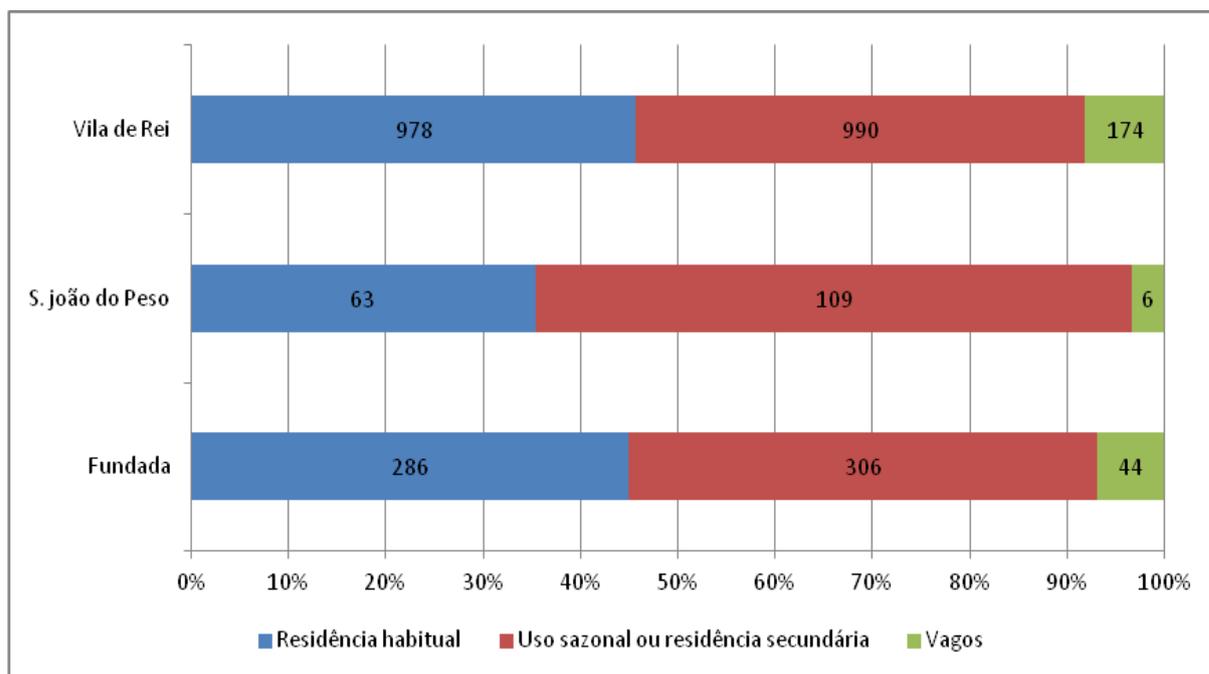
Como seria de esperar a freguesia de Vila do Rei, em 2011, concentra 74% das residências habituais do município, 70% dos alojamentos de uso sazonal ou residência secundária e 78% dos alojamentos vagos. Em termos da distribuição das formas de ocupação dos alojamentos em cada uma das freguesias, em 2011, destaca-se os seguintes factos:

- As freguesias de Fundada e de Vila de Rei apresentam um padrão semelhante ao verificado no município, com os alojamentos de uso sazonal ou residência secundária a sobreporem-se ligeiramente aos alojamentos de residência habitual. Estas duas freguesias afirmam desde logo a sua vocação habitacional no seio do município;
- A freguesia de S. João do Peso apresenta a maior percentagem de alojamentos de uso sazonal ou residência secundária de Vila de Rei com 61%, pelo que se destaca como um território de vocação mais turística.

---

<sup>6</sup> Alojamento que, no momento de referência se encontra disponível no mercado da habitação. Poder-se-ão considerar as seguintes situações: para venda, aluguer, demolição, em estado de deterioração e outros motivos. INE

Gráfico 14 - Distribuição do regime de ocupação dos alojamentos nas freguesias do município de Vila de Rei, 2011



FONTE: INE, Censos 2011

### **Abastecimento de água nos alojamentos**

Pelos dados obtidos do INE verifica-se que em 1991 o município já possuía uma boa cobertura de abastecimento de água com 79,3% dos alojamentos familiares ocupados como residência habitual a terem acesso a água canalizada. No período compreendido entre 1991 e 2011 é possível atestar uma melhoria da cobertura, com níveis de abastecimento quase plenos em 2011 (99,2%). Em 2011 estão registados apenas 10 alojamentos sem água canalizada o que em relação a 1991 se traduz num decréscimo de -96,6%. Todas as freguesias apresentavam em 2011 índices de cobertura similares ao município, com níveis de abastecimento quase plenos.

**Quadro 1. Alojamentos familiares ocupados como residência habitual no município de Vila de Rei, segundo a ligação à rede de abastecimento de água, por freguesias, nos anos 1991, 2001 e 2011**

Unidade Geográfica	Ano	Tem água canalizada			Não tem água canalizada	Total
		Total	Proveniente da rede pública	Proveniente da rede privada		
Município de Vila de Rei	1991	1126	879	247	294	1420
	2001	1295	1198	97	23	1318
	2011	1317	1274	43	10	1327
	Δ 01-11 (%)	1,7%	6,3%	-55,7%	-56,5%	0,7%
	Δ 91-11 (%)	17,0%	44,9%	-82,6%	-96,6%	-6,5%
Fundada	2001	266	242	24	9	275
	2011	283	274	9	3	286
	Δ 01-11 (%)	6,4%	13,2%	-62,5%	-66,7%	4,0%
São João do Peso	2001	72	71	1	1	73
	2011	63	60	3	0	63
	Δ 01-11 (%)	-12,5%	-15,5%	200,0%	-100,0%	-13,7%
Vila de Rei	2001	957	885	72	13	970
	2011	971	940	31	7	978
	Δ 01-11 (%)	1,5%	6,2%	-56,9%	-46,2%	0,8%

Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

### **Instalações sanitárias nos alojamentos**

No tempo decorrido entre 1991 e 2011 as instalações sanitárias foram alvo de melhorias significativas no município de Vila de Rei. Se em 1991, a percentagem de alojamentos familiares de residência habitual sem retrete ascendia a 19%, em 2011, não foi além de 1,4%, o que se traduziu numa redução de -93%. Em igual período, os alojamentos familiares de residência habitual munidos de retrete com dispositivo de descarga aumentaram 20,2%, por oposição aos que tinham retrete sem dispositivo de descarga os quais registaram uma queda significativa de -89,2%, sendo o seu valor em 2011 praticamente residual (7 alojamentos).

Verifica-se que o sistema de drenagem de águas residuais está maioritariamente ligado a sistemas particulares (fossas sépticas) já que 63% do total de alojamentos familiares de residência habitual em 2011 estavam munidos de retrete com dispositivo de descarga ligado à rede particular de esgotos, tendo ocorrido um ligeiro decréscimo de -3,3% entre 1991 e 2011. De seguida surgem os alojamentos familiares de residência habitual munidos de

retrete com dispositivo de descarga ligado à rede pública de esgotos com 35%. Destaca-se no entanto, o aumento de 119,5% em relação aos alojamentos com ligação à rede pública de esgotos entre 1991 e 2011, fruto dos investimentos realizados neste campo o que acarreta melhorias significativas nas condições de habitabilidade e nas condições de encaminhamento e tratamento das águas residuais.

De acordo com os dados mais recentes referentes a 2011, a freguesia de S. João do Peso é o território onde os alojamentos familiares de residência habitual ligados à rede pública de esgotos são mais significativos (46%) em contraponto à Fundada onde a ligação à rede pública não vai além dos 25%. Em todas as freguesias, o sistema de drenagem de águas residuais dos alojamentos está ligado na sua maior parte a sistemas particulares, variando entre os 49% de S. João do Peso e os 72% na Fundada.

Quadro 2. Alojamentos familiares de residência habitual no município de Vila de Rei, segundo a existência de instalações sanitárias (retrete/esgotos), por freguesia, nos anos de 1991, 2001 e 2011

Unidade Geográfica	Ano	Com retrete no alojamento						Sem retrete mas existente no edifício	Sem retrete
		Com dispositivo de descarga			Sem dispositivo de descarga				
		Ligado à rede pública de esgotos	Ligado a sistema particular de esgotos	Outras situações	Ligado à rede pública de esgotos	Ligado a sistema particular de esgotos	Outras situações		
Município de Vila de Rei	1991	210	861	11	6	51	8	16	273
	2001	338	852	5	2	14	9	32	66
	2011	461	833	7	1	5	1	0	19
	Δ 01-11 (%)	36,4%	-2,2%	40,0%	-50,0%	-64,3%	-88,9%	-100,0%	-71,2%
	Δ 91-11 (%)	119,5%	-3,3%	-36,4%	-83,3%	-90,2%	-87,5%	-100,0%	-93,0%
Fundada	2011	71	206	0	0	2	0	0	7
São João do Peso	2011	29	31	1	0	0	0	0	2
Vila de Rei	2011	361	596	6	1	3	1	0	10

Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

### **Existência de recolha de RSU nos edifícios**

De acordo com a informação disponível cerca de 99,5% dos edifícios em 2011 estavam servidos com sistema de recolha de resíduos urbanos relevando um grau de cobertura quase pleno. Entre 2001 e 2011 os índices de cobertura registaram uma melhoria assinalável, tanto a nível municipal com o aumento de 16,2% de edifícios servidos com recolha de resíduos urbanos, como em todas as freguesias. Em 2011 apenas estavam

referenciados 13 edifícios sem recolha de resíduos urbanos, o que face a 2001 constituiu uma quebra de -53,6%.

Quadro 3. Edifícios servidos por sistema de recolha de resíduos urbanos, 2001 e 2011

Unidade Geográfica	Ano	Total	Com recolha de resíduos urbanos	Sem recolha de resíduos urbanos
Município de Vila de Rei	2001	2465	2437	28
	2011	2844	2831	13
	Δ 01-11 (%)	15,4%	16,2%	-53,6%
Fundada	2001	534	530	4
	2011	634	634	0
	Δ 01-11 (%)	18,7%	19,6%	-100,0%
São João do Peso	2001	152	151	1
	2011	172	171	1
	Δ 01-11 (%)	13,2%	13,2%	0,0%
Vila de Rei	2001	1779	1756	23
	2011	2038	2026	12
	Δ 01-11 (%)	14,6%	15,4%	-47,8%

Fonte: INE, Censos 2001e 2011

### **Instalação de banho ou duche nos alojamentos**

Segundo os dados do INE, os alojamentos familiares de residência habitual do município de Vila de Rei revelaram melhorias a nível da existência de instalações de banho ou duche durante o período de vigência do PDM. Em 1991 existiam 29% dos alojamentos (421 em termos absolutos) que não estavam apetrechados com instalações de banho ou duche face aos 3% de alojamentos que em 2011 não possuíam essa instalação, o que corresponde, ainda assim, a 45 alojamentos.

Entre 1991 e 2011 assistiu-se a um incremento de 26,3% de alojamentos com instalação de banho ou duche e a uma quebra acentuada de -89,3% dos alojamentos sem essa instalação. Essa situação repercutiu-se em todas as freguesias de Vila de Rei já que em 2011, todas apresentavam valores acima de 95% de alojamentos munidos com instalação de banho ou duche.

**Quadro 4. Alojamentos familiares de residência habitual no município de Vila de Rei, segundo a existência de instalações de banho ou duche, por freguesia, nos anos de 1991, 2001 e 2011**

Unidade Geográfica	Ano	Total	Com instalação de Banho ou Duche	Sem instalação de Banho ou Duche
Município de Vila de Rei	1991	1436	1015	421
	2001	1318	1194	124
	2011	1327	1282	45
	Δ 01-11 (%)	0,7%	7,4%	-63,7%
	Δ 91-11 (%)	-7,6%	26,3%	-89,3%
Fundada	2011	286	272	14
São João do Peso	2011	63	60	3
Vila de Rei	2011	978	950	28

Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

### **Sistema de Aquecimento nos alojamentos**

Com dados do INE referentes a 2001 e 2011, é possível atestar o nível de evolução em termos da existência de sistema de aquecimento nos alojamentos familiares de residência habitual do município de Vila de Rei. Os principais sistemas de aquecimento nos alojamentos do município em 2011 eram a lareira aberta (70%), seguido do aquecimento central (10%). Verifica-se que na última década ocorreu uma diminuição de -17,4% dos alojamentos sem aquecimento, muito por força da subida de 214,3% do aquecimento central. Por outro lado a utilização da lareira registou uma quebra de -12,8%. Face a estes dados, constata-se a melhoria das condições a nível do sistema de aquecimento nos alojamentos do município, situação que é extensível a todas as freguesias.

Quadro 5. Alojamentos familiares de residência habitual no município de Vila de Rei, segundo a existência de sistema de aquecimento, por freguesia, nos anos de 2001 e 2011

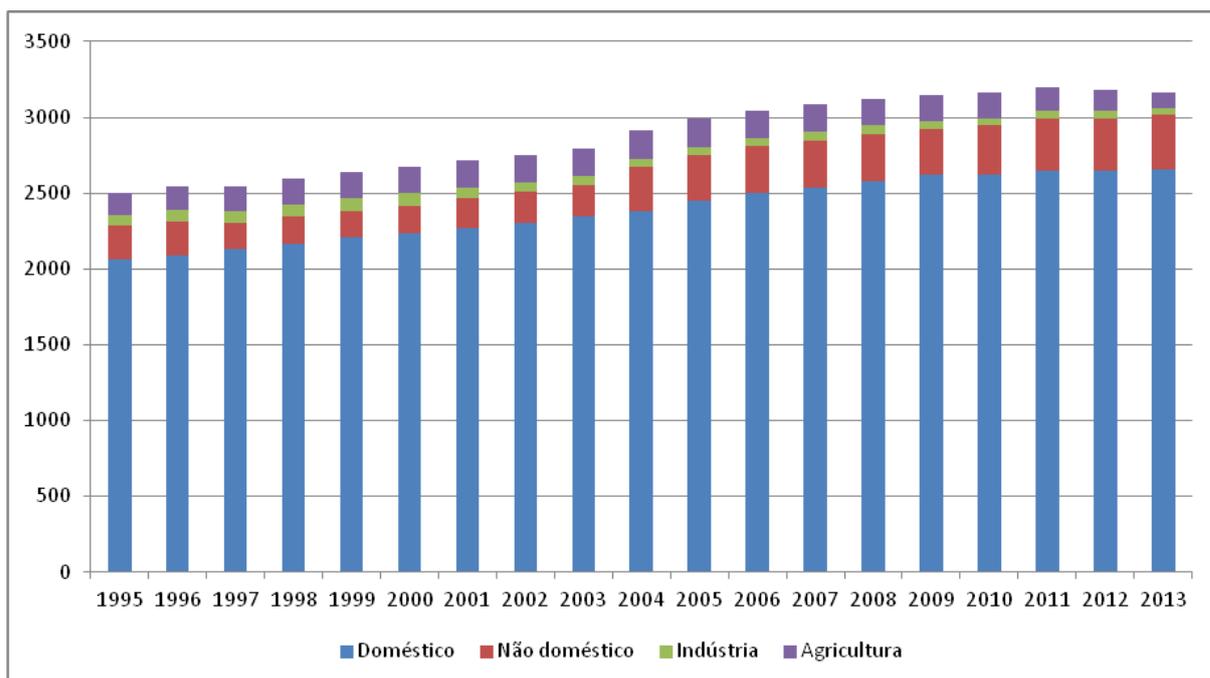
Unidade Geográfica	Ano	Total	Aquecimento central	Aquecimento não central			Sem aquecimento
				Lareira (aberta e c/ recuperador de calor)	Aparelhos móveis (aquecedores elétricos, a gás, etc.)	Aparelhos fixos (salamandra, aquecedores de parede, etc.)	
Município de Vila de Rei	2001	1318	42	1184	60	9	23
	2011	1327	132	1033	89	54	19
	Δ 01-11 (%)	0,7%	214,3%	-12,8%	48,3%	500,0%	-17,4%
Fundada	2001	275	17	242	9	3	4
	2011	286	37	220	9	18	2
	Δ 01-11 (%)	4,0%	117,6%	-9,1%	0,0%	500,0%	-50,0%
São João do Peso	2001	73	0	72	1	0	0
	2011	63	1	53	6	3	0
	Δ 01-11 (%)	-13,7%	-	-26,4%	500,0%	-	-
Vila de Rei	2001	970	25	870	50	6	19
	2011	978	94	760	74	33	17
	Δ 01-11 (%)	0,8%	276,0%	-12,6%	48,0%	450,0%	-10,5%

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

### Instalações de eletricidade nos alojamentos

Durante o período de vigência do PDM em vigor os consumidores de eletricidade têm vindo a aumentar gradualmente no município de Vila de Rei, devido essencialmente, ao aumento registado por parte dos consumidores domésticos.

Gráfico 15. Evolução dos consumidores de eletricidade no município de Vila de Rei, 1995 - 2013



Fonte: Direção Geral de Energia e Geologia, 1995 - 2013

Apenas dispondo de dados de 1991 e 2001, verifica-se que já em 1991, cerca de 97% dos alojamentos familiares de residência habitual do município de Vila de Rei possuíam eletricidade. Posteriormente em 2001, os alojamentos com eletricidade atingiam quase a plenitude (99,5%), havendo apenas registo de 6 alojamentos sem eletricidade. Atualmente a existência de eletricidade é um dado adquirido na totalidade dos alojamentos do município, não se excluindo contudo, alguma situação excecional que possa suceder.

Quadro 6. Alojamentos familiares de residência habitual no município de Vila de Rei, segundo a existência de eletricidade, por freguesia, nos anos de 1991 e 2001

Unidade Geográfica	Ano	Total	Com eletricidade	Sem eletricidade
Município de Vila de Rei	1991	1436	1395	41
	2001	1318	1312	6
	$\Delta$ 91-01 (%)	-8,2%	-5,9%	-85,4%

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

### **Existência de cozinha ou kitchenette nos alojamentos**

Com recurso aos dados disponíveis de 1991 e 2001, é possível constatar que a existência de cozinha (ou *kitchenette*) nos alojamentos familiares de residência habitual do município de Vila de Rei sempre foi uma valência amplamente estabelecida, registando-se uns residuais 2 alojamentos sem cozinha em 2001. Atualmente a existência de cozinha é um

dado adquirido na totalidade dos alojamentos do município, não se excluindo contudo, alguma situação excecional que possa suceder.

Quadro 7. Alojamentos familiares de residência habitual no município de Vila de Rei, segundo a existência de cozinha, por freguesia, nos anos de 1991 e 2001

Unidade Geográfica	Ano	Total	Com cozinha	Com <i>kitchenette</i>	Sem cozinha
Município de Vila de Rei	1991	1436	1430	5	1
	2001	1314	1301	11	2
	Δ 91-01 (%)	-8,5%	-9,0%	120,0%	100,0%
Fundada	2001	275	273	1	1
São João do Peso	2001	73	73	0	0
Vila de Rei	2001	966	955	10	1

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

### **Existência de lugar de estacionamento ou garagem nos alojamentos**

Embora não se possua dados para perceber a evolução histórica, é possível perceber que, atualmente (dados de 2011), cerca de 57% dos alojamentos familiares de residência habitual do município de Vila de Rei possuem lugar de estacionamento ou garagem. S. João do Peso é a freguesia onde existe menos lugar de estacionamento ou garagem (46%).

Quadro 8. Alojamentos familiares de residência habitual no município de Vila de Rei, segundo a existência de lugar de estacionamento ou garagem por freguesia, no ano de 2011

Unidade Geográfica	Ano	Total	Tem estacionamento ou garagem	Não tem estacionamento ou garagem
Município de Vila de Rei	2011	1327	758	569
Fundada	2011	286	163	123
São João do Peso	2011	63	29	34
Vila de Rei	2011	978	566	412

Fonte: INE, Censos 2011

### **Existência de ar condicionado nos alojamentos**

A existência de ar condicionado é uma valência pouco disseminada nos alojamentos familiares de residência habitual do município de Vila de Rei, dado que, em 2011, somente 5% dos alojamentos tinham ar condicionado. É na freguesia de Vila de Rei que o ar condicionado encontra maior implantação.

Quadro 9. Alojamentos familiares de residência habitual no município de Vila de Rei, segundo a existência de ar condicionado por freguesia, no ano de 2011

Unidade Geográfica	Ano	Total	Com ar condicionado	Sem ar condicionado
Município de Vila de Rei	2011	1327	67	1260
Fundada	2011	286	6	280
São João do Peso	2011	63	1	62
Vila de Rei	2011	978	60	918

Fonte: INE, Censos 2011

### 3.3. ECONOMIA

Entre o período de 2001 a 2011 assistiu-se ao aumento da população ativa, no concelho (4,8%), contudo ao nível das freguesias, São João do Peso (-17,6%) e a freguesia da Fundada (-14,9%) registaram reduções, porém o aumento registado na freguesia de Vila de Rei (11,1%), compensou as perdas registadas nas restantes freguesias

Relativamente à taxa de atividade do concelho, também se verificou um aumento (3%) entre 2001 e 2011. O valor mais alto desta taxa em 2011 registou-se na freguesia da Fundada tendo registado um acréscimo face a 2001, uma vez que a freguesia de Vila de Rei era a que detinha a taxa de atividade mais elevada em 2001, mas no último período intercensitário teve uma diminuição, o mesmo ocorrendo na freguesia de São João do Peso, conforme sistematizado no quadro seguinte.

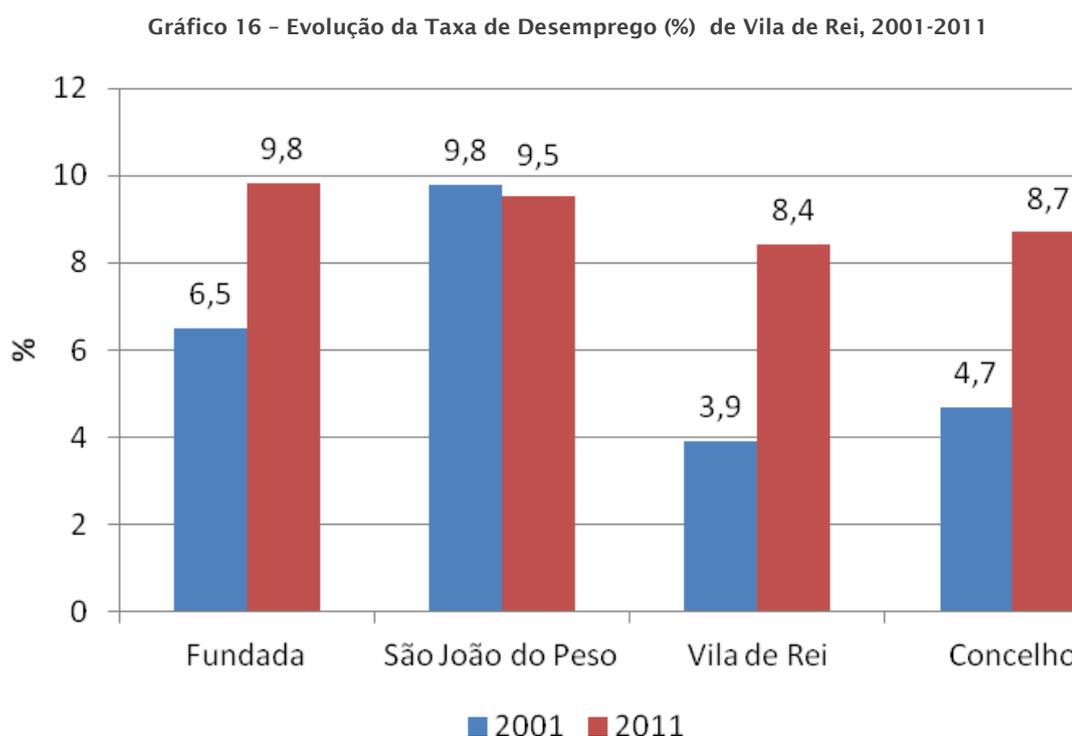
Quadro 10. Evolução da população ativa e taxa de atividade de Vila de Rei, 2001 - 2011

Unidade Geográfica	2001		2011		Variação %	
	Pop. Ativa N.º	Tx Atividade %	Pop. Ativa N.º	Tx Atividade %	Pop. Ativa	Tx Atividade
Fundada	215	31,8	183	34,1	-14,9	2,3
São João do Peso	51	29,3	42	28,7	-17,6	-0,6
Vila de Rei	856	34,1	951	20,6	11,1	-13,5
Concelho	1122	33,4	1176	36,4	4,8	3,0

FONTE: INE, Censos 2001 e 2011

A problemática do desemprego um pouco à imagem do que tem ocorrido no território nacional também teve repercussões no município de Vila de Rei, tendo-se registado um aumento da taxa de desemprego no último período intercensitário, tendo atingido 8,7% em

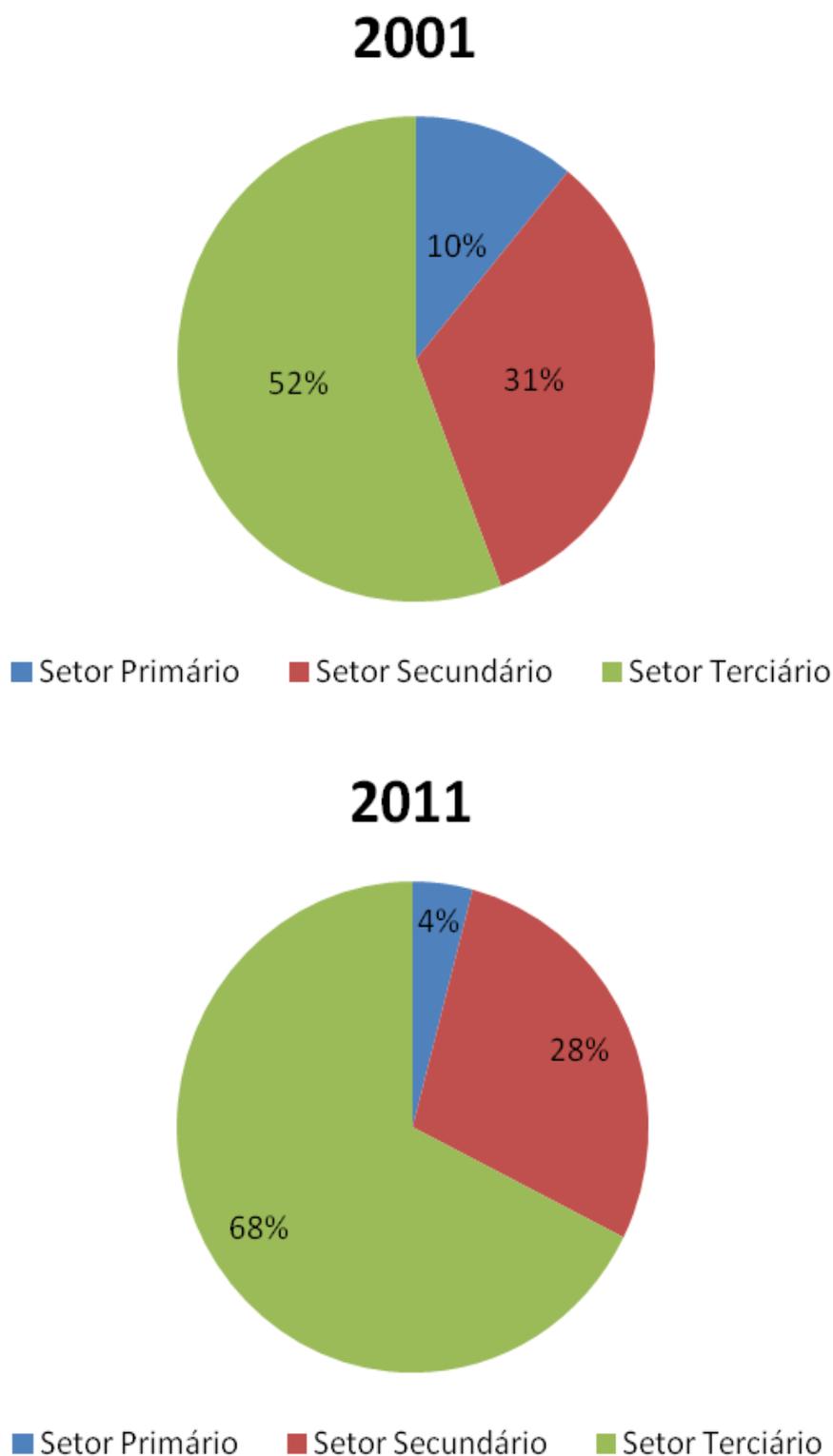
2011. Ainda assim o município apresenta uma taxa mais favorável que o país que registou à data dos últimos Censos uma taxa de 13,8%. O comportamento das freguesias é diferenciado, dado que as freguesias que registaram um aumento da taxa de desemprego foram a freguesia de Vila de Rei e da Fundada, por outro lado a freguesia de São João do Peso verificou uma ligeira redução no período de análise, deixando de ser a que tinha a taxa de desemprego mais alta em troca com a freguesia da Fundada, conforme se pode observar no gráfico seguinte.



FONTE: INE, Censos 2001 e 2011

Sobre os setores de atividade, como se pode visualizar nos gráficos seguintes, constatamos que entre 2001 e 2011 acentuou-se o processo de alteração da composição dos setores de atividade. Os setores primário e secundário perderam representatividade na estrutura económica do município, enquanto o setor terciário viu o seu contingente de população aumentar de forma acentuada, representando em 2011, 68% da população empregada do concelho.

Gráfico 17 – População Empregada por Setor de Atividade em Vila de Rei, em 2001 e 2011



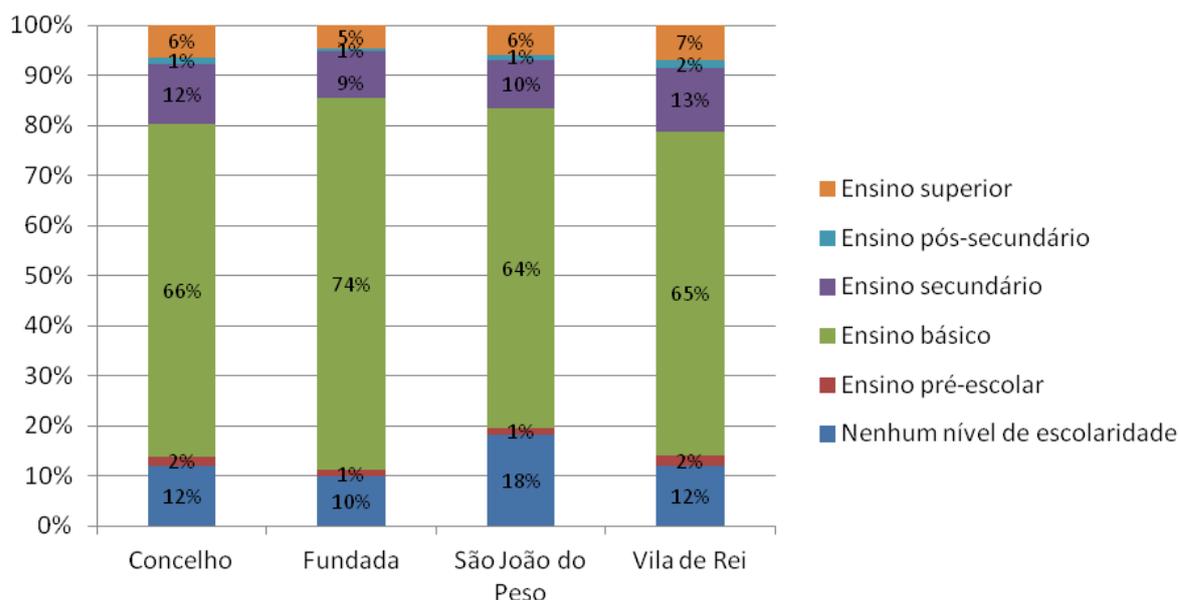
FONTE: INE, Censos 2001 e 2011

### 3.4. EDUCAÇÃO

Em 2011, cerca de 66% da população residente em Vila de Rei possuía apenas o ensino básico de escolaridade, 12% o ensino secundário e apenas 6% o ensino superior, não deixa de se preocupante os 12% de população sem nenhum nível de escolaridade.

Ao nível das freguesias constata-se que a freguesia mais urbana (Vila de Rei) é aquela cuja população, em maior proporção, completou níveis de instrução mais elevados (pós-secundário e ensino superior). Pelo contrário, a freguesia de São João do Peso é aquela com maior percentagem de residentes que não possui nenhum nível de escolaridade.

Gráfico 18. Nível de instrução da população residente, 2011



Fonte: INE, Censos 2011

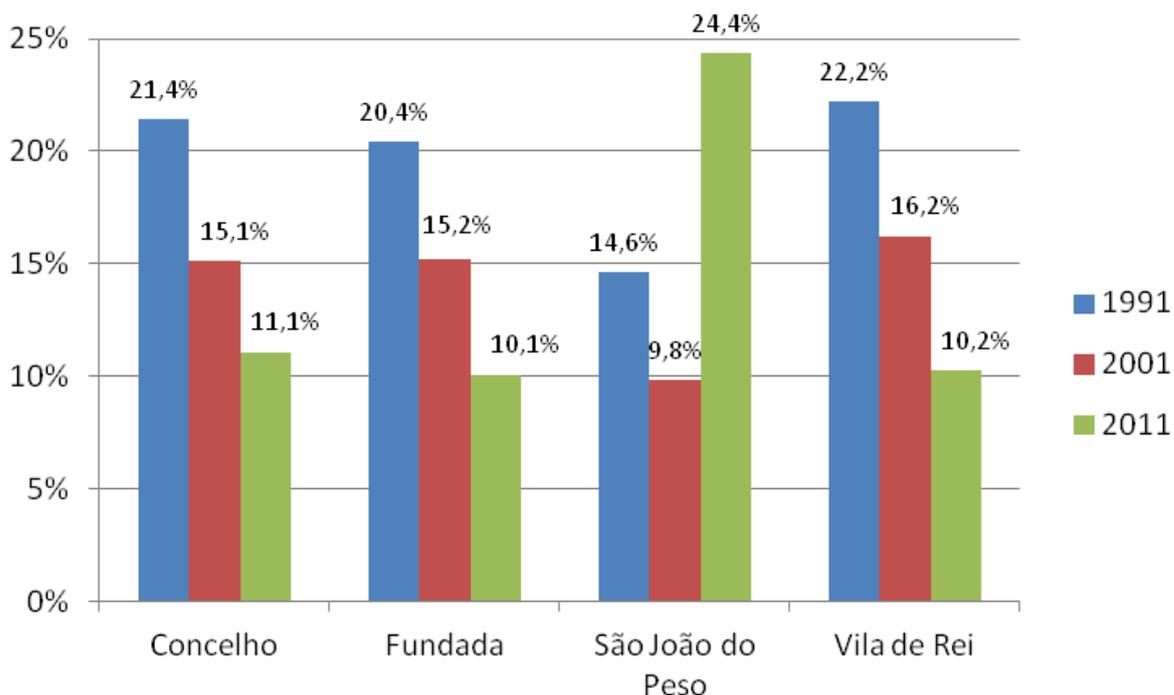
Comparando com a situação à data do PDM em vigor, constata-se que houve uma melhoria ao nível da qualificação da população residente, sobretudo através da redução da parcela da população que apenas tem o equivalente ao ensino primário (1º ciclo do ensino básico) face ao aumento dos que possuem um curso médio ou superior.

De realçar que, apesar do crescimento positivo da escolarização nos níveis mais elevados, feito sobretudo à custa dos grupos etários mais jovens, a estrutura geral não se altera. O peso relativo dos níveis de habilitações mais baixos é ainda elevado.

Apesar de estar a descer, dada a universalização e democratização do ensino, a taxa de analfabetismo ainda é significativa (11%), muito em parte justificada pelo peso relativo da população idosa na estrutura populacional, visto ser um grupo, tradicional e maioritariamente, com níveis de instrução inferiores.

A nível das freguesias no período de análise verificou-se que todas vinham a verificar uma diminuição da taxa de analfabetismo, contudo entre 2001 e 2011, a freguesia de São João do Peso teve um incremento significativo desta taxa, esta situação pode estar relacionada com a forte resposta social que esta freguesia tem ao nível da população mais idosa a que estão normalmente com já referido associados a baixos níveis de literacia e tendo em conta que entre 2001 e 2011, verificou-se um aumento da população este incremento está associado ao incremento de idosos, nomeadamente ao nível do grupo etário com 75 anos ou mais (Censos: 2001 – 30 indivíduos; 2011 – 90 indivíduos)

Gráfico 19 – Evolução da Taxa de Analfabetismo de Vila de Rei, 1991 – 2011



FONTE: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

## 4. DINÂMICA DA EXECUÇÃO TEMÁTICA

### 4.1. INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL

#### **Planos de âmbito municipal**

O PDM em vigor estabelecia em sede regulamentar e delimitava na Planta de Ordenamento a elaboração de duas Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) na perspetiva de prosseguimento dos objetivos do plano, designadamente, o Plano de Urbanização (PU) de Vila de Rei e o Plano de Pormenor (PP) da Zona Industrial de Vila de Rei.

Neste campo, é possível certificar que os objetivos do PDM foram amplamente alcançados, já que as duas UOPG foram implementadas e encontram-se em vigor.

O PP da Zona Industrial de Vila de Rei encontra-se em vigor de acordo com a Declaração de 28.7.95, publicada no Diário da República (DR), 2.ª série, n.º 209, de 9 de setembro de 1995. Posteriormente foi alvo de duas alterações; a primeira em 1997, de acordo com a Declaração de 23.1.97, publicada no DR, 2.ª série, n.º 30, de 5 de fevereiro de 1997 e a segunda, em 2008, de acordo com o Aviso n.º 2259/2008, publicado no DR, 2.ª série, n.º 19, de 28 de janeiro de 2008.

O PU de Vila de Rei entrou em vigor com a Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 165/2000, publicada no DR, 1.ª série-B, n.º 268, de 20 de novembro de 2000. Entretanto, o PU foi alvo de duas alterações; a primeira em 2001, de acordo com a RCM n.º 83/2001, publicada no DR, 1.ª série-B, n.º 166, de 19 de julho de 2001, e, mais recentemente, em 2015, com o Aviso n.º 10705/2015, publicado no DR, 2.ª série, n.º 184, de 21 de setembro de 2015.

No entanto, os instrumentos de gestão territorial de iniciativa do município de Vila de Rei não se cingiram ao que estava estabelecido no PDM, facto que motivou a elaboração de mais dois PP durante o período de vigência do PDM concretizando deste modo as diretrizes de desenvolvimento para o município: o PP de Vale Galego e o PP da Zona Industrial do Souto.

O PP da Zona Industrial do Souto encontra-se em vigor de acordo com a Declaração n.º 307/2000, publicada no DR, 2.ª série, n.º 222, de 25 de setembro de 2000 e foi alvo de uma alteração em 2008, conforme o Aviso n.º 15875/2008, publicado no DR, 2.ª série, n.º 98, de 21 de maio de 2008.

O PP de Vale Galego entrou em vigor com o Aviso n.º 20998/2008, publicado no DR, 2.ª série, n.º 145, de 29 de julho de 2008 e foi alterado recentemente em 2015 de acordo com o Aviso n.º 10302/2015, publicado no DR, 2.ª série, n.º 176, de 9 de setembro de 2015.

Acresce que a 1.ª alteração ao PP de Vale Galego e a 2.ª alteração ao PU de Vila de Rei justifica-se na necessidade de disponibilizar uma área para a construção de equipamento (CERCITOP) – pequena área afeta ao PU somada ao PP. Os lotes do PP foram ainda alargados, encontrando-se atualmente apenas por ocupar os lotes com declives mais acentuados.

### **Planos de âmbito nacional e regional**

Para além dos planos municipais, incidem sobre o território de Vila de Rei, outros planos de hierarquia superior que tendo surgido no período de vigência do PDM, constituem-se como elementos a ter em conta no processo de revisão, em termos da necessidade de compatibilização entre instrumentos, e da própria redefinição das estratégias de desenvolvimento do município, enquadradas por esse conjunto diversificado de referências.

Deste modo, elencam-se os instrumentos de gestão territorial que ocorreram no período de vigência do PDM de Vila de Rei:

- O Plano Rodoviário Nacional (PRN) foi originalmente implementado em 1945 por intermédio do Decreto-Lei n.º 34593, de 11 de maio de 1945, tendo sido sujeito a revisão em 1985 por meio do Decreto-Lei n.º 380/85, de 26 de setembro de 1985. Já em 1998, o PRN é alvo da 2.ª revisão conforme o Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho de 1998 (vulgarmente conhecido por PRN2000) e sujeito quase de imediato à Declaração de Retificação n.º 19-D/98, de 31 de outubro de 2008. Posteriormente o PRN2000 foi sujeito a duas alterações, a primeira em 1999, de acordo com a Lei 98/99, de 26 de julho de 1999, e a segunda em 2003, de acordo com o Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de agosto de 2003;

- No ano de 2002 foi instituído o Plano Nacional da Água (PNA) por intermédio do Decreto-Lei n.º 112/2002, de 17 de abril de 2002;
- O primeiro Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode (POACB) foi publicado em 1993. Contudo, em 1999, face à preocupante degradação da qualidade da água, bem como por se verificar uma regulamentação insuficiente por parte do referido plano, deu origem ao estabelecimento de medidas preventivas através da RCM n.º 139/99, de 4 de Novembro de 1999, alterada pela RCM n.º 152/2000, de 19 de Outubro de 2000, pela RCM n.º 160/2000, de 31 de Outubro de 2000, e pela RCM n.º 7/2002, de 11 de Janeiro de 2002. Em 2003 o POACB foi alvo de revisão por meio da RCM n.º 69/2003, de 10 de maio de 2003 estando, à data da elaboração do presente relatório, suspenso parcialmente por iniciativa do Governo, de acordo com a RCM n.º 77/2014, de 19 de dezembro de 2014, pelo prazo de dois anos, um conjunto de disposições e aplicadas medidas preventivas, a duas áreas turísticas localizadas, precisamente, no município de Vila de Rei;  
O POACB define no município de Vila de Rei três áreas turísticas que não estão executadas pela incompatibilidade entre o pretendido pelo município e o exequível pelo POACB. Atualmente encontra-se suspenso com o objetivo de permitir a realocação do hotel para a Herdade Foz da Represa uma vez que a área afeta à Zaboeira é bastante exígua e coloca problemas de segurança. O processo encontra-se a aguardar a exclusão da REN.
- Em 2006 foi publicado o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Sul (PROFPIS) por intermédio do Decreto Regulamentar n.º 8/2006, de 19 de julho de 2006, o qual foi sujeito a suspensão parcial por iniciativa do Governo em 2013, pelo prazo de dois anos, de acordo com a Portaria n.º 78/2013, de 19 de fevereiro. Findo o prazo estabelecido pelo diploma supra, entendeu o Governo prorrogar o prazo por mais dois anos, tendo para o efeito publicado em 2015, a Portaria n.º 141/2015, de 21 de maio de 2015;
- No ano de 2007 foi publicado o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) através da Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro de 2007. Ainda no mesmo ano, o PNPOT foi alvo de duas retificações por intermédio da Declaração de Retificação n.º 80-A/2007, de 7 de setembro de 2007 e da Declaração de Retificação n.º 103-A/2007, de 2 de novembro de 2007;
- Mais recentemente, em 2013, foi publicado o Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas (PGBH) que integram a Região Hidrográfica 5 (RH5) – PGBH do Tejo através da RCM n.º 16-F/2013, de 22 de março de 2013 (anteriormente em 2001 tinha sido aprovado o Plano de Bacia Hidrográfica do Tejo pelo Decreto

Regulamentar n.º 18/2001, de 7 de dezembro de 2001 e retificado pela Declaração de Retificação n.º 21-E/2001, de 31 de dezembro de 2001).

## 4.2. REDE VIÁRIA E TRANSPORTES

O concelho de Vila de Rei no contexto nacional, encontra-se afastado dos grandes polos de desenvolvimento, por outro lado a sua localização central no país, pode considerar-se uma vantagem em relação a outros concelhos.

De acordo com estudos do PDM em vigor, a rede viária à data do concelho, “ *não cumpre cabalmente as funções a que é destinada, sendo a causa de insuficiências em termos de acessibilidade, tanto ao nível externo, como interno*”, o que constitui um fator limitativo para o seu desenvolvimento económico e social.

Os mesmos estudos alertavam para as péssimas condições da EN 2 entre Vila de Rei e o limite sul do concelho nomeadamente em relação ao traçado e condições da via. “As acessibilidades internas são francamente reduzidas, sobretudo nas zonas norte e poente do concelho”, nomeadamente as condições físicas de circulação.

“ A rede viária está hierarquizada em três níveis, de acordo com o estatuto administrativo das vias – estradas nacionais, estradas municipais e caminhos municipais. Esta hierarquização viária, não corresponde às funções atualmente desempenhadas pelas diversas vias, o que origina deficiências importantes em termos das condições de operação em certas ligações.

O plano apresentava propostas referentes à rede viária do concelho, por forma a suprimir as principais insuficiências e estrangulamentos para que as infraestruturas viárias cumpram a sua missão de servir e contribuir para o desenvolvimento socioeconómico do concelho

Assim, em termos práticos os objetivos traduziam-se no seguinte:

1. “*Estabelecimento duma adequada rede de ligações ao exterior, tendo em atenção a localização dos vários polos geradores de deslocações motorizadas de e para o concelho e a configuração da rede viária envolvente;*

2. *Implementação dum hierarquização viária funcional da rede, que permita segregar convenientemente os vários tipos de tráfego – local, de atravessamento, etc. – de modo a poder proporcionar níveis de serviço adequados com o mínimo de custos de exploração e manutenção;*
3. *Definição de normativas de projeto de novas infraestruturas viárias – troços e intersecções – a executar pela autarquia que, em estreita ligação com a hierarquização viária estabelecida, permitam dotar as diferentes vias municipais das características físicas mais adequadas ao desempenho das respetivas funções sem encarecer desnecessariamente a sua construção”.*

Ao longo da vigência do plano importantes alterações ocorreram na política rodoviária a começar com a atualização do PRN 85, consubstanciada no Plano Rodoviário Nacional 2000 (PRN' 2000), publicado no Decreto-Lei n.º222/98 de 17 de julho, e alterado pela Lei n.º 98/99 de 26 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003 de 16 de agosto as estradas passaram a ser classificadas da seguinte forma: Rede Rodoviária Fundamental - Itinerários Principais (IP); Rede Rodoviária Complementar - Itinerários Complementares (IC) e Estradas Nacionais (EN); Estradas Regionais (ER).

O presente diploma tem como objetivos assumidos, potenciar o correto e articulado funcionamento do sistema de transportes rodoviários, o desenvolvimento de potencialidades regionais, a redução do custo global daqueles transportes, o aumento da segurança da circulação, a satisfação do tráfego internacional e a adequação da gestão da rede.

Com o intuito de corrigir muitas das assimetrias que ainda se verificam no desenvolvimento socioeconómico do País, situação que o Concelho de Vila de Rei não está imune, o PRN2000 advoga ser necessário aumentar a densidade da rede viária nas zonas fronteiriças, promover o fecho de malhas viárias, assim como melhorar a acessibilidade de alguns Concelhos. Preconiza também a melhoria qualitativa da rede rodoviária, com especial relevo para a defesa ambiental em meio urbano, para os dispositivos de combate à sinistralidade nos mais diversos planos e para os instrumentos de informação necessários à boa gestão e utilização das infraestruturas em causa.

No contexto atual, o concelho tem vindo aos poucos a beneficiar de novas acessibilidades, o caso mais representativo é o eixo definido pelo IP6/A23 e a sua área de influência que liga o litoral a Castelo Branco e à fronteira espanhola. A ligação ao IP6/A23 é feita a sul pela EN2 que também permite a ligação a norte à Sertã e conseqüente ao IC8. Outra importante via é

a ER 348 que liga a Ferreira do Zêzere e daí ao IC3/A13 bem como a ligação ao IC9 permitindo o acesso a outros centros urbanos

A acessibilidade e a mobilidade, permite a fixação de pessoas e atividades, este entendimento fez com que o município tenha vindo a efetuar um forte investimento na manutenção das vias existentes assim como na construção de novas vias 100% asfaltadas, na tentativa de aproximação dos aglomerados mais isolados, desta forma apresenta-se seguidamente uma síntese das principais ações elaboradas ao nível da rede viária.

Quadro 11. Cronologia das Ações Efetuadas na Rede Viária

Ano	Ações
1990	Arranjo de uma rua em Aivado
	Arruamento em Casais da Pereira
1991	Ligação e acessos a Lagoas e Monte Novo
	Ligação e acessos a Sesmarias e Cimo do Valongo
	Estrada de Ligação entre Vilar do Ruivo e Fernandaires
1992	Caminho rural entre Trutas e Valadinhas
	Caminho rural entre Vale e Vale do Grou
	ER 348 - reforço do pavimento entre km 97,850 (Vila de Rei) - km 105,5 (Amêndoa)
	Ligação Maceira e Vilar
	Construção de arruamentos: Alcamim e Cabecinha
1993	Estrada de Ligação entre Vilar do Ruivo e Fernandaires - 2ª fase, pavimento, obras acessórias e equipamento de segurança
1994	Estrada de ligação entre Abrunheiro Pequeno e Zevão, por Seada e ligação entre Ribeira e Abrunheiro Pequeno
	Estrada de ligação de Brejo Fundeiro e Brejo Cimeiro
1995	Construção do caminho rural entre proximidades de Vila de Rei e Cercadas
	Estradas de ligação entre Fundada e EN2, por Relva do Boi e acesso ao Fouto, incluindo arruamentos
	Repavimentação da estrada de ligação entre ER348 e Borda da Ribeira; Palhota e S. João do Peso; ER348, Paredes, Vilar e S. Martinho
	Pavimentação de arruamentos nas povoações de: Cidreiro, Ladeira, Lavadouro, Milreu, Couço e Largo da Igreja de Borda da Ribeira
	Calcetamento de ruas na povoação de Zaboeira
	Pavimentação de arruamentos em Fundada
1996	Repavimentação da estrada de ligação entre a EN2 e Seada

Ano	Ações
	Pavimentação de arruamentos: Trutas; Malhada; Estevais; Vilar; Valdinhas; Valadas; Milriça, Cercadas; Aveleira; Penedo; rua de acesso ao cemiterio em Vila de Rei; zona envolvente às salsicharias
1997	Pavimentação da estrada de ligação entre Casais de Cima e Relva
	Pavimentação de arruamentos: Almofala; Pereiros; Vilar; Chão; Marmoural; Ribeiros; Fonte das Eiras; Sobreiras Altas; Relva do Boi; Vale do Linho; Pisão Cimeiro; Lavadouro até à igreja; Vale Velido; Lameiras do Algar e troço até à Zaboeira; Vilar do Ruivo; Aivado; Quintas das Laranjeiras e Vale das Casas; Lousa; Casal Novo; Borda da Ribeira; Couço Cimeiro; Eira Velha; Portela do Curral; Aldeia dos Couços
	Calçetamento de ruas em Água Formosa
1998	Construção da estrada de ligação entre Portela e Boafarinha
1999	Repavimentação da EN2 à Relva e ER348 à Ladeira
	Pavimentação da estrada de ligação entre ladeira e Salavisa
2000	Conservação da estrada de ligação entre Vilar do Ruivo e Palhais
2001	Construção da estrada municipal entre Zaboeira e Fernandaires, incluindo as ligações a Alcamim, Isna Nova e Seada
	Estrada de ligação entre Fundada e S. João do Peso
	Construção da estrada de ligação entre a ER348 A Casal Novo passando por Quinta das Laranjeiras
	Pavimentação de arruamentos: Milreu e Maceira
2002	Repavimentação da estrada de ligação entre a EM 534 (cruzamento do Fouto) e Abrunheiro Pequeno, passando por Ribeira
	Repavimentação da estrada de ligação entre EN2 (cruzamento do Pisão Cimeiro) a Maceira passando por Brejo Fundeiro, Cercadas e Aveleira, com ligação à Cabecinha
	Pavimentação da estrada de ligação entre o cruzamento da EM 540 passando por Água Formosa a Vale das Casas (CM1036-A)
	Repavimentação da estrada de ligação entre o cruzamento do CM1036 a Água Formosa (CM1306-1)
	Construção da estrada de ligação entre Vilar do Ruivo e Abrunheiro Grande
	Estrada de ligação entre S. João do Peso, Algar e Lameiras do Algar
	Pavimentação de arruamentos: Boafarinha; Azenhas e Seada
	Pavimentação/Beneficiação de arruamentos: Lousa; Vila de Rei, zona envolvente à igreja matriz; zona envolvente à capela dos Estevais; Cabecinha; Ribeiros e Vale do Grou
2003	EN2, beneficiação do pavimento entre Vila de Rei e limite do distrito
	Repavimentação da EM540, troço entre Lousa e Milreu
	Reparação da estrada de ligação entre a ER348 e a Zaboeira
	Repavimentação de arruamentos e acessos: Vale do Grou e Quinta do Pranto
	Pavimentação dos arruamentos em Milreu

Ano	Ações
2004	Repavimentação de estradas de ligação entre Casais da Pereira - EN2, cruzamento do Pisão Cimeiro - Milreu e Milreu - EN2
	Pavimentação da estrada de ligação entre Boafarinha e cruzamento da Salavisa
	Repavimentação da estrada de ligação entre Fouto e proximidades de Vilar Ruivo e pavimentação da estrada de ligação entre Vale Linho e proximidades de Monte Novo
	Repavimentação das estradas de ligação entre S. João do Peso e Portela dos Colos, Várzeas, e Vale da Urra e pavimentação entre Eira Velha e proximidades do cruzamento da Salavisa
	Caminho rural entre Fonte das Eiras e Relva
	Beneficiação da acessibilidade a Água Formosa - Ribeiros, Vale das Casas e Vilar do Chão
	Repavimentação da estrada de ligação entre ER348 e Portela e pavimentação do largo da Capela da Quinta das Laranjeiras
	Repavimentação da estrada de ligação entre Salavisa e proximidades de Eira Velha
	Pavimentação da estrada de ligação entre Pereiro Fundeiro e Pereiro Cimeiro e entre Vale das Casas e proximidade de Marmoural
	Pavimentação de arruamentos: Pisão Cimeiro; Pisão Fundeiro; Avelera e Estevais
Beneficiação dos arruamentos em Sesmarias e Vale da Urra	
2005	Repavimentação de estradas de ligação: Salavisa - cruzamento do Vale da Urra; Boafarinha / cruzamento para Salavisa; Fouto - Lagoa; Vale Linho - Monte Novo; S. João do Peso - Portela dos Colos; Várzeas - Vale da Urra; Eira Velha - cruzamento para a Salavisa; ER 348 - Portela; S. Martinho - Trutas; Vale do Grou - Brejo Cimeiro
	Pavimentação de estradas de ligação: Ribeira - Aldeia; Pereiro Fundeiro - Pereiro Cimeiro; Vale das Casas - Marmoural; Proximidades de Pisão - Penedal; ER348 - Várzea de Ordem - Penedo; Casal Novo - Brejo do Cerro; Borreiro - Vale da Urra; Casal Formoso - Casais de Baixo
	Pavimentação de arruamentos em: Sobreiras altas; Monte Novo; Ribeira; Abrunheiro Grande; Largo da Capela da Quinta das Laranjeiras; Z.I do Carrascal; Salavisa; Monte Novo, Várzeas; Eira Velha; Vale do Grou; Alcamim; Fernandaires; Zevão; Braçal; Largo de acesso ao Lagar da Boafarinha
2006	Colocação de rails de segurança em estradas municipais: Almofala - Quinta das Laranjeiras; S. J. Peso - Sesmarias; Lagoa Fundeira - Vilar do Ruivo; Brejo Cimeiro; Boafarinha Cimeiro; Boafarinha - Borreiros; Relva - EN2 e Centro Geodésico
	Pavimentação de arruamentos em: Sesmarias - acesso ao Lar de S.J. Peso
	Repavimentação de estradas de ligação: EN2 - Cidreiro
	Pavimentação de estradas de ligação: Variante EN2 - Fonte Nova; Paredes-Malhada-Arrancoeira
2007	Reparação de pavimentos pelas vias do concelho
2008	Beneficiação e alargamento da ER348 entre Vila de Rei e Portela
	Repavimentação da rua entre a igreja da Fundada e o Centro de Dia Família Dias Cardoso
2009	Alargamento do CM1306 de ligação à Borda da Ribeira
	Repavimentação da estrada de ligação entre o CM1306 e Vale das Casas
	Pavimentação de curvas na estrada de ligação entre o Brejo Fundeiro e a Avelera

Ano	Ações
	Estrada de ligação entre Milreu e Casais da Pereira;
	Pavimentação da estrada de ligação entre Abrunheiro Grande e Abrunheiro Pequeno
	Repavimentação da ER 348 ENTRE Portela e Palhota
	Reparação da estrada de ligação entre Seada e Zevão
	Repavimentação do CM1293 entre Vila de Rei e a ER348
	Alargamento da estrada de ligação entre S. J. Peso - Ponte do Bostelim e Vale da Urra
	Alargamento da EM534 na rua principal em Fundada
	Pavimentação de arruamentos: Aldeia do Couço; Azenha Fundeira; Fundada; Lavadouro; Milreu; Palhota; Boafarinha; Vale das Casas; Rua Prof. José Nunes
2011	Requalificação da pavimentação na EM534 entre Lagoa - Vilar Ruivo
	Pavimentação de arruamentos: Rua do Carrascal; Rua João e Fernanda Garcia
	Saneamento nas estradas: ER348; Eira Velha; Casal Novo; Milreu; Trutas; Aldeia do Couço; Fundada; Casais de Baixo; Lousã; Quinta das Laranjeiras; Boafarinha
	Repavimentação de arruamentos: Largo do Clube da Fundada; Beco da Junta da Fundada
2012	Pavimentação de arruamentos: Melhoramentos na Rua do Brejo Fundeiro
	Repavimentação de arruamentos: Vale; Relva de Boi; S.J. Peso; Vale Galego; Cabecinha; Lagoa Fundeira; Lavadouro
2013	Repavimentação da estrada de ligação entre a Quinta das Laranjeiras - Lousa
	Pavimentação da estrada de ligação Vale das Casas - Lousa
	Alargamento de curvas da estrada entre Eira Velha e a Ponte do Vale da Urra
	Alargamento do acesso da ER348 para a aldeia da Azenha Fundeira
	Selagens de fissuras em estradas municipais: Seada; Azenhas; Estevais; Valadas; Vladinhas; Aveleira; Cercadas; Brejo Fundeiro; Vale das Casas; Marmoural; Casal Cimeiro e nas estradas que ligam as aldeias de Seada - Zevão; Vilar Ruivo - Fernandaires; Zaboeira - Seada; Orgueira - Aivado - Lavadouro; Pisão Cimeiro - Milreu; Ribeiros - Quinta das Laranjeiras; Fouto - Relva de Boi
	Pavimentação de uma reula em Estevais e Bejo Fundeiro
	Reabilitação da calçada da Zaboeira
	Alargamento de rua no Pisão Cimeiro
	Manutenção da calçada em Salavisa
	Reparação da rua em Quinta das Laranjeiras
2014	Reparações diversas em estradas municipais
	Reparação da Estrada Panorâmica

Ano	Ações
	Arranjo do acesso e estacionamento na Zaboeira
	Criação de passadeiras sobrelevadas em Lagoa; Quintas das Laranjeiras; Cabeça do Poço; Silveira; S. J. Peso e Lombas de redução de velocidade em Silveira e Ladeira
2015	Manutenção de estradas e arruamentos municipais diversos: Picoto; Vale do Grou; Milreu; Cercadas, Salavisa; Valadas; Boafarinha; Relva; S. J. Peso; Portela dos Colos; Aldeia do Couço; Casais Baixo
	Colocação de Rail's de proteção em entradas municipais: Brejo Fundeiro; Ribeiros; Seada; estrada de Vilar do Ruivo - Fernandaires; Lagoa - Vilar do Ruivo; S. J. Peso, Fonte Boa - Amêndoa e Penedo.
	Infraestruturas e acesso da ER348 para o futuro Centro Geriátrico
	Alargamento da Av. Dr. Francisco Sá Carneiro
	Repavimentação de estradas de ligação: Lagoa Fundeira; Z.I Industrial de Vila de Rei; Centro Geodésico; Valadas; Valdinhas
	Execução de diversas lombas de redução de velocidade na Silveira
	Manutenção de travessia para peões no cruzamento da Fundada com EN2

FONTE: CMVR, 2015

Para além das ações efetuadas ao nível da rede viária, outras também foram efetuadas ao longo dos anos e que contribuíram para a melhoria da acessibilidade, conforme exposto no quadro seguinte.

Quadro 12. Cronologia das Ações Efetuadas - Outras acessibilidades

Ano	Ações
1990	Início dos trabalhos (acessos) para a construção da ponte sobre o Rio Zezere
1993	Construção da ponte sobre a Ribeira do Bostelim entre Cabeço do Poço - S. João do Peso
1994	Construção dos encontros da ponte sobre a ribeira do Cudogoso no troço do CM1304, entre Milreu e Lousa
	Ponte sobre Ribeira da Isna entre Vilas do Ruivo e Palhais, limite dos concelhos de Vila de Rei e Sertã
1995	Construção da ponte sobre a Ribeira do Cudogoso
1996	Execução do tabuleiro da ponte sobre a Ribeira do Cudogoso no CM1304 entre Lousa e Milreu
2004	Reconstrução da ponte pedonal de Água Formosa
2008	Arranjo da antiga Ponte do Cudogoso
	Arranjo da Ponte do Vale Urra
	Melhoramento dos pilares do pontão em Cabecinha
2011	Guardas metálicas na ponte entre Abrunheiro Grande e Abrunheiro Pequeno
	Construção de Pontão na Fundada

Ano	Ações
2012	Obras de restauro da antiga ponte da Ribeira Velha
2013	Colocação de guardas metálicas no pontão da Quinta da Laranjeiras e Fundada
2015	Manutenção e recuperação da Ponte do Vale da Urra
	Obras de manutenção da Ponte do Brejo Fundeiro
	Colocação de guardas em Pontão no Penedo
	Travessia da linha de água no Vale Gil

FONTES: CMVR, 2015

Relativamente aos transportes públicos o PDM'95, indicava uma situação de alguma carência que fundamentalmente tinha origem na fraca acessibilidade rodoviária em termos nacionais e nas deficiências detetadas a nível da rede viária do concelho. Para além disso os estudos do plano indicavam que não existia qualquer infraestrutura de apoio ao transporte público de passageiros. *“Efetivamente, a movimentação de passageiros faz-se ao ar livre com todas as desvantagens que daí advém, tanto em termos de segurança como de conforto.”*

Desta forma o PDM em vigor aconselhava a construção de uma Terminal Rodoviário de preferência na sede do concelho. Já a nível no restante território proponha a implementação de uma rede de abrigos nas paragens das zonas principais, uma vez que ou eram inexistentes ou não se encontravam adaptados aos rigores climáticos da região.

Atualmente os transportes públicos no município, com exceção da Rede de Expressos que fazem a ligação de longo curso, são assegurados pela Câmara municipal, Transporte escolar e transporte à comunidade, gratuitamente, todas as terças-feiras e quinta-feira de manhã, de todas as aldeias.

Em forma de síntese, considera-se que ao longo da vigência do plano, foram efetuadas importantes ações de melhoria da rede viária e acessibilidade dando cumprimento às premissas do PDM em vigor. Atualmente existe uma vasta rede interna que possibilita a ligação entre aglomerados em que o município tem tido a preocupação da sua manutenção assegurando condições de circulação bastante boas, pelo que a totalidade das aldeias do município encontram-se pavimentadas. A nível de ligações ao exterior as alternativas hoje existentes são no mínimo razoáveis em quase todas as direções permitindo uma aproximação aos polos geradores de sinergias de nível local, regional e nacional.

Relativamente ao Terminal Rodoviário, não foi concretizado, contudo foram colocadas novas paragens por exemplo em Sesmarias e Palhota, bem como foi melhorado as condições de abrigo das mesmas.

### 4.3. EQUIPAMENTOS COLETIVOS

De acordo com o PDM'95, a rede de equipamentos satisfazia minimamente a população do concelho de Vila de Rei, apresentava-se como uma rede capaz de satisfazer as necessidades básicas, oferecendo ao mesmo tempo um conjunto de equipamentos atrativos tendo em consideração as dimensões do território de Vila de Rei. *“De facto, a dimensão populacional é sem dúvida o grande handicap ao investimento e rentabilização de infraestruturas no concelho”.*

Os estudos do PDM em vigor, procederam ao levantamento e análise sumaria do parque de equipamentos coletivos existentes no concelho. Contudo de acordo com os mesmos estudos, *“ a indisponibilidade de valores atualizados e definitivos do Censo de 91, bem como valores relativos à distribuição etária da população, não permite que se proceda à avaliação das necessidades do ponto de vista de cobertura e adequamento do parque de equipamentos à população atual e sua evolução futura”.*

O município entende que a rede de equipamentos é um recurso territorial, são um motor do progresso e um dos principais fatores que contribuem para a melhoria das condições de vida das populações e despectivas áreas urbanas. Desta forma ao longo da vigência do plano o município efetuou vários investimentos no que refere aos equipamentos nas diversas áreas de atuação, assim, na área do apoio social e saúde foram realizadas as seguintes ações, conforme sistematizado no quadro seguinte.

Quadro 13. Cronologia das Ações Efetuadas – Equipamentos de Apoio Social e Saúde

Ano	Ações
Vários	Apoios à construção e ampliação do Centro de Dia Família Dia Cardoso - Fundada
	Apoio à habitação (pessoas carenciadas) com prioridade a pessoas portadoras de deficiência
	Apoios municipais na construção da Casa do Idoso, com valências de Lar e Centro de Dia integrada na Santa Casa de Misericórdia
	Aprovação da construção do Centro de Acolhimento das Sesmarias
	Apoio à habitação (pessoas carenciadas) com prioridade a pessoas portadoras de deficiência

Ano	Ações
	Apoio ao concurso para ampliação e renovação do Centro de Saúde de Vila de Rei
	Construção e manutenção da creche municipal para as crianças do concelho até 3 anos (gratuita) c/ horário ajustado às mães que trabalham
	Criação de uma oficina domestica
	Posto médico de S. João do Peso
	Apoio à construção do novo Centro Paroquial
<b>2008</b>	Melhoramentos no jardim-de-infância de Vila de Rei
<b>2009</b>	Loja Social
	Início da Construção do CAO (Centro de Atividades Ocupacionais)
<b>2010</b>	Construção do novo Jardim-de-infância
<b>2013</b>	Apoio nas obras do Lar de Milreu
	Ampliação da Creche Municipal
<b>2014</b>	Obras de adaptação no Lar de Milreu
	Criação do novo gabinete de ação social
	Pinturas no Centro de Acolhimento de S. J. Peso
	Apoio a obras em WC e cozinha e cozinha da Associação de Moradores do Lavadouro

FONTE: CMVR, 2015

O quadro seguinte sistematiza a ações realizadas na área da cultura, desporto e Lazer, ao longo da vigência do plano.

Quadro 14. Cronologia das Ações Efetuadas - Equipamentos de Cultura, Desporto e Lazer

Ano	Ações
<b>Vários</b>	Recuperação da Casa do Patronato para adaptação a Museu e criação do Museu Municipal de Vila de Rei
	Construção do Polidesportivo de Vila de Rei
	Construção do Salão Polivalente
	Construção do Campo de Futebol
	Construção da Piscina Coberta de Aprendizagem
	Museu da Geodesia
	Construção das Tasquinhas do Parque de Feiras

Ano	Ações
	Varias Zonas de Lazer Construção do Parque Infantil de Vila de Rei Criação da Escola de Ballet Reconstrução de açudes e arranjo de caminhos pedonais na ribeira das Trutas, da vila e das Cortelhas Melhoramento da Cobertura da "Casa Xavier" Skate Park de Vila de Rei Construção do Campo de Mini Golf
2005	Colocação de relva sintética no Estádio Municipal Criação de um Circuito de Manutenção no interior da Vila Criação do Circuito Pedestre da Bufareira
2006	Construção da pista de Downhill entre Picoto e Fonte da Melriça
2007	Colocação de pavimento amortecedor no Parque Infantil junto ao Parque de Feiras de Vila de Rei
2008	Biblioteca Municipal José Cardoso Pires Ginásio Municipal
2009	Limpeza e manutenção dos percursos pedestres das Cascatas e Bufareira Arranjo de pavimento na piscina coberta de aprendizagem Obras de adaptação do Auditório Municipal para a realização de sessões de cinema
2010	Arquivo Municipal
2011	Criação das Rotas: Conheiras; Água Formosa Construção de campo de multijogos e piscina descoberta - 3ª fase da requalificação urbana de Vila de Rei Zona de Lazer junto ao complexo de piscinas de Vila de Rei Pintura da piscina coberta de aprendizagem
2012	Pintura do Salão Nobre Melhoramento da Praia Fluvial do Penedo Furado Pintura exterior da Piscina Municipal

Ano	Ações
	Plataforma de redução da profundidade da Piscina Municipal descoberta
2013	Museu escolar na antiga escola primária da Fundada
	Museu do Fogo e da Resina
2014	Melhoramentos no Museu Municipal
	Melhoramentos no Campo Municipal de jogos
	Pinturas interiores na Piscina Municipal
	Consolidação do anexo da "Casa Xavier"
	Obras de adaptação do Auditório Municipal Dr. José Maria Félix
	Obras de manutenção da piscina cobertas de aprendizagem
2015	Construção de esplanadas na praia fluvial do Bastolim
	Manutenção e melhoramentos das praias fluviais: Penedo Furado; Pego das Canelas; Fernandeiras e Bastelim

FONTE: CMVR, 2015

O quadro seguinte elenca as ações efetuadas a nível dos equipamentos de educação no concelho de Vila de Rei.

Quadro 15. Cronologia das Ações Efetuadas – Equipamentos de Educação

Ano	Ações
Vários	Construção da Escola Pré- Primária de Vila de Rei
	Construção e manutenção da Escola Fixa de Transito, a 1.ª em território nacional
	Reparação das antigas escolas primárias da Lousa e Lagoas
	Estabelecimento do funcionamento do 10º ano / Ensino Secundário em Vila de Rei
	Investimento de cerca de 100.000,00 €, em equipamentos para os laboratórios de Química, Física, Geologia e Biologia para o 10º ano funcionar em Vila de Rei
	Protocolo com o Instituto Politécnico de Leiria, para que seja lecionado, em Vila de Rei, um curso de Serviço Social e Desenvolvimento Comunitário (Curso de Especialização Tecnológica)
2009	Obras de conservação e manutenção nas antigas escolas primárias Fundada, Seada e Vila de Rei
	Construção de gradeamento, telheiros de abrigo e acessos entre a EB1 do Centro de Portugal e o Polidesportivo

<b>Ano</b>	<b>Ações</b>
<b>2010</b>	Adaptação do antigo Jardim-de-infância em Creche Municipal
	Arranjos exteriores do Jardim-de-infância de Vila de Rei
<b>2012</b>	Obras de conservação das escolas primária de Vila de Rei
<b>2013</b>	Reconversão de 2 salas na EB1

FONTE: CMVR, 2015

Na área dos equipamentos de proteção civil, foram efetuadas as seguintes ações, sistematizadas do quadro seguinte.

Quadro 16. Cronologia das Ações Efetuadas - Equipamentos de Proteção Civil

<b>Ano</b>	<b>Ações</b>
<b>Vários</b>	Apoio à construção do Quartel dos Bombeiros de Vila de Rei
	Abertura, alargamento e manutenção em 111 estradões florestais pelo concelho, com 235 km de comprimento
	Construção de Charcas: Quinta das Laranjeiras; Ribeiro da Serra; Quebrada
	Realização regular de trabalhos de manutenção em 21 charcas no concelho
	Criação do Serviço de Proteção Civil e do Centro de Operações de Emergência
	Elaboração do Plano Municipal de Emergência
	Constituição do Gabinete Técnico Florestal
	Colocação de sinalização de estradões florestais e pontos de água
	Lançamento da operação Fénix, com o objetivo de reflorestar parte da área ardida em 2003
	Oferta de Ambulância aos Bombeiros Voluntários de Vila de Rei
<b>2007</b>	Asfaltamento da Parada do Quartel de Bombeiros
<b>2010</b>	Construção do novo Quartel da GNR
	Construção de barragem para fins agrícolas e de proteção civil no Casal Novo
<b>2011</b>	Construção de depósito de água de apoio à proteção civil junto à Associação de Caça e Pesca
	Construção de depósito de água de apoio à proteção civil no Braçal

Ano	Ações
2011	
2012	Selagem de Poços no bosque da Vila
2013	Colocação de depósito de água para combate a incêndios florestais em S. J. Peso

FONTE: CMVR, 2015

Outras ações também foram efetuadas a nível de dotar o concelho de outros equipamentos, conforme descrito no quadro seguinte.

Quadro 17. Cronologia das Ações Efetuadas - Outros Equipamentos

Ano	Ações
<b>Vários</b>	Capela Mortuária em Milreu
	Parque de Feiras
	Construção do Mercado Municipal da Fundada e respetivos arranjos exteriores (incluindo sanitários públicos)
	Construção do novo edifício dos Paços do Concelho
	Construção do Posto de Turismo de Vila de Rei
<b>2005</b>	Construção e remodelação do palco do Parque de Feiras de Vila de Rei
	Remodelação do antigo edifício dos Paços do Concelho
<b>2008</b>	Julgados de Paz
	Ampliação do Cemitério de Vila de Rei
	Cemitério do Marmoural
<b>2009</b>	Recuperação e ampliação do Mercado Municipal
<b>2012</b>	Cobertura das tasquinhas do Parque de Feiras
<b>2013</b>	Melhoramentos nos cemitérios: Milreu e Marmoural
	Novo centro de tiragem de lixo diferenciado no estaleiro municipal
<b>2014</b>	Instalações de recolha provisória de animais
<b>2015</b>	Execução de represa de águas na Ribeira do Pisão Fundeiro

Ano	Ações
	Manutenção e pequenos melhoramentos no parque de Feiras
	Lagar Municipal no Souto

FONTE: CMVR, 2015

Embora muitas das ações seguintes não estejam relacionadas com a execução física de equipamentos, estão relacionadas de certa forma com as áreas de atuação da rede equipamental.

Quadro 18. Cronologia das Ações Efetuadas - Outros

Ano	Ações
Vários	Comparticipação em livros escolares e vestuário de chuva
	Comparticipação nos transportes dos alunos que se deslocam para outros concelhos (desde janeiro 1998)
	Criação do Passe do Idoso
	Constituição da Comissão de Apoio a Crianças e Jovens de Risco
	Criação de um núcleo da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM)
	Criação do “ Cartão Jovem Municipal” e do “ Cartão do Idoso”, que trazem inúmeros benefícios para jovens e idosos do concelho
	Protocolo entre a CM de Vila de Rei e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa para a utilização do Centro de Acolhimento, com capacidade para 300 camas e que empregará cerca de 200 pessoas
	Apoio à Casa da Oração em Casais de Baixo e Pisão Cimeiro
	Apoio a todas as Associações do concelho por parte da autarquia
	Apoio à criação do Clube de Caça e Pesca do Centro de Portugal, na Serra da Milriça
	Criação do Espaço Internet
	Formação gratuita em Competências Básicas em Tecnologias de informação
	ATL gratuito para crianças do concelho
	Viagem de estudo para os melhores alunos
	Jornadas e férias Desportivas
	Apoio à criação da Associação de Produtores Florestais
Criação do Regulamento para apoio e fixação de população jovem no concelho (atribuição de subsídios ao nascimento e ao casamento)	

Ano	Ações
	Lançamento do Boletim informativo de CM de Vila de Rei
	Criação do Gabinete de Apoio ao Município e ao Emigrante
	Criação do Gabinete Diminuição da Atividade Económica

FONTE: CMVR, 2015

Tendo em consideração esta análise, embora o Plano não aponta-se ações concretas a realizar durante a vigência do mesmo, o município efetuou diversas iniciativas nesta área, com o objetivo de estabelecer uma melhoria da qualidade de vida nos diversos aglomerados assegurando um índice de cobertura mais abrangente, independentemente da sua dimensão, promovendo assim, o estabelecimento de uma política de ordenamento do território mais descentralizada e, conseqüentemente, mais eficaz. As ações levadas a cabo foram desde investimento na construção de novos equipamentos à manutenção e ampliação dos existentes passando pelo apoio ao desenvolvimento de iniciativas/atividades associadas aos equipamentos.

#### 4.4. PATRIMÓNIO

O património cultural concelhio, formado pelo conjunto dos valores culturais é constituído pelos elementos edificados ou naturais que, pelas suas características, se assumem como valores de reconhecido interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, técnico ou social.

De acordo com o PDM em vigor o Património cultural do concelho compreende as seguintes categorias de elementos:

- a) *Imoveis em vias de classificação, para os quais está em curso o processo de classificação nos termos da legislação aplicável em vigor;*
- b) *Locais de interesse arqueológico, em que predomina o interesse arqueológico conhecido ou potencial.*

Neste sentido, o PDM'95 considerava como imóvel em vias de classificação o "Arco – Túnel da Travessa do Arco), pelo que neste período ainda não se efetuou a sua classificação.

No que concerne ao património arqueológico ao longo da vigência do plano foram inventariados os sítios arqueológicos a submeter a classificação. Os Sítios Arqueológicos de

Vila de Rei, totalizam até ao momento 68 sítios arqueológicos identificados, e um total de 66 inseridos na base de dados da DGPC.

Sítios arqueológicos identificados:

- 7 Sítios arqueológicos de habitat;
- 2 Pontes;
- 3 Vias antigas;
- 1 Barragem;
- 1 Cista pétreia;
- 2 Necrópoles;
- 1 Cemitério histórico;
- 8 Minas de filão;
- 45 Conheiras/minas de exploração de ouro aluvionar a céu aberto;
- Castro de S. Miguel

Assim sendo, um dos pontos imprescindíveis, anteriormente repleto de lacunas, imprecisões e omissões, encontra-se já preenchido: até Junho de 2006 o município tinha apenas 3 sítios arqueológicos. De momento, surgem 66 sítios identificados, dos quais 45 são Conheiras (minas de exploração de ouro aluvionar a céu aberto). De facto, podemos considerar que o Concelho de Vila de Rei não é propriamente rico em vestígios arqueológicos. No entanto, temos de compreender o estado ainda deveras embrionário da investigação, dado que apesar dos 12 anos desde as primeiras investigações pelo Dr. Carlos Batata, este tempo demonstra-se claramente insuficiente face a áreas que contam com investigações desde meados do século XIX. Acima de tudo não é necessário qualquer tipo de pretensiosismo, apesar da importância inigualável em território atualmente português do “Conjunto de Conheiras do Concelho de Vila de Rei”.

No sentido de preservar o vários património do concelho, o município tem desenvolvido varias ações, conforme sistematizado na tabela seguinte.

Quadro 19. Cronologia das Ações Efetuadas no Património

Ano	Ações
Vários	Restauro da antiga Igreja Matriz
	Beneficiação da Fonte de Água Formosa
	Integração do Município no Parque Arqueológico e Ambiental do Médio Tejo

Ano	Ações
2005	Arranjo da Bica da Milriça e respetivo ajardinamento
2008	Arranjo de Via Sacra (Seada/Zevão)
2010	Melhoramentos na Capela das Valadas
	Recuperação do Lavadouro e Pontão de Vila de Rei
	Sinalização das Conheiras e Sítios arqueológicos
2011	Painel de azulejo da Rainha Santa Isabel
	Pintura do Cruzeiro da Fonte Boa
2012	Colocação de placas informativas junto aos monumentos históricos
	Embelezamento e melhoramento do Castro de S. Miguel
2013	Via Sacra de Senhora do Pranto
	Pintura da Bica da Milriça e Miradouro da Palhota
2014	Trabalhos de manutenção da Bica da Milriça
	Trabalhos de manutenção nos chafarizes junto aos cemitérios
2015	Obras de limpeza, recuperação e manutenção do cruzeiro da Seada, Via Sacra e Capela de Oração do Zevão

FONTE: CMVR, 2015

Nesse sentido o município de Vila de Rei tem procurado efetuar diversas obras de manutenção por forma a valorizar e preservar o diverso património existente no concelho, dando cumprimento ao estabelecido no PDM anterior.

## 4.5. PARQUE URBANO

O PDM'95, considerava que da caracterização do parque habitacional foi possível identificar alguns problemas que teriam de ser contemplados nas políticas a definir e aplicar, designadamente:

- *Criar sistemas de apoio aos residentes e propriedades para recuperar e qualificar, sempre que possível, o parque edificado, de modo a reduzir o peso da degradação física na paisagem urbana e melhorar as condições de habitabilidade e garantir a segurança da população;*

- *Definir regras urbanísticas que conduzam ao crescimento controlado e criterioso dos aglomerados, de modo a evitar a descaraterização arquitetónica e de dispersão das habitações, o que dificultará o alargamento e a qualidade do serviço de infraestruturas;*
- *Avaliar as reais disponibilidades habitacionais e estimular a evolução do setor da construção de forma a responder, até ao ano de 2001, às necessidades suscitadas pelo crescimento populacional e pela procura promovida pelos emigrantes;*
- *Definir e implementar áreas de expansão adaptadas às diferenciações geográficas, tipo e intensidade da procura e integrá-las no âmbito dos Planos de Urbanização que definem os objetivos de crescimento do concelho.*

Em forma de síntese, considera-se que o parque habitacional existente atualmente é suficiente para a população, contudo, denota-se uma capacidade e apetência do concelho para a 2ª habitação ou uso sazonal. Desta forma tendo em conta o aumento populacional verificado no último período intercensitário é necessário continuar a estimular o setor da construção para responder à procura.

Na parte social e dando cumprimento ao que o PDM'95 preconizava, a autarquia tem vindo a desenvolver ações importantes, nas áreas da habitação social, recuperação de habitações e apoio domiciliário a pequenas recuperações, contribuindo assim para a fixação da população, melhoria da qualidade de vida da população bem como na melhoria da imagem e paisagem urbana através da recuperação/requalificação dos espaços, conforme descrito em mais detalhe nos pontos seguintes.

### **Apoio social à habitação**

Considerando a existência de um número significativo de casas degradadas (estando muitas delas desabitadas) nas zonas urbanas antigas do Concelho, bem como o facto de estes prédios não oferecerem muitas vezes condições desejáveis de habitabilidade aos seus moradores e ainda contribuírem para a desvalorização do aspeto geral do concelho. O Município considerando a lei n.º159/99 de 14 de Setembro que veio transferir para as autarquias locais atribuições relativas à habitação, passando para estas a competência de garantir a conservação e manutenção do parque habitacional privado e cooperativo, designadamente através da concessão de incentivos e da realização de obras coercivas de

recuperação de edifícios, e ainda propor e participar na viabilização de programas de recuperação ou substituição de habitações degradadas.

Neste sentido com o objetivo de melhorar as condições de habitabilidade dos munícipes e preservar o património arquitetónico, o município desencadeou já a alguns anos dando cumprimento à estratégia apontada no PDM em vigor um processo de apoio à execução de obras de recuperação e reabilitação de habitações degradadas nos núcleos históricos das sedes de freguesia.

Os apoios a considerar de acordo com o regulamento municipal elaborado são:

*Artigo 1, n.º2:*

- *Elaboração dos projetos de arquitetura quando necessário;*
- *Acompanhamento técnico da obra;*
- *Fornecimento de 50% da areia e tinta;*
- *Remoção de entulho e transporte para vazadouro;*
- *Execução dos ramais de ligação à redes públicas de água e esgotos;*
- *Isenção de taxas relativas ao processo de licenciamento;*

*Artigo 1, n.º3*

*Poderão ainda ser acrescidos aos apoios mencionados no número anterior, as pessoas com rendimentos anuais brutos, iguais ou inferiores aos definidos no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º39/2001:*

- *Telhas até ao máximo de 25% do total da cobertura;*
- *Cimento até ao máximo de 25% do total da obra*

No âmbito do desenvolvimento da sua política social, o município a partir do Edital n.º138/2005, de 24 de Fevereiro, criou a Oficina Domestica (OD), com o objetivo de proporcionar serviços de arranjos domésticos nas áreas da canalização, eletricidade, carpintaria, entre outros pequenos arranjos, de forma a colmatar a fraca capacidade económica da média da população, sendo que o serviço prestado é efetuado pela Camara municipal. As condições de acesso e quem pode ser beneficiário deste apoio social encontra-se definida no artigo n.º2 do regulamento.

Ainda na área do apoio social, o município com o objetivo de incentivar a fixação de população no concelho, disponibiliza à população e em especial aos mais jovens, que procuram a primeira habitação ou famílias carenciadas que procuram habitação condigna e adequada ao seu agregado familiar um conjunto de 36 fogos. Esta medida tem promovido da melhoria da qualidade vida da população ao longo dos anos, sendo que o município

propõe-se continuar, mantendo uma política principalmente social, promovendo, com este projeto, o acesso à habitação condigna. Os fogos sociais são atribuídos mediante abertura de concurso de classificação, tendo como população-alvo: cidadãos nacionais maiores e emancipados, que tenham domicílio na área de jurisdição do Concelho de Vila de Rei, ou trabalhando na área de jurisdição do concelho, tenham intenção de aí ter o seu domicílio. Art. 3.º, al. D).



**Figura 1. Habitação Social**

Fonte: [www.cm-viladerei.pt](http://www.cm-viladerei.pt), 2015

Neste contexto o município de Vila de Rei tem ainda, à disposição de todos os interessados, diversos edifícios, terrenos e apartamentos para venda e aluguer. Estas unidades encontram-se no centro de Vila de Rei (antigo edifício dos Correios, edifício Rainha Santa Isabel e apartamento no antigo edifício do Quartel da GNR), no Loteamento da Fundada (lotes a 15€ por m<sup>2</sup>) e no Loteamento Vale Galego (lotes a 22,45€ por m<sup>2</sup>). A estes juntam-se ainda as antigas Escolas Primárias de Aveleira e Salavisa. De acordo com o executivo municipal, *“a disponibilização destes lotes e edifícios para venda e arrendamento a custos controlados é mais uma medida de apoio e incentivo para que os nossos jovens possam fixar a sua residência no nosso Concelho. O Município de Vila de Rei garante um vasto*

*conjunto de vantagens para todos os interessados em fixar a sua residência, sendo esta mais uma medida adicional na luta pela fixação da população no interior do País.”*

### **Requalificação e arranjos urbanísticos**

Uma das principais competências do município centra-se na intervenção e requalificação urbanísticas promovendo ações e projetos de importância relevantes, para melhorar a qualidade de vida urbana e coesão territorial. Desta forma o município tem efetuado diversas ações ao longo da vigência do plano nesta matéria, conforme sistematizado no quadro seguinte.

Quadro 20. Cronologia das Ações Efetuadas – Urbanismo e Requalificação Urbana

<b>Ano</b>	<b>Ações</b>
<b>Vários</b>	Arranjo dos terrenos da Escola C+S de Vila de Rei
	Execução do Monumento alusivo à família e zona envolvente
	Infraestruturas do Bairro Social – Loteamento Municipal 3.ª Fase
	Acessos e envolventes aos Paços do Concelho
	Execução das infraestruturas do loteamento municipal de Vale do Grou
	Arranjo dos terrenos da Escola C+S de Vila de Rei
	Arranjo paisagístico da zona envolvente ao Marco Geodésico
	Construção de um fontanário na Milriça
	Construção e enquadramento de Jardins e estacionamento
	Embelezamento dos acessos a Vila de Rei com 3 novas rotundas
	Embelezamento dos Jardins de Vila de Rei
	Colocação de painéis de azulejo c/nomes das ruas nas aldeias do concelho
	Infraestruturas elétricas no Loteamento municipal de Vale do Grou do Bairro Social – Loteamento Municipal 3.ª Fase
	Colocação de sistemas de rega em jardins municipais
	Infraestruturas do Loteamento municipal de Vale Galego – 1ª fase
Requalificação Urbana de Vila de Rei – 1ª Fase	

Ano	Ações
	Loteamento municipal da Fundada
2007	Terraplanagens da urbanização de Vale Galego – Zona 2
	Muro de Gabions em Aveleira
	Ordenamento do estacionamento e embelezamento da zona envolvente ao Mercado Municipal DE Vila de Rei
2006	Reconstrução/adaptação da antiga escola primária de S. J. Peso em habitação social
2008	Aquedutos da Azenha do Meio
	Arranjos exteriores no largo da igreja dos Estevais
	Arranjos exteriores da Biblioteca José Cardoso Pires
	Construção de passeio pedonal na Rua da Biblioteca
	Construção de rampa de acesso ao Parque de Feiras
	Infraestruturas do Loteamento municipal da Fundada
	Infraestruturas do Loteamento municipal de Vale Galego - 2ª, 3ª fase
2009	Construção de sanitários no Vale da Urra
	Embelezamento paisagístico nas Ruas Dr. Ponces de Carvalho e rua António Martins Cobra em Vila de Rei
	Execução de diversas obras de melhoria de acessibilidades, nas três sedes de freguesia, para acesso a pessoas portadoras de deficiência
	Melhoramento de estacionamento em Vale de Grou
	Execução de rampa no Brejo Fundeiro
2010	Execução de rampas de acesso a cidadãos portadores de deficiência
	Muro de suporte na zona do lavadouro de Vila de Rei
	Reparação da calçada junto à Biblioteca e na aldeia da Zaboeira
	Realização de muro se suporte na Fundada
	Iluminação da Zona Industrial do Souto
	Arranjos exteriores do novo quartel da GNR
	Arranjos exteriores dos 36 fogos a custos controlados
	Execução de muro em Milreu e Malhada

Ano	Ações
	Colocação de paragem de autocarro em Sesmarias
	Execução de passeios na zona industrial do Carrascal
2011	3ª Fase de Requalificação Urbana de Vila de Rei
	Execução de passeios junto ao pavilhão polidesportivo de Vila de Rei e zona industrial do Carrascal
	Requalificação das entradas do campo de jogos de Vila de Rei
	Limpeza e nivelamento de terrenos junto a Associação dos Casais de Baixo
	Arranjos exteriores da sede da Liga dos amigos do Vilar do Ruivo
	Passagem pedonal entre Fundada e Cabeça do Poço
	Colocação de paragem de autocarros em Palhota
	Colocação de guardas metálicas em escadaria publica do Lavadouro
	Muro de suporte no Brejo Fundeiro
2012	Embelezamento e melhoramento do Miradouro da Palhota
	Embelezamento da rotunda dos Bombeiros Voluntários de Vila de Rei
	Arranjo envolvente à Capela e colocação de gradeamento nas Trutas
	Arranjo de calçada na Portela
	Criação do Bosque na Vila 1ª fase
	Construção de muro na Quinta das Laranjeiras
	Rebaixamento do passeio junto a Misericórdia de Vila de Rei
	Muro de Suporte na Lagoa
2013	Arranjo envolvente ao Monumento à Família
	Muro de suporte no Brejo Fundeiro
	Pinturas interiores e pequenos arranjos nas unidades de apoio na praia fluvial do Pego das Cancelas
	Melhoramento do espaço envolvente à Fonte da Milriça
	Colocação de placas de toponímicas em Água Formosa
	Pinturas do Picoto do Centro Geodésico

Ano	Ações
	Pinturas nos Cemitérios
	Aumento da capacidade do açude em Casal Novo
	Reabilitação do encaminhamento de águas pluviais em Lousa
	Muro em Valadas
	Muro de suporte em Água Formosa; Ribeiros; Zaboeira
	Construção de WC's públicos em Água Formosa
2014	Criação de um estacionamento para cidadãos portadores de deficiência junto à praça de táxis
	Parque de estacionamento no cemitério de Vila de Rei
	Impermeabilização do lago do monumento à família
	Trabalhos de limpeza do Bosque da Vila
	Estacionamento no Cemitério do Marmoural
	Muro de suporte e encaminhamento de águas em Pisão Fundeiro

FONTE: CMVR, 2015

### **Reabilitação Urbana**

Mais recentemente a Câmara Municipal procedeu delimitação de três Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) – ARU de Vila de Rei, ARU de Fundada e ARU de Milreu – de acordo com a atual redação do Regime Jurídico de Reabilitação Urbana (RJRU) estabelecida pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, que têm como principal intenção reformular a rede de abastecimento de água e a rede de águas residuais, bem como reabilitação das edificações.

## **4.6. PROMOÇÃO EMPRESARIAL**

Os estudos do PDM em vigor consideravam que a atividade industrial no concelho era reduzida, refletindo um indicador de produtividade baixo, o que tem contribuído para o isolamento a que o concelho tem estado sujeito.

Da análise ressaltava que, *“um dos principais fatores impeditivos deste desenvolvimento têm sido as deficientes condições de acessibilidade ao concelho. No entanto, perspectivam-*

*se projectos e ações que podem levar Vila de Rei a sair desta situação apresentar no curto/médio prazo um desenvolvimento económico sustentado. No entanto, este plano de recuperação económica não poderá assentar unicamente no desenvolvimento de um só aspeto”.*

O plano apontava que, *“ a melhoria de infraestruturas, atractibilidade e condições de fixação para as populações, o desenvolvimento dos recursos humanos, e o crescimento sustentado e planeado dos sectores económicos tradicionais, têm de ser partes do todo de um plano para o crescimento económico de Vila de Rei “*

O PDM’95, referia que se encontrava em desenvolvimento trabalhos de infraestruturização com o intuito de criar uma Zona Industrial junto à sede do concelho. Para a ocupação desse espaço já existiam algumas intenções, *”que poderão vir a criar algum emprego e, por conseguinte, a fixação da população na Região.”* Por outro lado, *“a concentração de indústria num único local, quando alguma dela se encontra presentemente dispersa, embora traga algumas sinergias e economias de escala, não deixa de criar outro tipo de problemas, concretamente com a concentração pendular de deslocação em períodos bastantes curtos do dia, originando distorções na ocupação dos aglomerados urbanos.”*

Desta forma o plano considerava que ao mesmo tempo que se procura estimular o desenvolvimento industrial no concelho, este deveria ser concertado com uma estratégia de ocupação e ordenamento adequada, para que não existam desequilíbrios com o crescimento económico que se pretendia atingir.

Atualmente o concelho possui uma atividade industrial muito diversificada mas de escala reduzida. As indústrias transformadoras e as alimentares representam uma das principais atividades, as indústrias de madeira e derivados também têm neste concelho uma presença significativa face à atividade florestal.

Quadro 21. Atividade na Indústria

Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3)	Empresas (N.º)			
	2013	2012	2011	2010
	N.º	N.º	N.º	N.º
<b>Total</b>	283	272	303	297
<b>Indústrias extrativas</b>	1	0	0	0
<b>Indústrias transformadoras</b>	34	31	37	35
Indústrias alimentares	12	10	11	11
Indústria das bebidas	1	1	1	0
Fabricação de têxteis	3	3	4	4
Indústria do vestuário	0	0	1	1
Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria	7	7	7	7
Fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos	1	1	1	1
Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	2	2	3	2
Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos	5	4	5	5
Fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos eletrónicos e óticos	1	1	1	1
Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.	1	1	1	1
Fabrico de mobiliário e de colchões	0	0	1	1
Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	1	1	1	1

Fonte: INE, Anuário Estatístico Região Centro, 2014

A Câmara Municipal de Vila de Rei, no uso das suas competências, fomentou nas últimas duas décadas o desenvolvimento económico do município através da promoção de espaços de atividades económicas destinados à instalação e fixação de empresas em áreas vocacionadas para o efeito.

Deste modo foram criados 3 Zonas Industriais (ZI), ilustradas na figura seguinte, com 40 ha de terreno para a implantação de empresas distribuídos por:

- ZI do Pinhal / Carrascal – 10 ha;
- ZI de Vila de Rei – 10 ha;
- ZI do Souto – 20 ha.

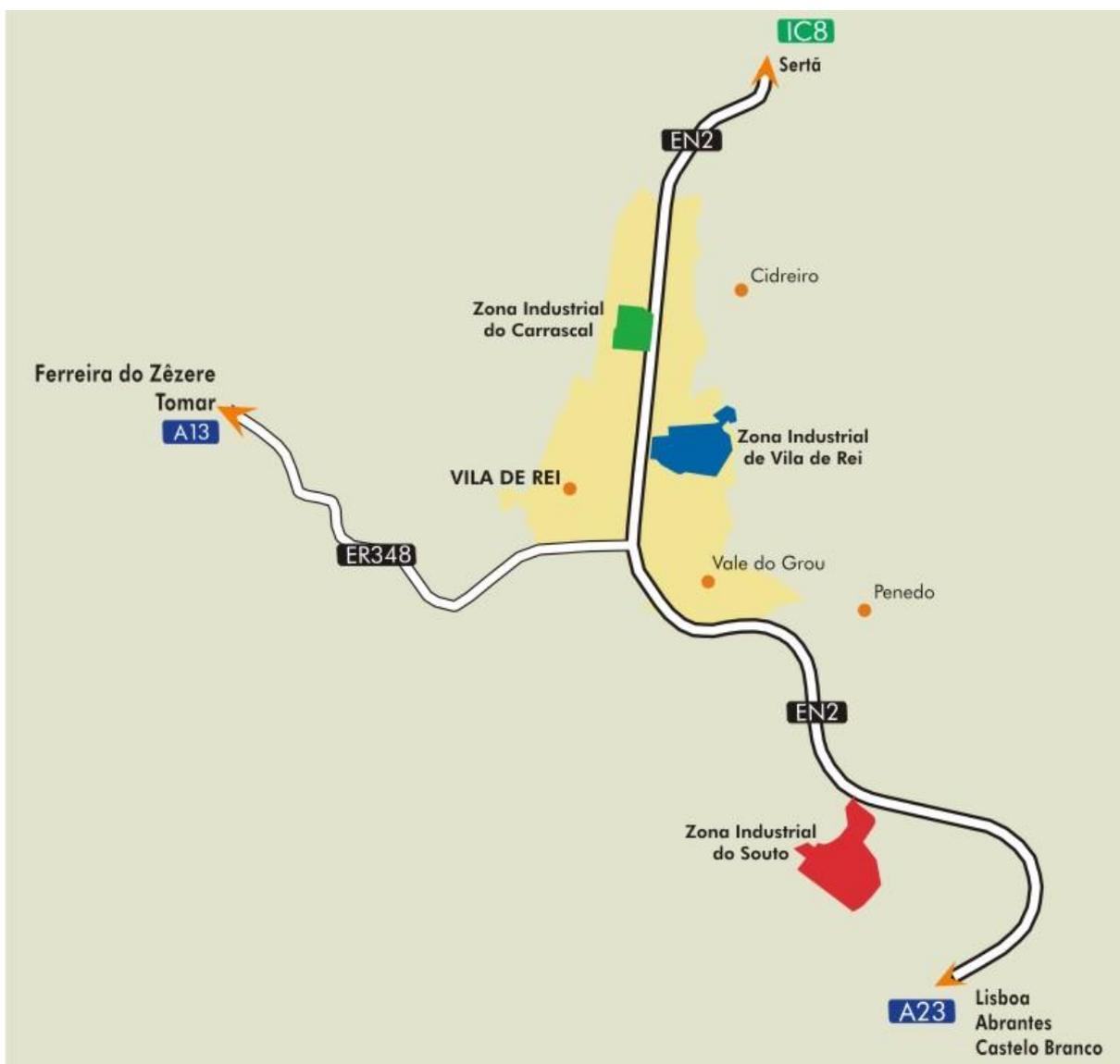
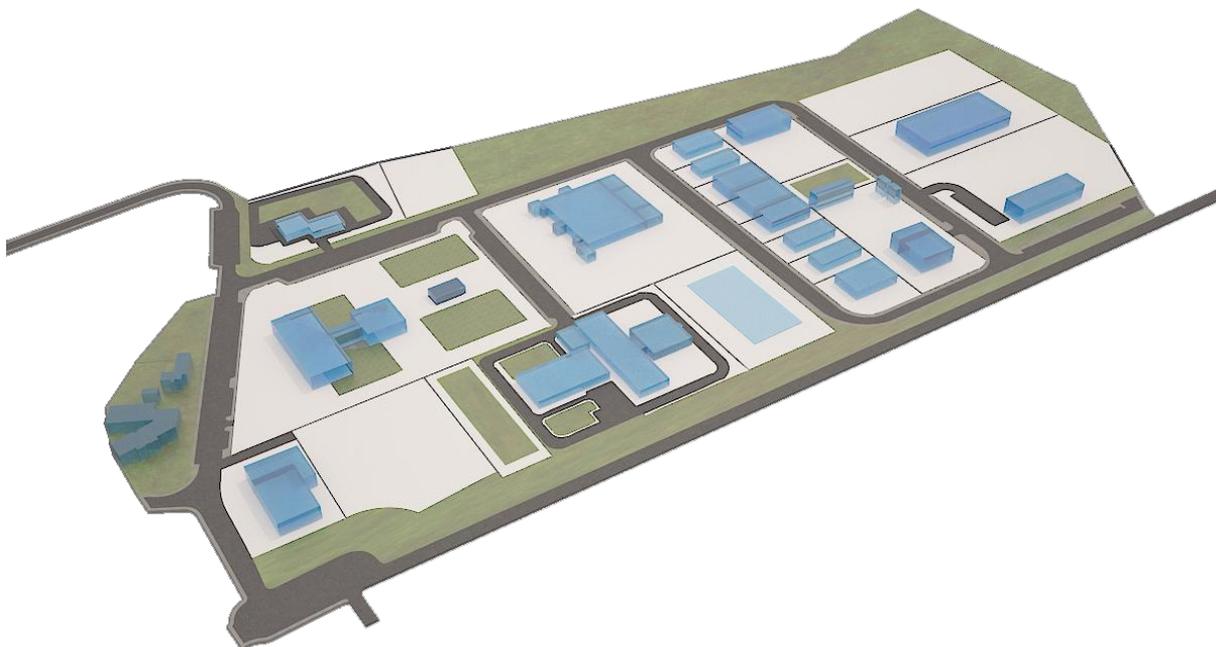


Figura 2. Localização das zonas industriais de Vila de Rei

Fonte: CMVR, acessido em <http://www.cm-viladerei.pt/index.php/pt/investir/acesso-as-zi#localização-das-zi> a 18.11.2015

Em relação aos níveis de ocupação atuais a ZI de Vila de Rei e a ZI do Carrascal encontram-se praticamente ocupados.



**Figura 3. ZI do Pinhal/Carrascal**

Fonte: CMVR, acedido em <http://www.cm-viladerei.pt/index.php/pt/investir/zi-carrascal> a 18.11.2015



**Figura 4. ZI de Vila de Rei**

Fonte: CMVR, acedido em <http://www.cm-viladerei.pt/index.php/pt/investir/zi-vila-de-rei> a 18.11.2015

Em relação à ZI do Souto, que pese embora não estivesse prevista no PDM foi implementada, particularmente pela pretensão de áreas de lotes de maior dimensão e com possibilidade de expansão, que as outras duas ZI não conseguiam dar resposta. Assim as

infraestruturas de PP da ZI do Souto encontram-se a ser realizadas à medida da sua ocupação.

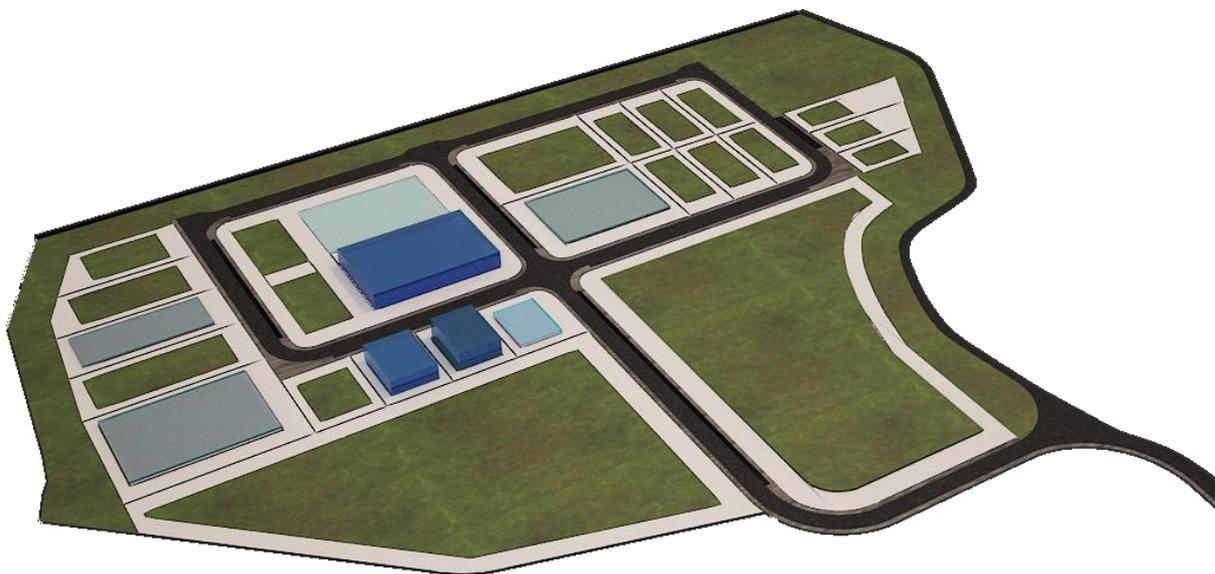


Figura 5. ZI do Souto

Fonte: CMVR, acedido em <http://www.cm-viladerei.pt/index.php/pt/investir/zi-souto> a 18.11.2015

## 4.7. TURISMO

O concelho de Vila de Rei possui um património natural e paisagístico bastante. No entanto conforme o PDM'95 indicava, *“o aproveitamento destes recursos está ainda longe de poder esgotar as potencialidades, quer em benefício das populações locais quer para fins turísticos. Para atingir este objetivo é imprescindível a construção de infraestruturas adequadas e também de equipamento de apoio para atividades de lazer. Toda a zona ribeirinha da Albufeira de Castelo de Bode, podia, constituir uma fonte de receitas para o concelho em termos turísticos, melhorando ao mesmo tempo a qualidade de vida da população residente.*

Quadro 22. Cronologia das Ações Efetuadas no Turismo

Ano	Ações
<b>Vários</b>	Realização do Festival "Rock na Vila "
	Receção das Challengers Trophy da FADU e IST
	Apoio à realização de diversos passeios TT
	Realização anual da prova desportiva de BTT - SuperSlalom Dowhill
	Praia Fluvial da Ribeira de Codes- Penedo Furado
	Praia Fluvial e Parque de Campismo Rural do Bostelim
	Praia Fluvial do Pego das Cancelas
	Praia Fluvial de Fernandaires (Piscina Flutuante e equipamento de apoio)
	Praia Fluvial da Zaboeira (Piscina Flutuante)
	Limpeza do espelho de água da Ribeira da Isna
	Realização anual da Feira de Enchidos, Queijo e Mel
	Integração de Vila de Rei na Região Demarcada dos Queijos da Beira Baixa
	Criação da zona balnear de Fernandaires, com Bar, Esplanada, Sanitários, Balneários e Piscina Flutuante para adultos e crianças
	Criação da zona balnear de Zaboeira com Piscina Flutuante para adultos e crianças
	Doc- Vila de Rei - Sete Seculos de Historia
	Elaboração do Plano Turístico
	Elaboração do Roteiro Turístico
	Flyer " Rota da Bufareira"
	Doc- Vila de Rei e o seu Passado
	Doc- Rastos de Água - Fonte de Vida
Aprovação do "Plano de Água Formosa" no Programa " Aldeias de Xisto	
Construção da Residencial D. Dinis	
<b>2005</b>	Praia Fluvial e Parque de Campismo Rural do Bostelim 2ª Fase - edifício e infraestruturas
<b>2007</b>	Praia Fluvial e Parque de Campismo Rural do Bostelim - Conclusão

Ano	Ações
2012	Estação de serviço de Autocaravanas junto ao Parque de Feiras da Vila
2014	Obras de Manutenção da Albergaria D. Dinis
	Construção da Piscina Infantil

FONTE: CMVR, 2015

Nesse sentido e aproveitando as potencialidades do concelho o município tem vindo a efetuar ações, planeadas e coordenadas no sentido do desenvolvimento do turismo com fator de atração, garantindo a preservação ecológica e ambiental, contribuindo assim para o crescimento e desenvolvimento económico do concelho.

## 4.8. INFRAESTRUTURAS

A avaliação dos níveis de infraestruturização tem por objeto a caracterização sumária da eficácia dos sistemas de abastecimento de água, de saneamento básico e de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos.

Não obstante, considera-se pertinente a análise da evolução do nível de acesso da população às infraestruturas básicas ao longo do período de vigência do PDM em vigor, recorrendo-se para o efeito a informação disponível e os estudos do PDM'95.

### 4.8.1. Abastecimento de Água

As infraestruturas de abastecimento de água de acordo com os estudos do PDM em vigor, à data, “ *proporcionam uma taxa de cobertura da população da população limitada a 60%, com uma capitação média de 62,5 l/hab x dia.* O abastecimento de água ao domicílio realizava-se através de furos com processo de arejamento e adição de cloro.

*A rede das povoações de Penedo e Vale de Grou, na freguesia de Vila de Rei, verificam anomalias do funcionamento e a rede da sede do concelho nas áreas de instalação mais antiga, onde se manifestam sintomas de envelhecimento. Parte das povoações é servida por fontanários (21% dos habitantes) enquanto 19% da população não tem acesso a qualquer sistema de abastecimento público*

*Quanto às fontes de abastecimento em exploração, são constituídas por captações subterrâneas dispersas em furos, minas e poços, para abastecimentos locais. A capacidade destas captações apresenta um défice generalizado em relação às necessidades do consumo da população que servem, provocando insuficiência de pressão na rede e falhas diárias no abastecimento durante os meses de verão.*

Assim o PDM apontava para o objetivo de uma melhoria do sistema de abastecimento de água, “ em quantidade suficiente, com continuidade de fornecimento e garantia de pressões limites nos dispositivos dos utilizadores abrangendo uma percentagem mínima de 90% da população... Este sistema deverá assegurar a distribuição domiciliária para consumo doméstico e a satisfação de consumos comerciais, industriais, públicos e em combate a incêndios”.

Desta forma o PDM em vigor proponha o cumprimento dos seguintes valores mínimos para o dimensionamento em projetos de ampliação e/ou remodelação dos sistemas existentes:

Quadro 23. Valores Mínimos Para o Dimensionamento dos Sistemas

<b>Tipo de Consumo</b>	<b>Aglomerado Sede do concelho</b>	<b>Restantes aglomerados</b>	<b>Sede de Freguesia</b>
<b>Consumos Domésticos</b>	110l/hab. x dia	90l/hab. x dia	-
<b>Consumos Comerciais e de Serviços</b>	10 l/hab. x dia	sem significado	-
<b>Consumos Industrias</b>	5 l/hab. x dia	sem significado	-
<b>Consumos Públicos</b>	10 l/hab. x dia	5 l/hab. x dia	-
<b>Consumos para combate a incêndios</b>	30l/hab. x dia	15 l/hab. x dia (*)	22,5 l/hab. x dia

Tipo de Consumo	Aglomerado Sede do concelho	Restantes aglomerados	Sede de Freguesia
<b>Fugas</b>	Em todo o sistema – 10% do volume de água entrado no sistema		

(\*)- Poderá ser dispensável, desde que assegurada reserva de água – análise caso a caso

Obs: nos aglomerados em que não se preveem consumos comerciais de serviços, ou industriais com referencia de consumos desta natureza será contemplada com a avaliação caso a caso, como abastecimento localizado

FONTE: adaptado, PDM de Vila de Rei – 2ª fase – Programa Base, Memoria Descritiva, 1992

O plano fazia referência para um programa de remodelação e ampliação dos sistemas, orientado para a concretização dos objetivos apontados, salienta a necessidade de recorrer a fontes de abastecimento alternativas às existentes, constituídas por captações subterrâneas dispersas e numerosas, dadas às limitações de produção das formações hidrogeológicas do concelho.

Desta forma, o plano imponha soluções orientadas para captações a partir de reservas hídricas, constituídas por armazenamento superficial. Neste sentido a albufeira de Castelo de Bode era apontada como a fonte potencial para preencher a lacuna, para a qual o município tomou a iniciativa de promover um estudo, para a elaboração de o novo sistema de abastecimento com base em água proveniente da Albufeira, tendo em conta que levaria à construção/modernização de um conjunto de infraestruturas de modo a dar satisfação às condições de bom funcionamento do sistema.

Atualmente o Município de Vila de Rei é a entidade gestora da rede de abastecimento de água no concelho. A água é captada na albufeira de Castelo de Bode, a poente junto à aldeia da Zaboeira e encaminhada para a Estação de Tratamento de Água (ETA) do Braçal. Depois de tratada é bombeada para o reservatório do Zevão e por fim chega ao reservatório principal na Pena (Orgueira), a partir do qual a água é distribuída por gravidade para todo o concelho.

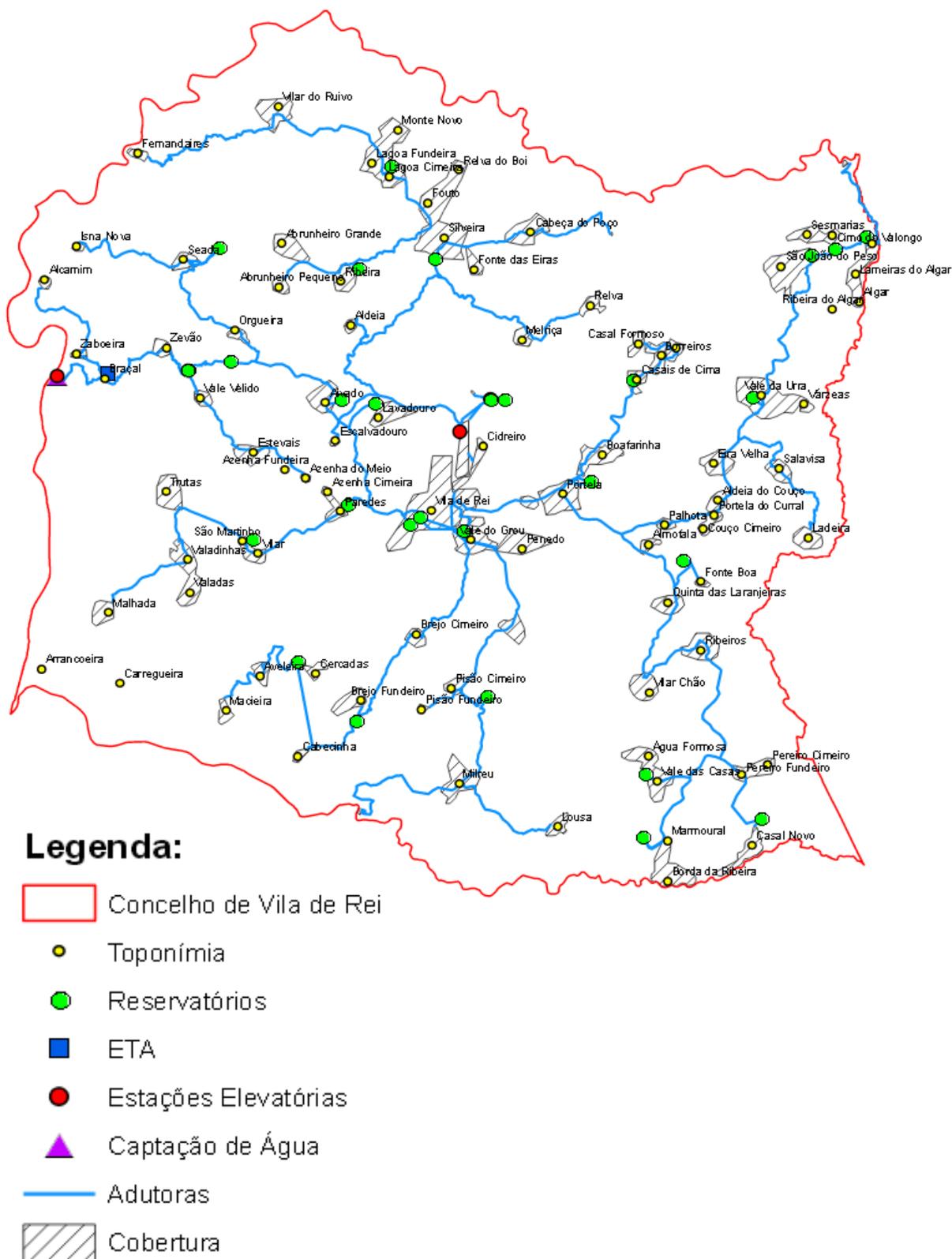


Figura 6. Rede de Abastecimento de Água do Concelho

FONTE: www.cm-viladerei.pt, 2015

A figura seguinte representa a rede de abastecimento de água, da sua observação é possível retirar as seguintes ilações:

- Da ETA sai uma rede de distribuição para as aldeias do Braçal, Zaboeira e Alcamim;
- Do Reservatório do Zevão sai a rede de distribuição para as aldeias do Zevão, Vale Velido, Estevais e Azenha Fundeira;
- Do troço 5 é distribuída a água pelas aldeias de Orgueira, Seada, Insna Nova, Abrunheiro Pequeno, Abrunheiro Grande, Ribeira, Lagoa Cimeira, Lagoa Fundeira, Monte Novo, Vilar do Ruivo e Fernandaires;
- A aldeia do Aivado é abastecida pelo troço 6, assim como as aldeias de Escalvadouro e Lavadouro que são fornecidas de água pelo troço 8;
- O Troço 7 vai distribuir a água pelas aldeias de Cidreiro, Vale Galego, Aldeia, Milriça, Relva, Silveira, Fouto, Relvo do Boi, Fonte das Eiras, Cabeça do Poço e Bostelim;
- As aldeias de Paredes, Vilar, São Martinho, Trutas, Valadas, Valadinhas, Charneca e Malhada que são fornecidas de água pelo troço 9;
- O troço 10, fornece água a Vila de Rei, Vale de Grou e Penedo;
- Os torços 11 e 12 fornecem água as aldeias de Cercadas, Aveleira, Macieira, Cabecinha, Brejo Fundeiro e Brejo cimeiro respetivamente;
- O troço 13 fornece a água as aldeias de Milreu, Casais da Pereira, Pisão Cimeiro, Pisão Fundeiro e Penedo Furado;
- O troço 14 fornece a água as aldeias de Portela, Boafarinha, Francilheira, Casal Cimeiro, Borreiros, Fundo da Lameira e casal Formoso;
- O troço 15, fornece água as aldeias de Palhota, Portela do Curral, Couço Cimeiro, Aldeia do Couço, Eira Velha, Salavisa, Ladeira, Várzeas, Vale da Urra, S. João do Peso, Lameiras do Algar, algar, Portela dos Colos Pego das cancelas, Sesmarias, Cimo do Valongo;
- O Troço 16 fornece água as aldeias de Almofala, e Fonte Boa, as aldeias Vale das Casas, Água Formosa, Marmoural, Pereiro Cimeiro, Pereiro Fundeiro, Borda da Ribeira, Casal Novo e Brejo do Cerro, são fornecidas de água pelo troço 17;
- A distribuição faz-se através de 30 reservatórios distribuídos pelo concelho

No quadro seguinte estão representadas as principais redes de distribuição e respetiva extensão, sendo que a atualmente a rede conta com 59.200,00 metros em alta e 158.580,00 metros em baixa.

Quadro 24. Principais redes de distribuição e extensão

DESIGNAÇÃO	EXTENSÃO (m)
Troço 1 – Captação ETA	1759,2
Troço 2 – ETA – Zevão	2639,45
Troço 3 – Zevão - Orgueira	1006,96
Troço 3 – Zevão - Orgueira	1006,96
Troço 4 - Orgueira- Castelo Vila de Rei	5776,4
Troço 5 – Orgueira – Seada – Lagoa Cimeira	10736,92
Troço 6 – Orgueira – Aivado	1469,72
Troço 7 – Orgueira – Silveira	8081,72
Troço 8 – Orgueira – Lavadouro	3191,22
Troço 9 – Orgueira – Paredes – S. Martinho	8000,99
Troço 10 – Orgueira – Castelo – Quinta do Pranto	6914,01
Troço 11 – Castelo – Cabecinha – Cercadas	8923,36
Troço 12 – Castelo – Brejo Fundeiro	5842,61
Troço 13 – Castelo – Milreu	7874,12
Troço 14 – Castelo – Boafarinha – Casal Cimeiro	7255,74
Troço 15 – Castelo – Vale da Urra – São João do Peso – Portela dos Colos – Sesmarias	13958,83
Troço 16 – Castelo – Fonte Boa	7364,22
Troço 17 – Fonte Boa – Vale das Casas - Marmoural – Casal Novo	8927,41

FONTE: [www.cm-viladerei.pt](http://www.cm-viladerei.pt), 2015

Atualmente de acordo com a informação fornecida pelos serviços da Camara Municipal o serviço de abastecimento de água ao munícipes é de 100%, dando assim cumprimento ao objetivo do PDM em vigor que apontava para os 90% a longo prazo Importa referir que o município, capta, trata e controla a água proveniente da albufeira de Castelo de Bode, pelo que conseguem ser autossuficientes o que permite ter preços bem mais reduzidos que os concelhos vizinhos.

Ao logo da vigência do plano existiram melhorias significativas no abastecimento de água à população do concelho de Vila de Rei, conforme se pode verificar pelo quadro seguinte, que apresenta uma sistematização das principais ações efetuadas ao longo dos anos na rede de abastecimento de água do concelho.

Quadro 25. Cronologia das Ações Efetuadas na Rede de Abastecimento de Água

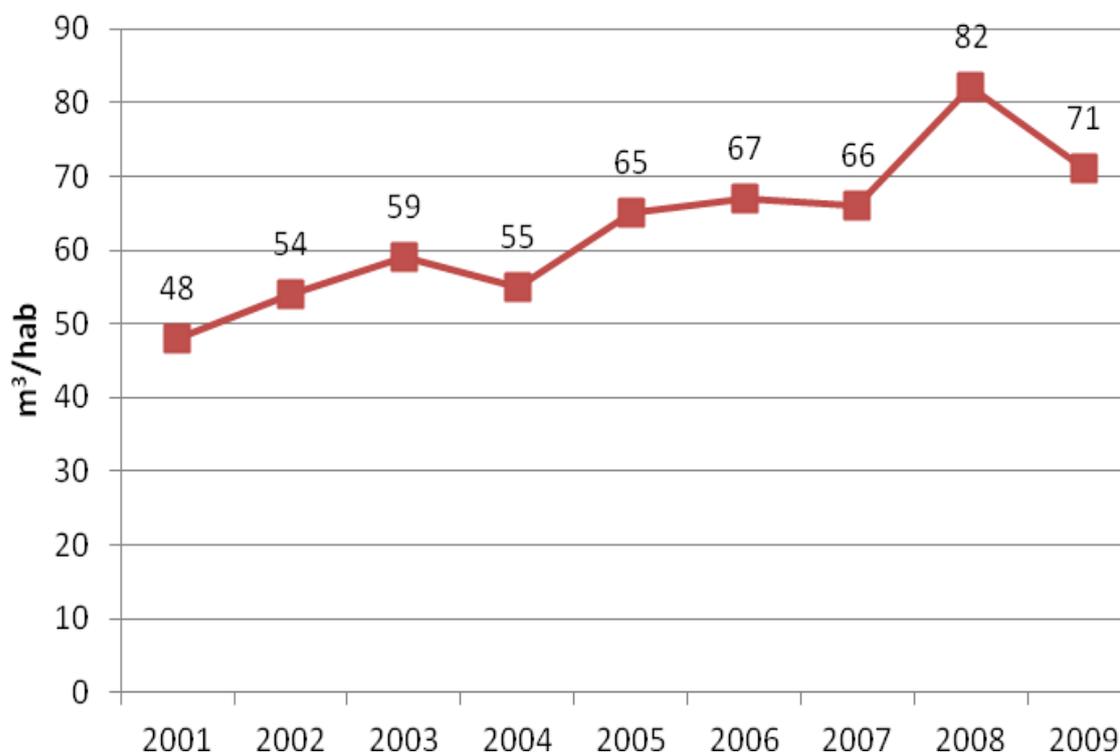
Ano	Ações
1991	Abastecimento de água a Lavadouro
	Abastecimento de água e saneamento de Estevais
	Abastecimento de água a Aivado
1993	Conservação e prolongamento da rede de abastecimento de água de fundada
1994	Reforço do abastecimento de água ao concelho de Vila de Rei - 1ª Fase - Condutas elevatórias
	Conduta adutora para abastecimento de água a Zaboeira
	Construção da adutora R2 e RE2 a, integrado no reforço do abastecimento de água ao concelho de Vila do Rei
1995	Construção dos reservatórios R1 e R2 da 1ª fase do abastecimento de água ao concelho de Vila de Rei
	Construção e arranjos exteriores da Estação de Tratamento de Água e reservatório R0 - 1ª Fase
	Construção da captação e fornecimento e montagem de equipamento de elevação e ETA
1997	Reforço do abastecimento de água ao concelho de Vila de Rei - 2ª Fase - Sub-fase A
	Estação de tratamento de águas
	Execução de conduta adutora e distribuidora em Água Formosa
2003	Abastecimento de água a Vale Galego - Conduta gravítica
2005	Abastecimento de água a Fernandaires, Milriça, Relva, Isna, Penedo Furado, Alcanin
	Prolongamento da rede de abastecimento entre Sobreiras Altas e Covão do Covo
2006	Abastecimento de água a Aldeia e Cidreiro
	Colocação de conduta de água ER 348 entre Vila de Rei e Portela
2007	Reforço da rede de águas em Paredes
2011	Reforço e alargamento da rede de águas na aldeia de Vale de Grou
	Reforço de abastecimento de água no Vilar do Ruivo
	Pintura do depósito de abastecimento de água do Vale da Urra

Ano	Ações
2012	Pintura dos depósitos de água do Braçal, Zaboeira e Orgueira
	Reforço de Abastecimento de Água à Povoação da Cabeça do Poço
	Remodelação da rede de água da Cabecinha
	Reforço do abastecimento de água da Sesmarias
2013	Reforço do abastecimento de águas à aldeia da Palhota
	Melhoramento do Abastecimento de água entre Seada e Lagoa
	Remodelação da rede de abastecimento de água à povoação de Salavisa
	Melhoria dos equipamentos de controlo da qualidade da água
	Pintura do depósito em Vila de Rei e Lagoa
2014	Remodelação da rede de água em Vale de Grou e Penedo
2015	Substituição de conduta de abastecimento de água entre Vale da Urra e cruzamento EM 244 (S. João do Peso)
	Câmara de perca de pressão na conduta geral de abastecimento de água em portela dos Colos
	Substituição de 200m de conduta geral de abastecimento de água em Lagoa Fundeira;

FONTE: CMVR, 2015

Relativamente aos consumos de água, no gráfico seguinte está representado a evolução do consumo de água/hab, segundo os dados mais recentes do INE todavia só até 2009. Da análise do gráfico é possível constatar que apesar das oscilações ao longo do tempo, em média o consumo em m<sup>3</sup>/hab tem vindo a aumentar no concelho de Vila de Rei.

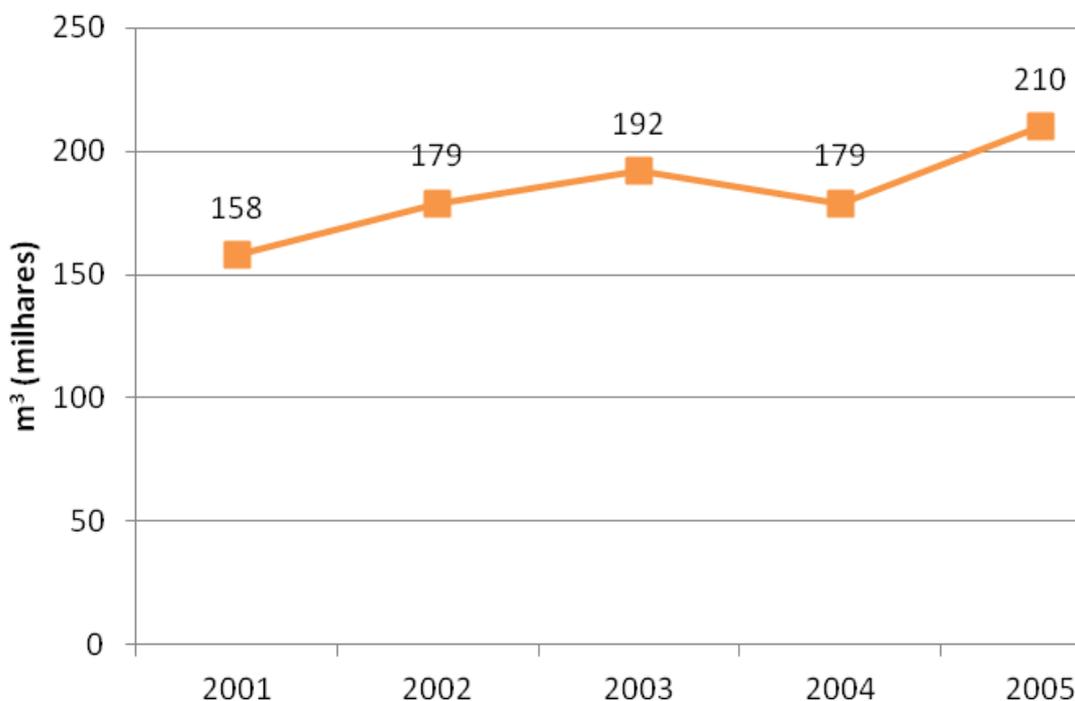
Gráfico 20. Evolução do Consumo de Água por habitante em Vila de Rei



FONTE: INE, Anuários Estatísticos, 2001-2009

Da mesma forma pelo gráfico seguinte podemos verificar que o consumo de água proveniente da rede pública de acordo com os dados mais recentes, apesar as variações a tendência também tem sido de aumento.

Gráfico 21. Evolução do Consumo de água Abastecida pela Rede Publica



FONTE: INE, Anuários Estatísticos, 2001-2005

Em suma, tendo em conta os objetivos preconizados no PDM em vigor para o abastecimento de água, podemos considerar que as metas foram amplamente atingidas.

#### 4.8.2. Rede de Saneamento de Águas residuais

O PDM'95 referia que o concelho apresentava uma situação deficitária quanto à cobertura do território no âmbito dos sistemas públicos drenagem de águas residuais e tratamento de efluentes, contudo o estado de conservação e condições de funcionamento das redes existentes eram satisfatórias.

De acordo com os estudos do PDM em vigor, *“Apenas 20% da população residente no concelho é servida por rede pública de recolha de águas residuais. O tratamento de efluentes é globalmente deficiente. A drenagem de águas pluviais é praticamente inexistente”*.

O plano apontava os seguintes objetivos das ações a desenvolver de melhoria da situação:

- *Dotar com redes de recolha de águas residuais domésticas todos os aglomerados populacionais servido por abastecimento domiciliário de água;*
- *Proporcionar drenagem de águas pluviais ao aglomerado populacional de Vila de Rei;*
- *Apetrechar com solução completa de tratamento de efluentes o sistema de drenagem de águas residuais domésticas e industriais no aglomerado sede do concelho;*
- *Equipar com soluções simplificadas de tratamento sistemas de recolha de esgotos domésticos em todos os aglomerados do concelho servidos, com exceção de Vila de Rei.*

Dada a situação, o PDM em vigor no concelho de Vila de Rei considerava os seguintes projetos a realizar neste domínio:

- *Extensão de sistemas de recolha de esgotos domésticos existentes nas freguesias de Fundada, Vila de Rei e S. João do Peso a aglomerados ainda não servidos e que já dispõem de abastecimento domiciliário de água;*
- *Realização simultânea de sistemas de abastecimento domiciliário de água e drenagem de águas residuais domésticas em novas situações a empreender;*
- *Execução de rede de drenagem de águas pluviais no aglomerado de Vila de Rei, funcionando em regime separativo, cobrindo a área urbana ainda não servida;*
- *Construção de ETAR devidamente apetrechada em Vila de Rei;*
- *Construções de fossas ventiladas, fossas sépticas seguidas de sistemas de infiltração, tanques imhoff, etc, conforme solução aconselhável, a avaliar caso a caso, em aglomerados com esgotos não tratados ou que venham a beneficiar de sistemas de recolha.*

Nesta matéria ao longo da vigência do plano existiram melhorias significativas. No que concerne à rede de saneamento o concelho é provido maioritariamente por fossas sépticas, ao passo que, a área de influência da rede de drenagem de águas residuais compreende o núcleo urbano de Vila de Rei (Vila de Rei, Vale do Grou, Quinta do Pranto, Penedo, Carrascal, Vale Galego e Cidreiro), Milreu, Estevais, S. João do Peso, Silveira de Cima, Sobreiras Alta e Souto (sendo que esta última não se encontra atualmente em funcionamento). No concelho mais de metade dos efluentes é conduzida para as Estações de Tratamento de Águas Residuais disseminadas pelo território, designadamente:

- ETAR do Carrascal;

- ETAR do Penedo;
- ETAR do Souto;
- ETAR de S. João do Peso norte;
- ETAR de S. João do Peso sul;
- ETAR de Milreu;
- ETAR de Estevais;
- ETAR do Fouto;
- ETAR da Fundada;

Importa referir que ETAR de Milreu, Estevais, São João do Peso Norte, São João do Peso Sul, Fouto e Fundada, apesar de serem classificadas como estações de tratamento de águas residuais, são na realidade fossas sépticas coletivas complementadas com leitos percoladores. Permitem a degradação da matéria orgânica existente nos efluentes de pequenos núcleos populacionais e na fase final os leitos permitem a remoção de alguns sólidos que possam ainda vir no efluente tratado, antes da sua descarga para o meio recetor. Nestes sistemas, O Município complementa a digestão da matéria orgânica com a incorporação de enzimas que aceleram e otimizam o tratamento.

No quadro seguinte apresenta-se uma sistematização das principais ações efetuadas ao longo da vigência do plano, com o intuito de melhorar os níveis de atendimento, tendo em conta a grande dispersão espacial da população no território.

Quadro 26. Cronologia das Ações Efetuadas na Rede de Saneamento e Águas Residuais

Ano	Ações
Vários	Ampliação da rede de esgotos e água à sede do concelho
	Execução de reservatório elevado de 100m <sup>3</sup> , na zona Industrial
	Construção de uma fossa séptica para 500 pessoas em Vila de Rei
	Execução de 352 m de parte do emissário para a ligação à nova ETAR a poente de Vila Rei
	Construção da ETAR do Carrascal e respetivo emissário
	Recuperação e ampliação da ETAR do Penedo
	Construção do emissário para a ETAR do Penedo e instalação da conduta adutora de água
2005	Saneamento na povoação do Cidreiro

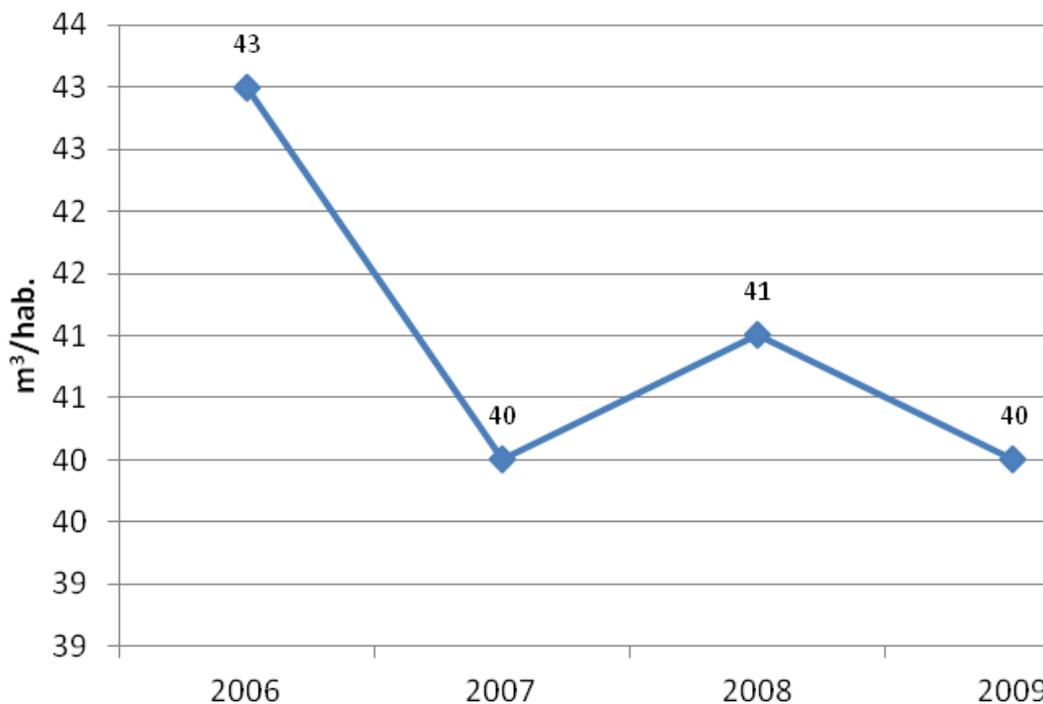
<b>Ano</b>	<b>Ações</b>
<b>2006</b>	Estação Elevatória do Penedo
<b>2007</b>	ETAR da Zona Industrial do Souto
	Vedação da ETAR da Fundada
<b>2008</b>	Remodelação da Etar do Mireu
<b>2010</b>	Prolongamento da rede de saneamento Fouto/Fundada
<b>2013</b>	Drenagem de esgotos do Vale de Grou para a ETAR do Souto
	Ligação de conduta de saneamento de Vila de Rei à ETAR do Carrascal
	Reabilitação do encaminhamento de águas Pluviais em Lousa
	Encaminhamento de águas pluviais em Alcamim
	Encaminhamento de águas pluviais em Milreu e lousa
<b>2014</b>	Remodelação da rede de esgotos de Vale do Grou e Penedo
	Muralha e encaminhamento de água em Maceira
	Perfilamento e melhoramento de valetas em Pego das Cancelas
<b>2015</b>	Requalificação das ETAR´s DO Carrascal e Penedo
	Encaminhamento de águas pluviais e manutenção de aquedutos em Lavadouro
	Murete e encaminhamento de águas em Fonte das Eiras
	Valetas e recuperação de aquedutos na Ladeira
	Encaminhamento de águas pluviais na Escola Básica e Secundária do Centro de Portugal

FONTE: CMVR, 2015

Apresenta-se seguidamente uma serie de indicadores ambientais nesta matéria, tendo por base os dados mais recentes (2009) disponibilizados pelo INE, que demonstram a evolução dos últimos anos.

Assim, relativamente às águas residuais drenadas por habitante, pelo gráfico seguinte é possível constatar, que tem verificado uma tendência regressiva face a 2006.

Quadro 27. Águas Residuais drenadas por habitante



FONTE: INE, Anuários Estatísticos, 2006-2009

Pela análise do quadro seguinte é possível verificar a evolução positiva da percentagem de população servida por ETAR's. Relativamente às águas residuais verificou-se um ligeiro aumento face a 2006, contudo no que diz respeito às águas tratadas a tendência nos últimos anos foi de manutenção.

Quadro 28. Indicadores ambientais - Águas Residuais

Indicadores Ambientais	População servida por estações de tratamento de águas residuais - ETAR (%)	Águas residuais rejeitadas (m³)	Águas residuais tratada (m³)
2006	35	51	51
2007	35	51	51
2008	36	53	51
2009	36	53	51

FONTE: INE, Anuários Estatísticos, 2006-2009

Em suma, podemos considerar que grande parte dos objetivos propostos pelo plano para a rede de saneamento e águas residuais, foram atingidos, tem existido por parte do município uma iniciativa apreciável na melhoria e manutenção das redes, senão vejamos pelo quadro

seguinte a evolução do valor do investimento que a autarquia tem efetuado na rede de água e saneamento.

Quadro 29. Custos com a rede de águas e saneamento

Ano	Valor (€)
2012	59,195.66
2013	90,870.56
2014	99,212.91
<b>Total</b>	<b>249.279,15</b>

FONTE: CMVR, 2015

### 4.8.3. Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos

Nesta matéria os estudos do PDM'95, referiam que a rede de recolha de lixos à data era satisfatória, sendo que, “ *todas as sedes de freguesia e a maioria das povoações dispersas englobando cerca de 85% dos habitantes do concelho dispõem de pontos de receção em contentores de PVC. A recolha é efetuada diariamente em Vila de Rei, 2 vezes por semana nas outras sedes de freguesia e 1 vez por semana em lugares dispersos. O transporte é efetuado por viatura de caixa fechada, com carga manual e báscula para a descarga. O lixo recolhido é depositado em lixeira, sem processamento, localizada entre Milriça e Fundada. Periodicamente é efetuada regularização mecânica*” .

O PDM em vigor considerava que tendo em consideração as características de ocupação do território, a dimensão dos aglomerados e o caráter de ruralidade do concelho, a questão do tratamento dos resíduos recolhidos não era considerado importante. Contudo aconselhava que viesse a ser constituído um aterro sanitário para receber os resíduos

No entanto nesta matéria importantes passos foram dados ao longo da vigência do plano, a concetualização da importância da preservação melhoria da qualidade ambiental e qualidade de vida da população, levou a que medidas fossem implementadas, de forma que hoje a situação é claramente diferente. Atualmente a rede de recolha de resíduos sólidos urbanos abrange a totalidade do concelho, servindo 93 povoações.

O primeiro passo foi dado em 2003, com a aprovação da integração do Concelho de Vila de Rei na Associação de Municípios AMARTEJO, conjuntamente com os municípios de Abrantes, Gavião, Mação e Sardoal, destinada ao tratamento dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU). Já em 2005 a AMARTEJO funde-se com a VALNOR. O objetivo era conseguir uma economia de escala e resolver alguns problemas como a triagem de lixos para reciclagem, desinfecção e aumento do número de ecopontos, entre outros.

Assim, atualmente a VALNOR é responsável pela recolha, triagem, valorização e tratamento de resíduos sólidos em alta, já em Baixa é efetuada pelos serviços da Câmara Municipal de Vila de Rei.

Equipamentos usados para a deposição e recolha de RSU utilizados:

- Contentores de 800 litros;
- Contentores de 360 litros;
- Contentores de 120 litros;
- Contentores de 2,5 m<sup>3</sup>;
- Contentores semienterrados de 3000 litros;
- Papeleiras de 50 litros;
- Viatura de lavagem de contentores;
- Viatura de recolha com compactação;
- Viatura equipada com sistema ampliroll, grua e contentor compactador de 20 m<sup>3</sup>;
- Viaturas ligeiras de caixa aberta.

No quadro seguinte encontram-se algumas das principais ações efetuadas com vista ao melhoramento da rede de recolha de RSU no concelho.

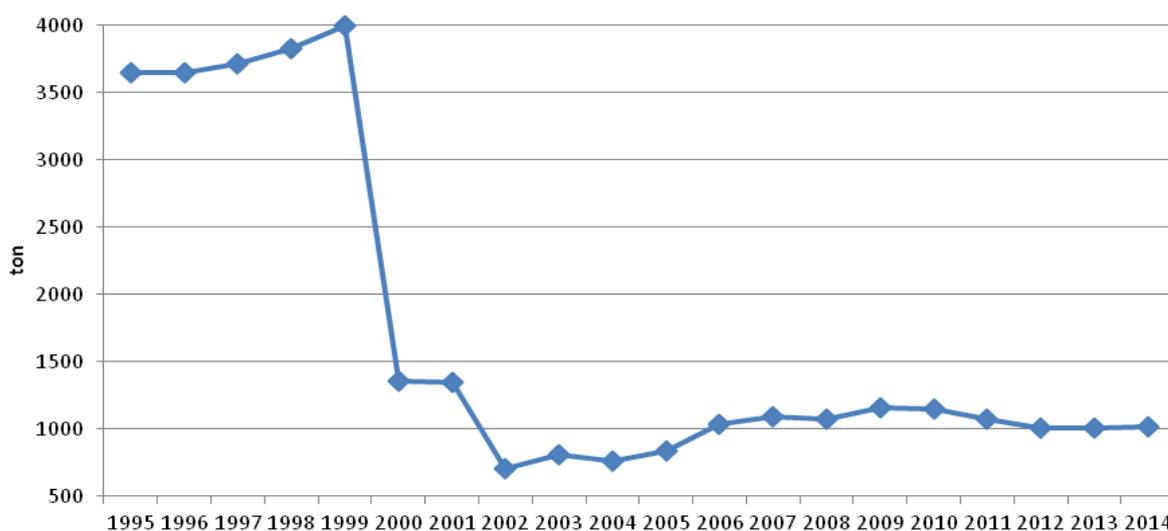
Quadro 30. Cronologia das Ações Efetuadas na Rede de Recolha de RSU

Ano	Ações
2000	Recolha de óleos vegetais usados
2002	Recolha de metal e sucata
2005	Fusão da AMARTEJO e a VALNOR
Vários	Recolha seletiva de lixo em todo o concelho (distribuição pelo concelho de 336 contentores de 360 litro, 15 de 20 litros e 18 de 2,5 m <sup>3</sup> )
	Distribuição de 100 compostores
	Aquisição de 2 novas viaturas de recolha de lixo
	Selagem e requalificação ambiental da Lixeira do Tijoso
2015	Aquisição de novos contentores

FONTE: CMVR, 2015

No período de vigência do PDM em vigor a recolha de resíduos urbanos no município de Vila de Rei depois de uma quebra abrupta na passagem do milénio (que pode ter origem na concessão multimunicipal do serviço em alta à Valnor) tem registado desde 2002 um aumento gradual o qual se encontra relacionado com uma maior produção de resíduos por habitante (kg/hab), mas também com a maior abrangência e eficiência na recolha de resíduos fruto da nova infraestrutura entretanto montada.

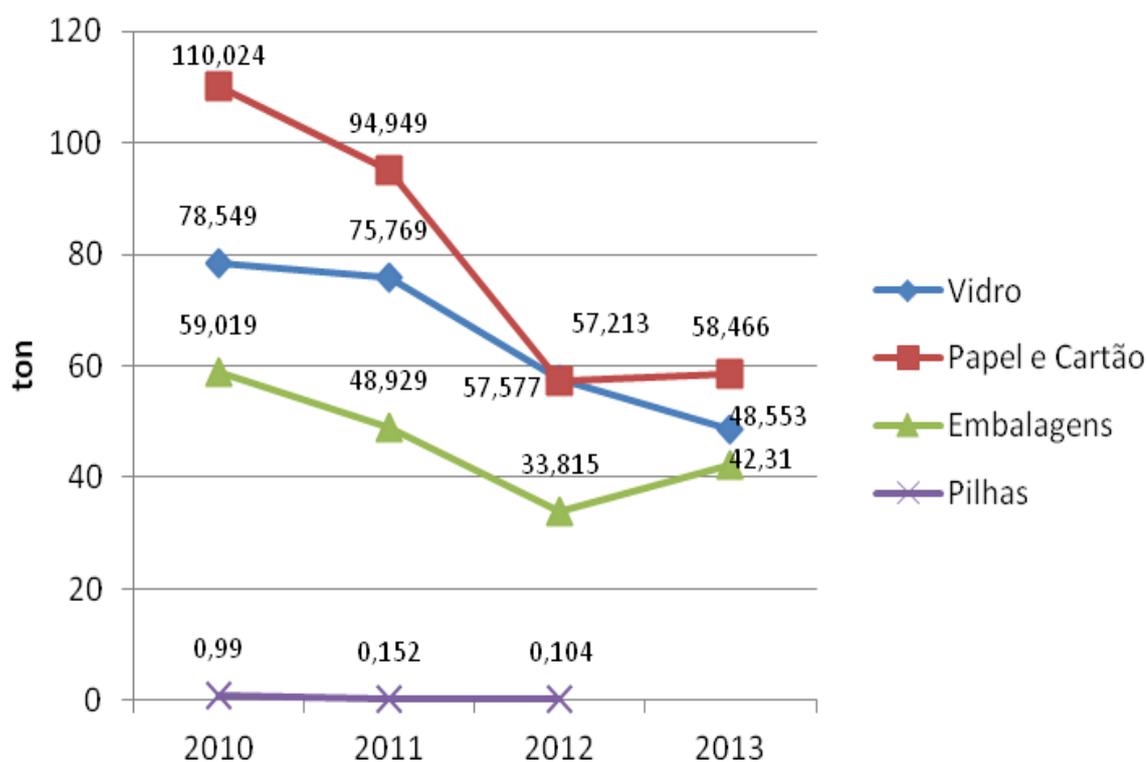
Gráfico 22. Resíduos urbanos recolhidos (ton) em Vila de Rei, 1995 - 2014



Fonte: INE, estatísticas dos resíduos Municipais, 1995 - 2014

Relativamente aos RSU recolhidos seletivamente, pelo gráfico seguinte é possível observar que o papel e cartão são os resíduos que mais se recolhem, seguido do vidro e das embalagens. Outra ilação que se retira é diminuição da quantidade de resíduos nos últimos anos.

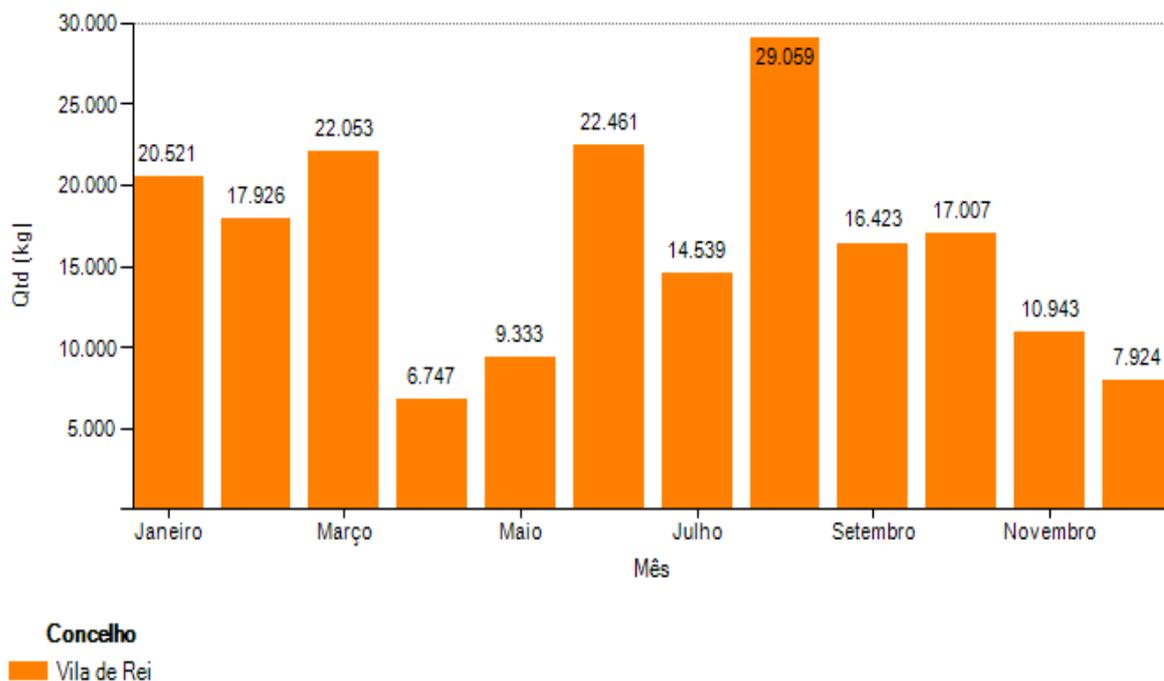
Gráfico 23. Evolução dos RSU Recolhidos Seletivamente em Vila de Rei, 2010-2013



Fonte: INE, estatísticas dos resíduos Municipais, 2010 - 2013

Recorrendo aos dados da VALNOR, em 2014, pelo gráfico seguinte é possível verificar a evolução mensal da quantidade de resíduos recolhidos. Verifica-se então que o mês de agosto é aquele em que existe maior produção de lixo, facilmente explicável pelo acréscimo populacional devido à chegada dos emigrantes. De janeiro a março também foi um período significativo de acréscimo de resíduos produzidos.

Gráfico 24. Quantidade Total de RSU, 2014



Fonte: www.valnor.pt, 2014

## 5. DINÂMICA URBANÍSTICA

Para aferir a dinâmica urbanística do município de Vila de Rei nas últimas duas décadas recorreu-se à informação do Sistema de Indicadores de Operações Urbanísticas (SIOU) do Instituto Nacional de Estatística (INE), utilizando-se para o efeito, os indicadores referentes aos edifícios licenciados por tipo e destino de obra entre 1995 e 2014.

No período compreendido entre 1995 e 2014, segundo os dados fornecidos pelo INE (ver quadro seguinte), foram alvo de licenciamento 810 edifícios, o que corresponde a uma média de 41 edifícios licenciados por ano.

Quadro 31. Edifícios Licenciados por Tipo e Destino de Obra no município de Vila de Rei entre 1995 e 2014

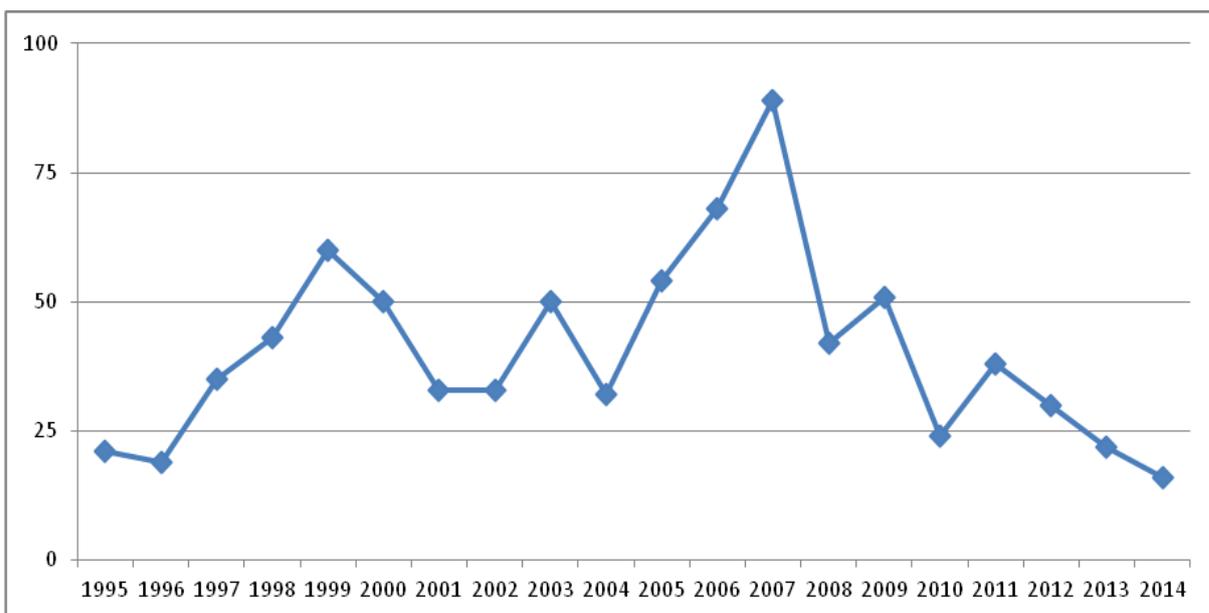
Tipo de Obra	Destino Obra	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	
Construção nova	Habitação familiar	12	13	20	22	36	29	19	16	31	14	35	28	41	16	12	6	10	6	6	3	
	Convivências						1		2				1									
	Agricultura								2		1	1	1			2		3	2	1	5	
	Indústria transformadora	1		2	3	1	2	1	1	1												
	Estabelecimento hoteleiro e de turismo no espaço rural								1									1				
	Centros comerciais													1								
	Comércio tradicional												2		2							
	Escritórios		1	1	1	3	2				1											
	Equipamentos de apoio à terceira idade												1	1	1		1					
	Atividades recreativas e culturais	1				2	2															
	Uso geral		3	1	1	4	2	1	2				1		3		6	6	4	6	5	4
Ampliação	Habitação familiar	2		3	7	4	6	1	2	1	2	2	4	1								3
	Agricultura			1																		
	Indústria transformadora				2	2													1			
	Estabelecimento hoteleiro e de turismo no espaço rural		1		1																	
	Comércio tradicional												1									
	Escritórios				1																	
	Transportes			1																		

Tipo de Obra	Destino Obra	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	
	Equipamentos de apoio à terceira idade													1								
	Uso geral			1																		
Alteração	Habitação familiar	3	1	3		2		1	2	1		6	12	17	12	11	6	8	8	6		
	Convivências																		2			
	Agricultura															1	1					
	Estabelecimento hoteleiro e de turismo no espaço rural												2				1			2	1	
	Estabelecimento de restauração e de bebidas										4	1				2						
	Comércio tradicional												1									
	Escritórios			1	1																	
	Atividades recreativas e culturais								1													
	Uso geral													2			2		3	1		
Reconstrução	Habitação familiar	1		1	3	6	5	8	4	4	7	2	2	2	1	1		1	1			
	Estabelecimento hoteleiro e de turismo no espaço rural						1															
	Estabelecimento de restauração e de bebidas									4												
	Escritórios	1																				
	Ensino e pesquisa científica								1													
	Uso geral																				1	
Demolição	Não aplicável				1			1		3	7	3	14	20	13	13	4	7	4	1		
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>21</b>	<b>19</b>	<b>35</b>	<b>43</b>	<b>60</b>	<b>50</b>	<b>33</b>	<b>33</b>	<b>50</b>	<b>32</b>	<b>54</b>	<b>68</b>	<b>89</b>	<b>42</b>	<b>51</b>	<b>24</b>	<b>38</b>	<b>30</b>	<b>22</b>	<b>16</b>	

FONTE: INE, SIOU, Obras Licenciadas, 1995 - 2014

No gráfico seguinte é possível observar a evolução dos edifícios licenciados desde 1995. Nos últimos anos tem ocorrido uma diminuição do número de edifícios licenciados, depois de ter atingido o seu ponto mais alto em 2007. Salienta-se que a maioria dos licenciamentos de destina a construções novas para habitações familiares.

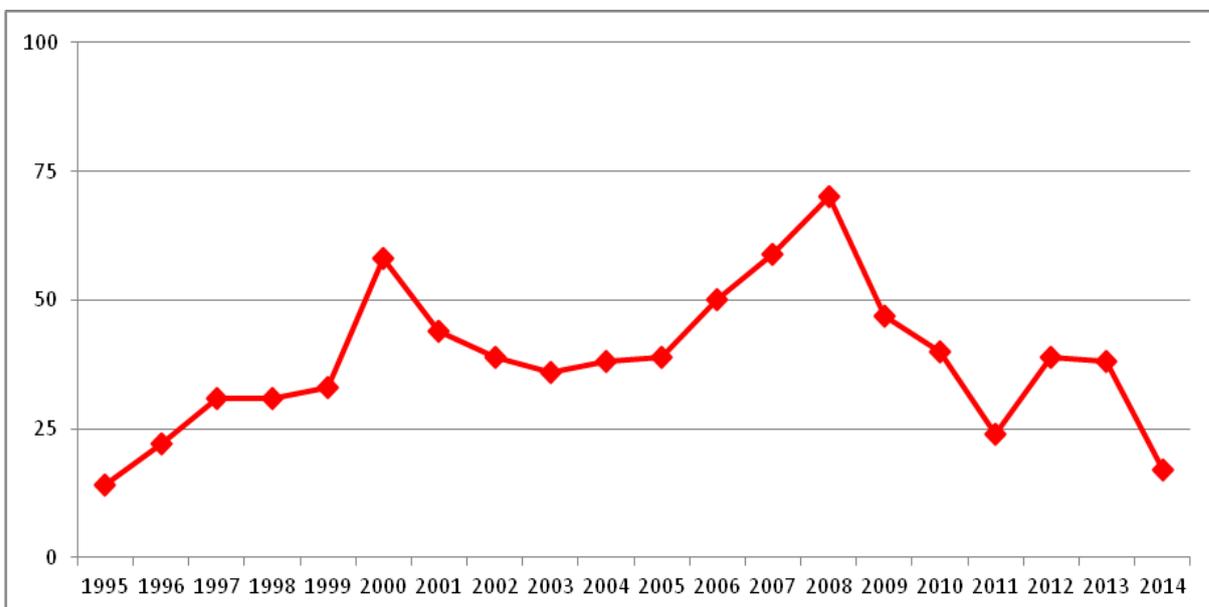
Gráfico 25 - Evolução dos edifícios licenciados no município de Vila de Rei, 1995-2014



Fonte: INE, Inquérito aos Projectos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios, 1995 - 2014

O comportamento evolutivo dos edifícios concluídos é semelhante ao dos edifícios licenciados, já que também se assistiu a uma redução nos últimos anos com um pico em 2008, conforme se pode observar pelo gráfico seguinte.

Gráfico 26 - Evolução dos edifícios concluídos no município de Vila de Rei, 1995-2014

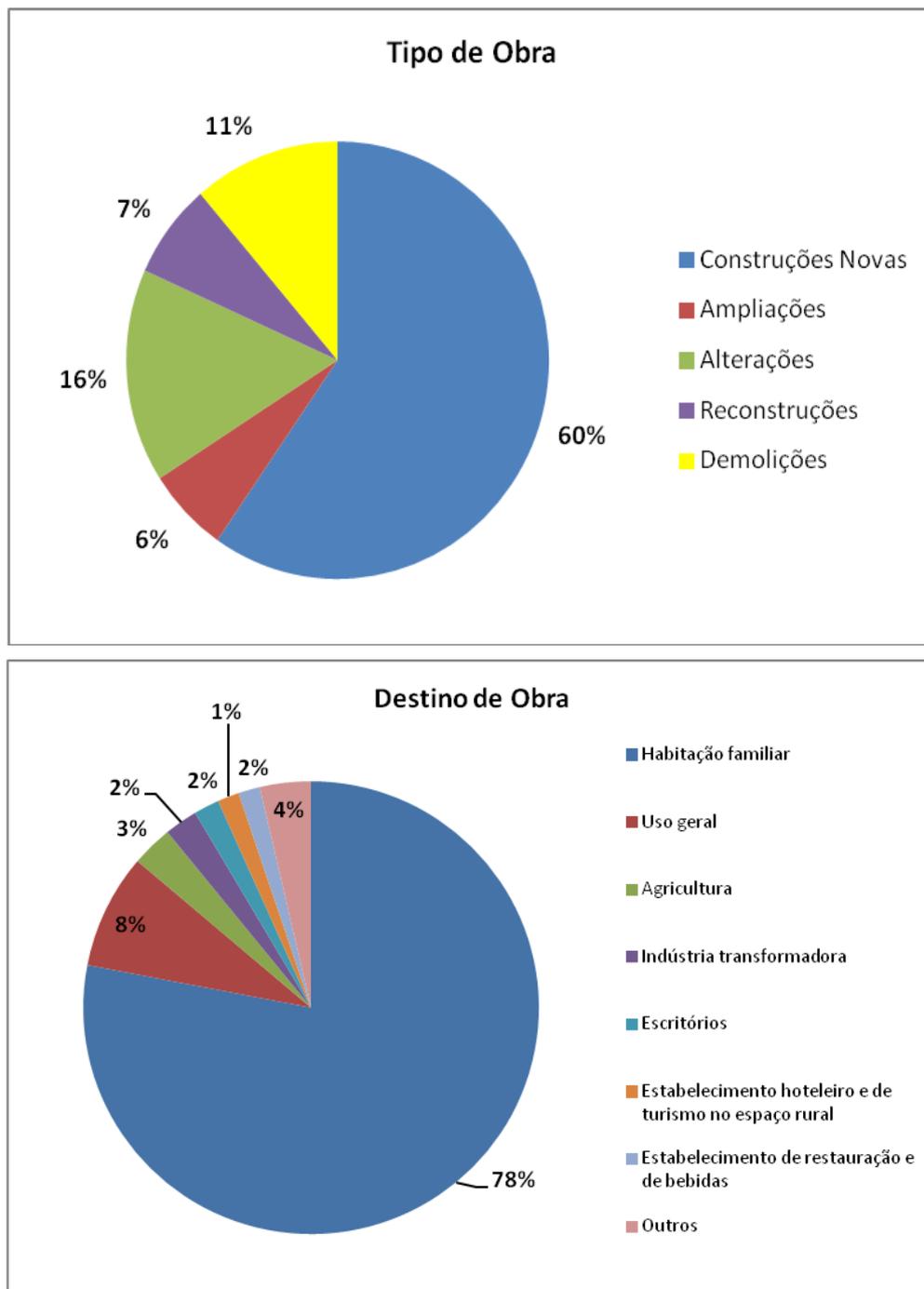


Fonte: INE, Inquérito aos Projectos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios, 1995 - 2014

Em termos do tipo de obra, a maioria dos edifícios licenciados neste período foram referentes a construções novas (60%), enquanto no que se refere ao destino da obra, mais

de ¾ (78%) foram destinados a habitação familiar (ver gráficos seguintes). Naturalmente, constata-se que cerca de 46% dos edifícios licenciados dizem respeito a construções novas de habitação familiar. As alterações destinadas a habitação familiar também possuem alguma expressão no total de licenciamentos registando um valor de 12%, assim como as demolições que atingiram os 11%.

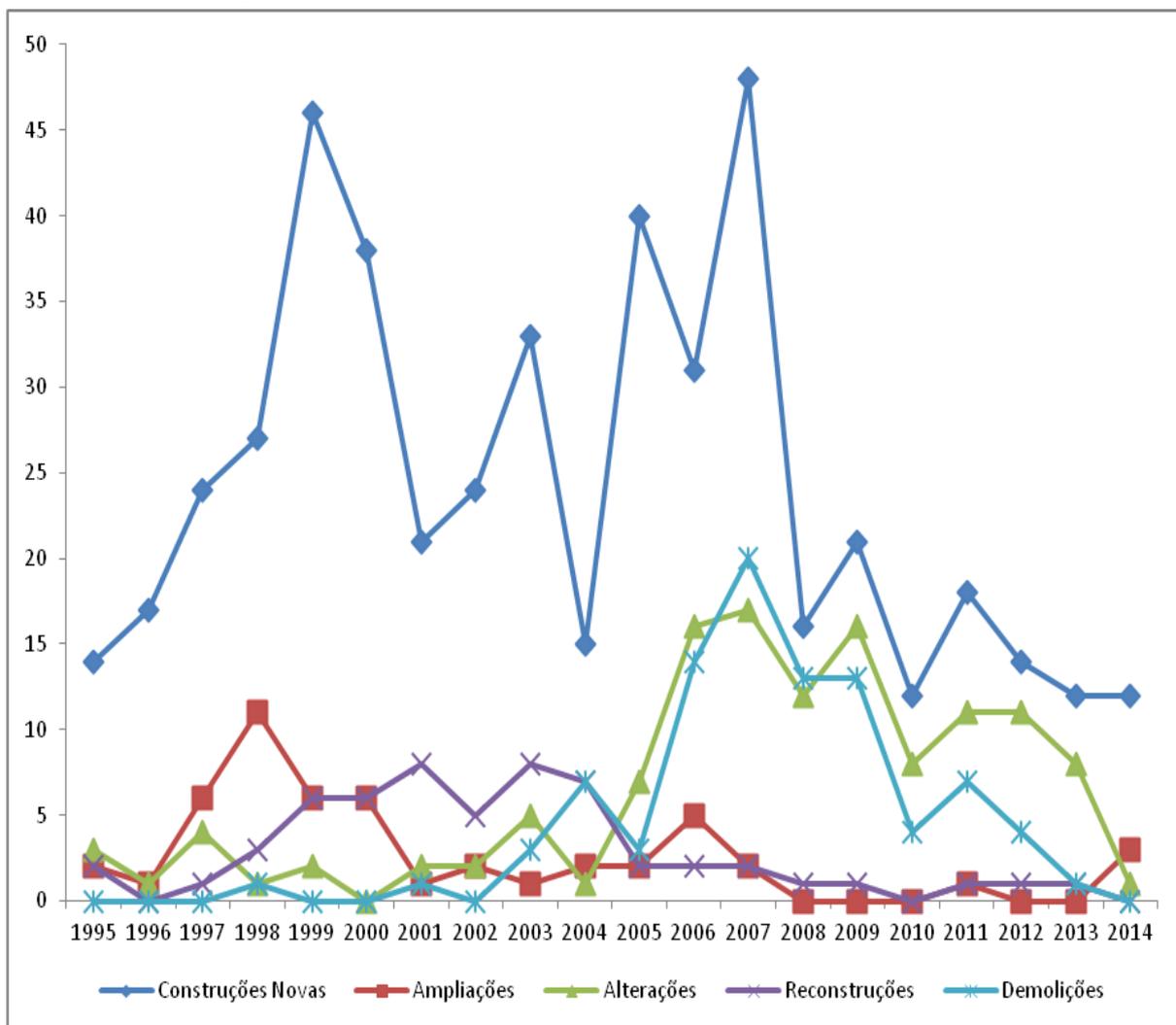
Gráfico 27. Distribuição dos Edifícios Licenciados por Tipo e Destino de Obra no município de Vila de Rei para o período compreendido entre 1995 e 2014



FONTE: INE, SIOU, Obras Licenciadas, 1995 - 2014

O gráfico seguinte revela a evolução dos vários tipos de obra no município de Vila de Rei entre 1995 e 2014. O número de construções novas apresentou uma tendência de decréscimo desde 2008, depois de um período anterior com bastantes oscilações, tendo atingido o máximo em 1999 e 2007. Em 2007 também se registou o valor máximo de alterações e demolições, registando-se uma tendência de decréscimo desde então.

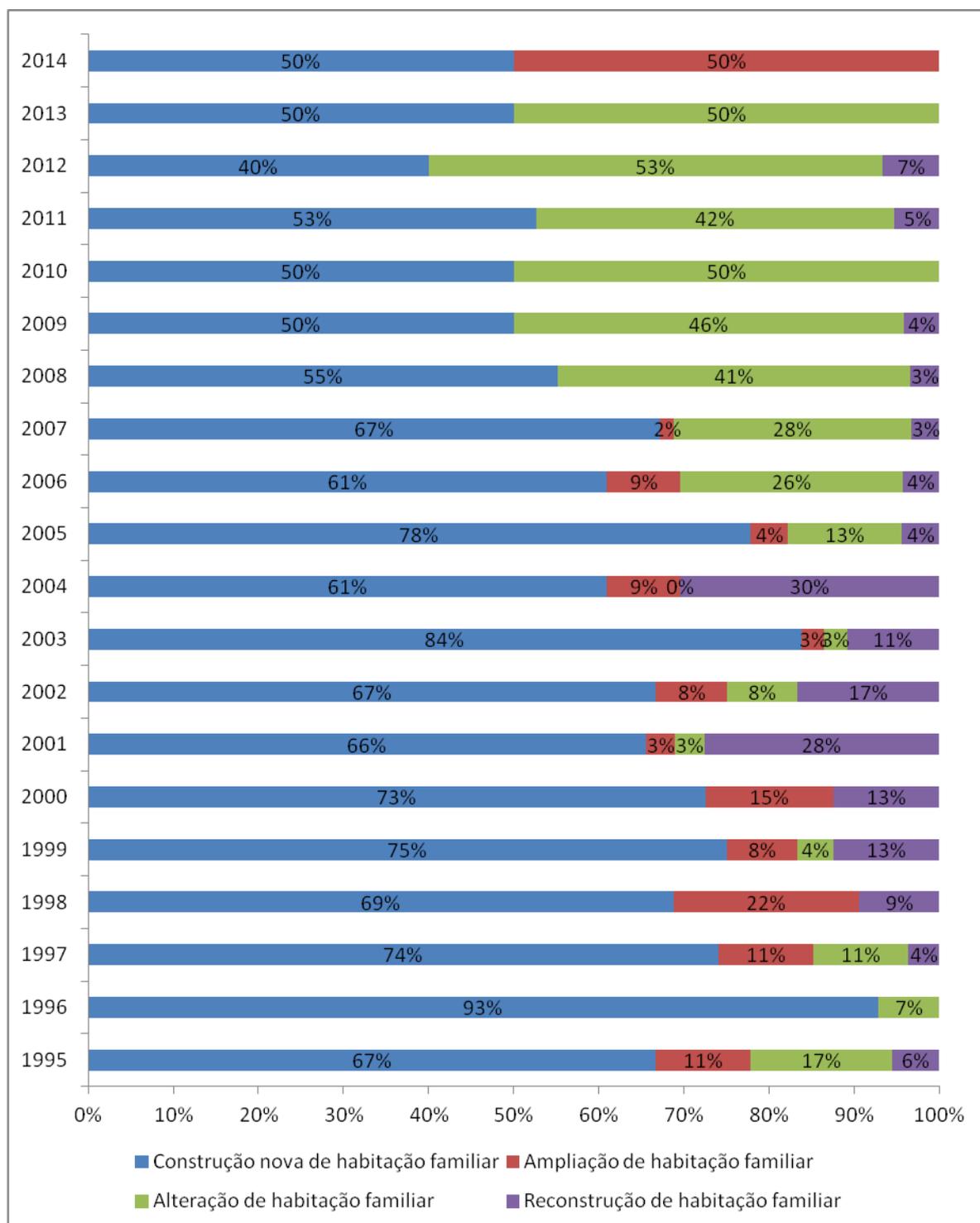
Gráfico 28. Evolução dos edifícios licenciados por tipo de obra no município de Marvão, 1995 - 2014



FONTE: INE, SIOU, Obras Licenciadas, 1995 - 2014

Em todos os anos as construções novas apresentaram sempre um valor superior em relação às demais obras variando entre os 38% em 2008 e os 89% em 1996. As alterações e as demolições apresentaram uma maior predominância no período temporal mais recente, ao passo que as ampliações e reconstruções tiveram maior expressão na primeira metade do período.

**Gráfico 29. Relação entre os tipos de obra e o total de edifícios licenciados no município de Vila de Rei, para os anos compreendidos entre 1995 e 2014**



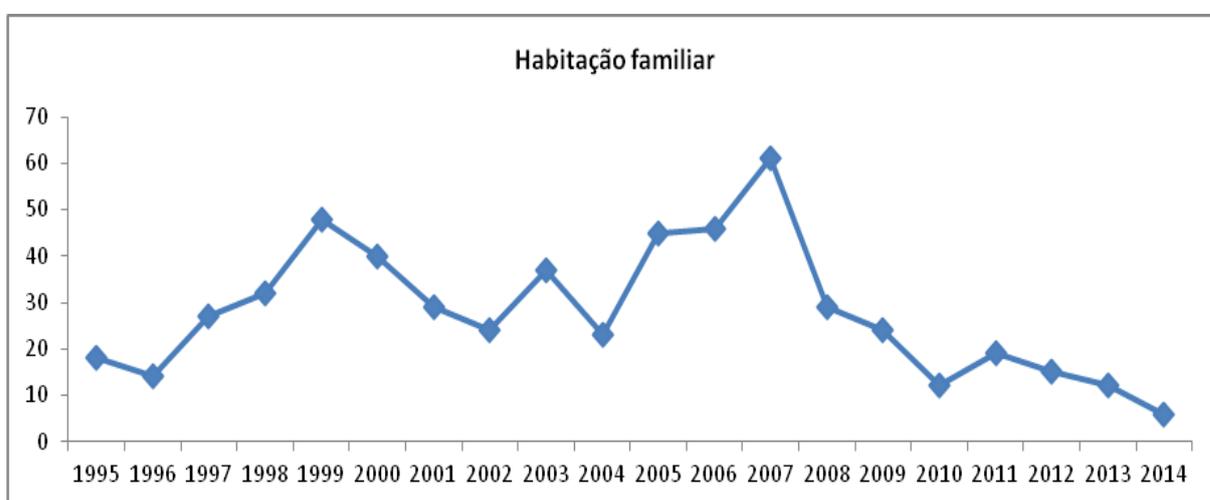
FONTE: INE, SIOU, Obras Licenciadas, 1995 - 2014

No que diz respeito ao destino de obra, a habitação familiar registou em todos os anos uma posição cimeira em relação a outros fins. De facto, até 2008, ano em que apenas ocorreu o

pleno de edifícios licenciados para habitação familiar, o destino habitacional sempre apresentou uma posição dominante (valores acima dos 73%). No entanto, observa-se desde 2008 até à atualidade, uma perda progressiva da importância da habitação familiar, com a repartição, principalmente, com os edifícios licenciados destinados a “uso geral”, à agricultura e de estabelecimentos hoteleiros e de turismo no espaço rural.

Através do gráfico seguinte é possível constatar que os edifícios licenciados destinados a habitação familiar apresentaram uma tendência de crescimento até 2007 (embora com bastantes oscilações) e um decréscimo evidente e progressivo a partir de 2007 até 2014.

Gráfico 30. Evolução dos edifícios licenciados destinados a habitação familiar no município de Vila de Rei, entre 1995 e 2014

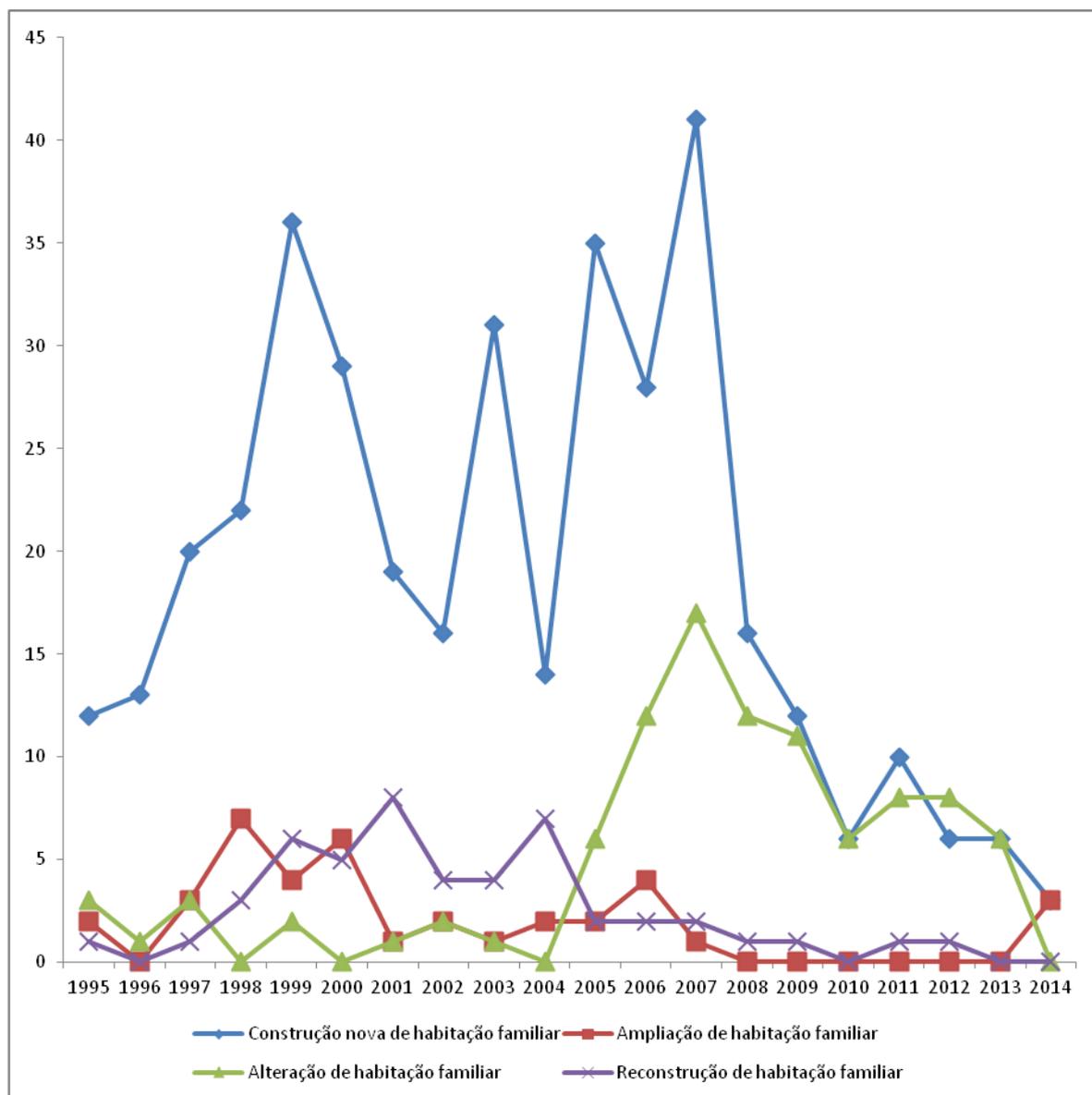


FONTE: INE, SIOU, Obras Licenciadas, 1995 - 2014

O gráfico seguinte ilustra a evolução de edifícios licenciados dos vários tipos de obras que têm como destino a habitação familiar entre 1995 e 2014. As principais ilações a retirar é por um lado a tendência de decréscimo da construção nova de habitação familiar desde 2007 e por outro, um reforço das alterações de habitação familiar na segunda metade do período.

Observa-se também que as reconstruções e as ampliações de habitações familiares tiveram alguma expressão na primeira metade do período em análise, para no período seguinte assumirem uma posição pouco relevante.

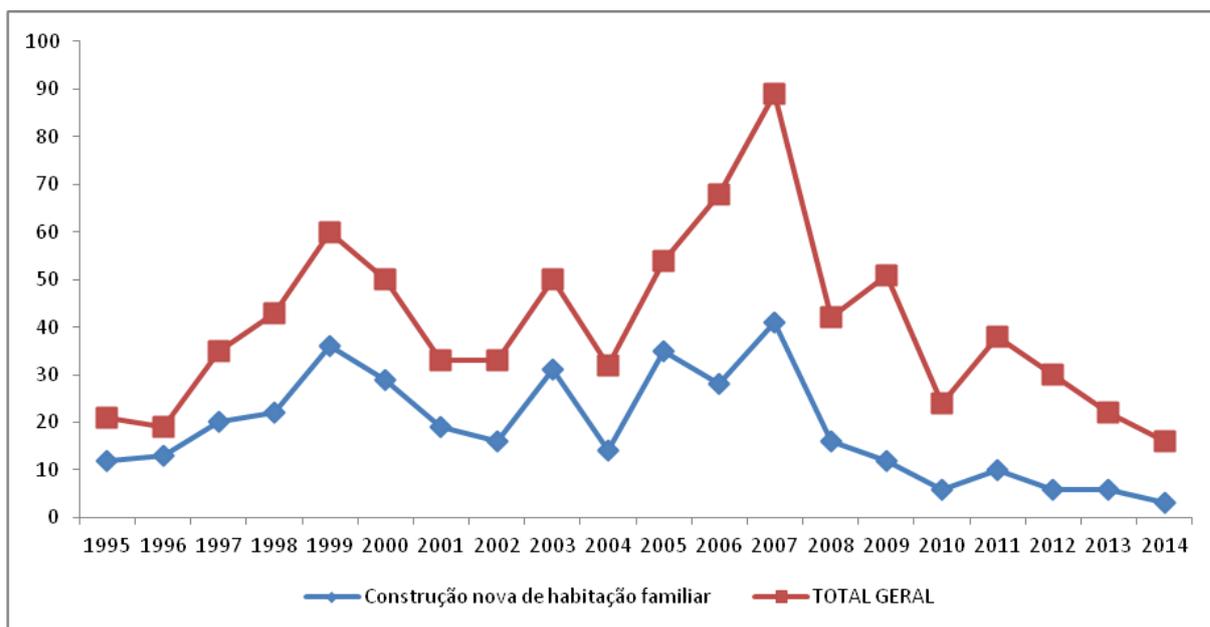
Gráfico 31. Evolução dos edifícios licenciados por tipo de obra que têm como destino a habitação familiar no município de Vila de Rei entre 1995 e 2014.



FONTE: INE, SIOU, Obras Licenciadas, 1995 - 2014

Face aos dados apurados, constata-se que as construções novas de habitação familiar constituíram (embora atualmente em menor escala) o motor da dinâmica edificatória e urbanística no município de Vila de Rei nas duas últimas décadas.

Gráfico 32. Evolução do total de edifícios licenciados e edifícios licenciados de construções novas de habitação familiar no município de Vila de Rei entre 1995 e 2014



FONTE: INE, SIOU, Obras Licenciadas, 1995 - 2014

Importa ainda considerar uma transformação essencial na intervenção e apropriação do território que se verifica na evolução da melhoria das condições de habitabilidade, e das novas necessidades contemporâneas de qualidade de vida, traduzidas em intervenções que são tipologicamente mais variadas e apetrechadas quer em termos de divisões, quer em termos de áreas adstritas à superfície habitacional.

A partir dos dados constantes no quadro seguinte, é possível verificar por um lado a diminuição do n.º médio de licenças / ano, e por outro, uma evolução bastante assinalável quando se comparam as áreas de superfície habitacional dos finais da década de '70/inícios da década de '80, e as praticadas nas últimas décadas (1995-2014), que revelam um aumento da superfície habitável média cifrado em 31,9m<sup>2</sup> o que corresponde a um acréscimo de 55%.

Quadro 32. Evolução do número médio de licenças e da superfície habitável média

Período	Edifícios para Habitação	Superfície Habitável Média
	N.º médio licenças / ano	m <sup>2</sup>
1975 a 1981	28	57,9
1995 a 2014	19	89,8

FONTE: INE, Inquéritos aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios, 1975-1981; SIOU, Obras Licenciadas, 1993-2014

Estas transformações e formas de construção e apropriação do espaço não se revelam apenas ao nível da dimensão do edificado e da área habitável, mas também ao nível da área envolvente, constatando-se que se verifica também um aumento na área adjacente aos edifícios, referentes quer a espaço público, quer a espaço de logradouro privado.

Estes fatores alteram substancialmente as formas de apropriação dos aglomerados existentes, bem como alteram as formas de construção dos espaços urbanos, e as relações construído / não construído, espaço público / espaço privado, espaço edificado / espaço natural.

Revelam de igual modo ruturas com as formas tradicionais que muitos dos aglomerados revelam, acontecendo sobretudo nas suas franjas, com tipologias diferenciadas. Estas novas intervenções são assim mais extensas em termos de ocupação física do território, ainda que em termos de impermeabilização sejam reduzidas em virtude dos seus baixos índices de impermeabilização. Necessitam assim de uma maior extensão territorial para acomodar o mesmo número de habitantes que outrora.

## **5.1. EXPRESSÃO TERRITORIAL DOS PROCESSOS DE OBRAS PARTICULARES**

A presente análise tem como objetivo a tradução territorial dos Processos de Obras Particulares (POP) ocorridos no município de Vila de Rei entre 1998 e 2015 (existentes à data da realização do presente documento). A Câmara Municipal de Vila de Rei tem vindo a organizar desde 1998 uma base de dados de apoio à gestão urbanística materializada por intermédio de tabelas anuais onde se explicita o tipo de processo (licenciamento de edificação, comunicação prévia de edificação, autorização de utilização, pedido de informação prévia, destaque de parcela, alvará de loteamento, entre outros), a identificação do número do processo, a data, a identificação do requerente, a localização da pretensão, o estado do processo, e todo um conjunto de informações necessárias ao acompanhamento dos processos que dão entrada nos serviços camarários.

Esta aferição reveste-se de uma grande importância para a compreensão dos processos urbanos e edificatórios no município de Vila de Rei, já que identifica os principais polos

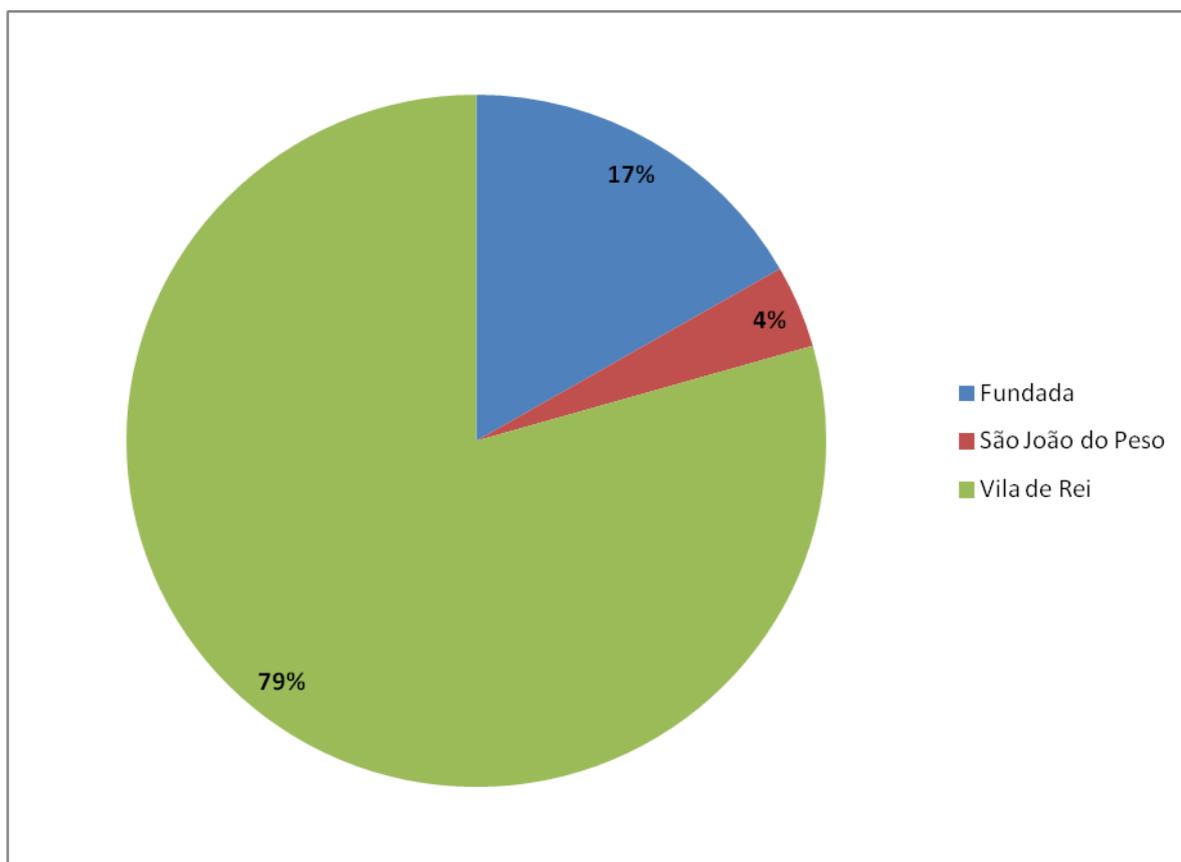
territoriais onde a dinâmica urbanística mais se expressou e estabelece ao mesmo tempo os blocos territoriais de dinâmica socioeconómica e de atratividade do concelho.

Convém no entanto mencionar alguns esclarecimentos para um melhor entendimento da análise a desenvolver, desde logo, o facto de os licenciamentos de edificação constituírem a grande maioria dos POP, relegando para um plano residual os restantes tipos de POP. Ainda assim, foram considerados para a análise todos os POP. Outro aspeto prende-se com a grande dispersão urbana existente no município o que resulta em mais de noventa localidades / lugares, onde a toponímia por vezes é dúbia, quer pela agregação de dois ou mais lugares num só, quer pela designação dada quer pelas Cartas Militares, quer pela Câmara Municipal (entidade oficial e gestora do território), quer mesmo pela população alicerçada pela tradição oral.

Apesar da complexidade e da extensão da base de dados foi realizado um esforço de síntese, de forma a alocar todos os 1040 POP tratados, a uma circunscrição territorial específica (localidade / lugar). Este exercício de tratamento da base de dados da Câmara Municipal de Vila de Rei resultou nos quadros apresentado em Anexo I e sobre os quais se alicerça a análise a desenvolver.

Face à expressão territorial que a freguesia de Vila de Rei possui relativamente às outras duas freguesias, conjuntamente com o facto de 76% da população ser residente na freguesia sede de concelho, é com naturalidade que se verifica que 79% dos POP têm incidência na freguesia de Vila de Rei. A freguesia de Fundada conta com 17% dos POP, enquanto a freguesia de São João do Peso não vai além dos 4% (ver gráfico seguinte).

Gráfico 33. Distribuição territorial dos processos urbanísticos compreendidos entre 1998 e 2015 pelas freguesias do município de Vila de Rei



Fonte: Processos de Obras Particulares (POP) entre 1998 e 2015, CMVR, novembro 2015

A aferição territorial dos POP ao nível das várias localidades teve como resultado o gráfico seguinte, no qual se pode verificar a prevalência de processos urbanísticos na localidade de Vila de Rei, onde ocorreram 36% de todos os processos ocorridos no município. De facto, o “gráfico de bolhas” espelha de forma evidente o volume de processos ocorrido na sede de concelho e o seu posicionamento cimeiro em relação às demais localidades, o que atesta a localidade de Vila de Rei como o motor de desenvolvimento urbano e palco das principais dinâmicas socioeconómicas.

Na liderança de um patamar inferior em relação à sede de concelho, surge a Fundada, sede de freguesia de Fundada, com um volume de processos urbanísticos manifestamente inferior a Vila de Rei. Seguem-se as localidades de Milreu e Estevais pertencentes à freguesia de Vila de Rei, seguidas de Vilar de Ruivo no extremo noroeste do concelho e pertencente à freguesia de Fundada.

Gráfico 34. Distribuição territorial dos processos urbanísticos compreendidos entre 1998 e 2015 pelas localidades do município de Vila de Rei



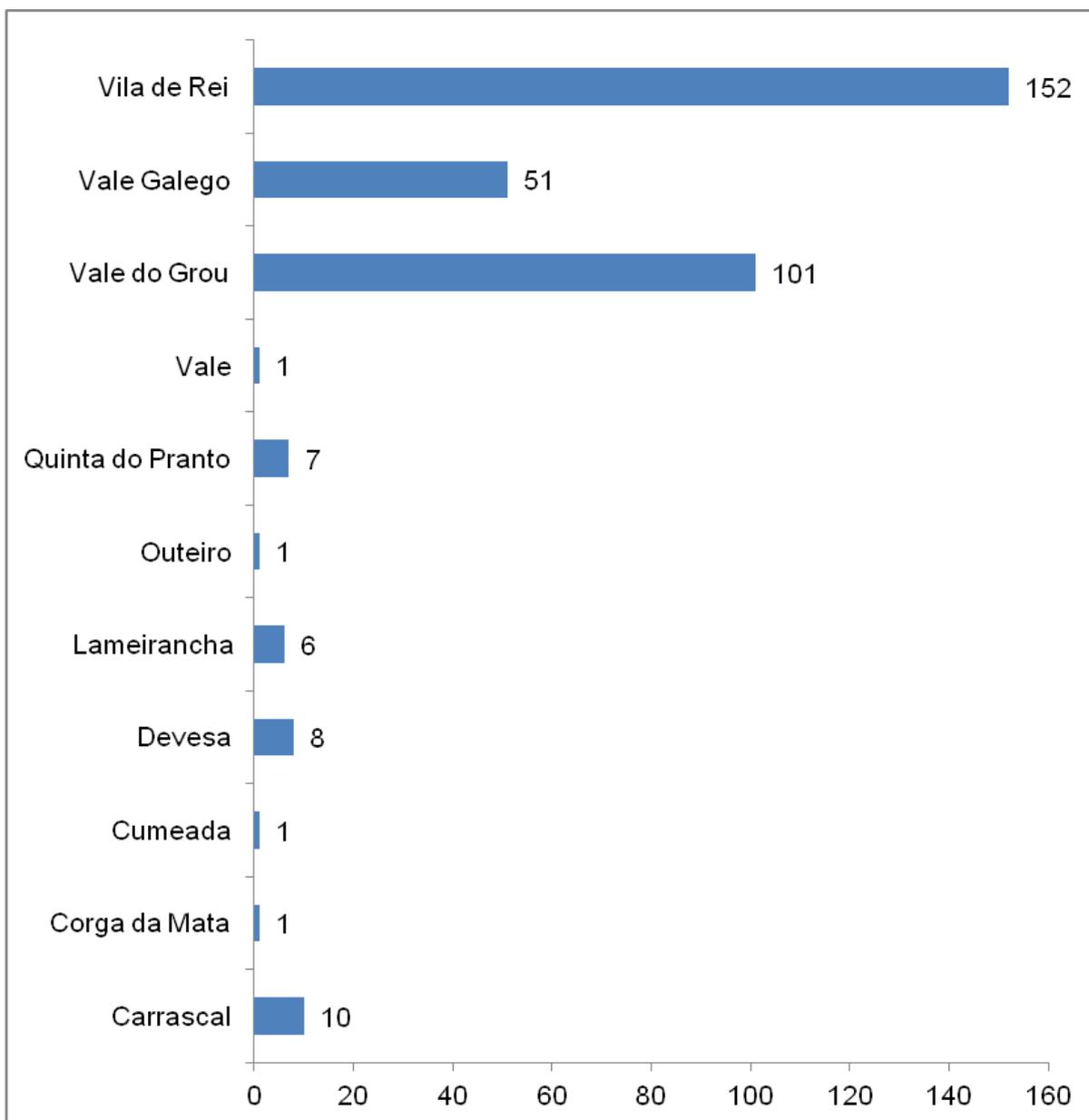
Fonte: Processos de Obras Particulares (POP) entre 1998 e 2015, CMVR, novembro 2015

A listagem continua com um trio – zona industrial do Carrascal / Zaboeira / Cabeça do Poço. As duas primeiras pertencem à freguesia de Vila de Rei, ao passo que, Cabeça do Poço integra a freguesia de Fundada. Embora a zona industrial do Carrascal não seja uma localidade foi possível descortinar o volume de processos que ocorreram nesta área específica. De seguida aparece a Relva da freguesia de Vila de Rei, e São João do Peso conjuntamente com Portela.

O gráfico de “bolhas” foi elaborado tendo como pressuposto, localidades com um volume de processos urbanísticos superiores a cinco (não inclusive) e representa 87% do total de processos urbanísticos ocorridos entre 1998 e 2015 no município de Vila de Rei.

Para aferir a localidade de Vila de Rei considerou-se os processos que tiveram incidência em Vale Galego, em Vale do Grou, em Vale, na Quinta do Pranto, em Outeiro, na Lameirancha, na Devesa, na Cumeada, em Corga da Mata, no Carrascal, e na própria localidade de Vila de Rei, sem no entanto, descrever um lugar em concreto. Com o auxílio do gráfico seguinte é possível verificar que Vale do Grou e Vale Galego foram duas áreas de Vila de Rei onde a dinâmica urbanística foi mais elevada. Nunca é demais enfatizar o facto de a localidade de Vila de Rei ter estado sujeita a um conjunto de instrumentos de planeamento que estabeleceram parâmetros e regras de ocupação e de transformação do território. Desde logo, o PDM em 1995, coadjuvado pelo PP da zona industrial de Vila de Rei, do mesmo ano. Posteriormente em 2000 surge o PU de Vila de Rei que se assumiu como o instrumento regulador de toda a dinâmica urbanística da sede de concelho. Por fim, foi implementado o PP do Vale Galego, precisamente uma das áreas onde foi possível apurar uma maior dinâmica.

Gráfico 35. Distribuição territorial dos processos compreendidos entre 1998 e 2015 na localidade de Vila de Rei (excluindo as zonas industriais)



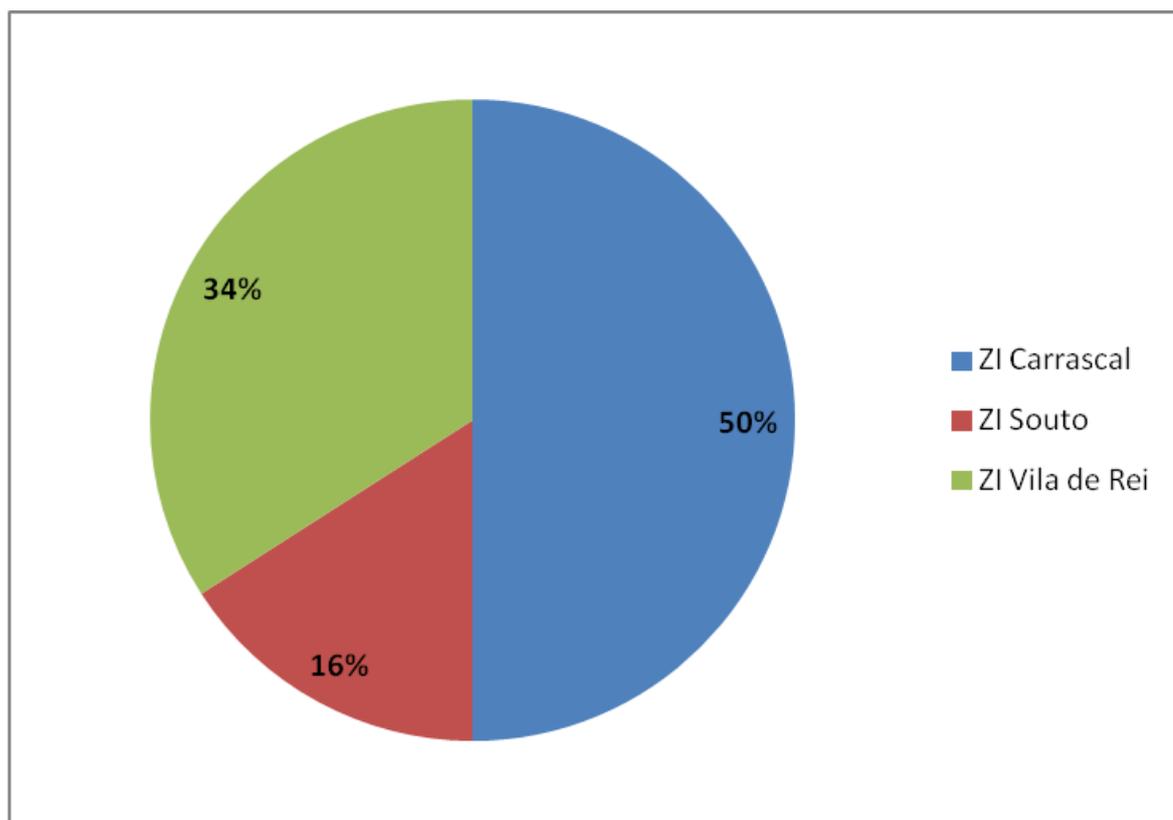
Fonte: Processos de Obras Particulares (POP) entre 1998 e 2015, CMVR, novembro 2015

Em relação à localidade de Fundada foram considerados os processos afetos às localidades de Fundada (propriamente dita) com 49% do total dos processos, de Silveira com 38% e do Fouto com 13%.

Quanto à localidade de Estevais foi considerado também um processo urbanístico adstrito a Estevão e a localidade de Vale da Urra foi toda agregada numa só pela junção das localidades de Vale da Urra, Vale da Urra Cimeira, Vale da Urra do Meio e Vale da Urra Fundeira.

Relativamente aos processos ocorridos nas três zonas industriais, estes perfazem 4,2% do total de processos urbanísticos e tiveram uma maior incidência na zona industrial do Carrascal com 50% dos processos, enquanto a zona industrial de Vila de Rei e do Souto registaram, 34% e 16%, respetivamente (ver gráfico seguinte).

Gráfico 36. Distribuição dos processos urbanísticos compreendidos entre 1998 e 2015 pelas três zonas industriais de Vila de Rei



Fonte: Processos de Obras Particulares (POP) entre 1998 e 2015, CMVR, novembro 2015

Merece também referência as localidades onde a dinâmica urbanística foi menos expressiva, e mesmo inexistente, tendo-se para o efeito construído o quadro seguinte, no qual se explicita as localidades com menos de cinco processos urbanísticos compreendidos entre 1998 e 2015.

**Quadro 33. Localidades do município de Vila de Rei com menos de cinco processos urbanísticos compreendidos entre 1998 e 2015**

5 Processos	4 Processos	3 Processos	2 Processos	1 Processos	0 Processos
Borda da Ribeira	Casal Novo	Aldeia do Couço	Brejo do Cerro	Azenha do Meio	Arrancoeira
Brejo Fundeiro	Cidreiro	Almofala	Casais da Pereira	Azenha Cimeira	Braçal
Cabecinha	Malhada	Valadinhas	Casal Cimeiro	Azenha Fundeira	Brejo Cimeiro
Lousa	Milriça	Fonte das Eiras	Ladeira	Casal Formoso	Carregueira - Marinha
Pisão Fundeiro	Quinta das Laranjeiras	Lameirão	Portela do Curral	Cercadas	Charneca
Salavisa	Vale das Casas	Relva do Boi	São Martinho	Couço Cimeiro	Eira
Seada	Zevão		Portela dos Colos	Fundo da Lameira	Escalvadoiro
Vale Velido			Abrunheiro Pequeno	Isna Velha	Francilheira
Vilar Chão				Marmoural	Isna Nova
Ribeira do Algar				Penedo Furado	Macieira
Abrunheiro Grande				Pereiro Fundeiro	Olho de Água
				Pinheira	Orgueira
				Ribeiros	Ponte de Codes
				Lameira da Portela	Vale dos Solteiros
				Vale da Ferreira	Varzea de Ordem
				Lameira do Cabo	Varzeas
				Saborosa	Videiral

Fonte: Processos de Obras Particulares (POP) entre 1998 e 2015, CMVR, novembro 2015

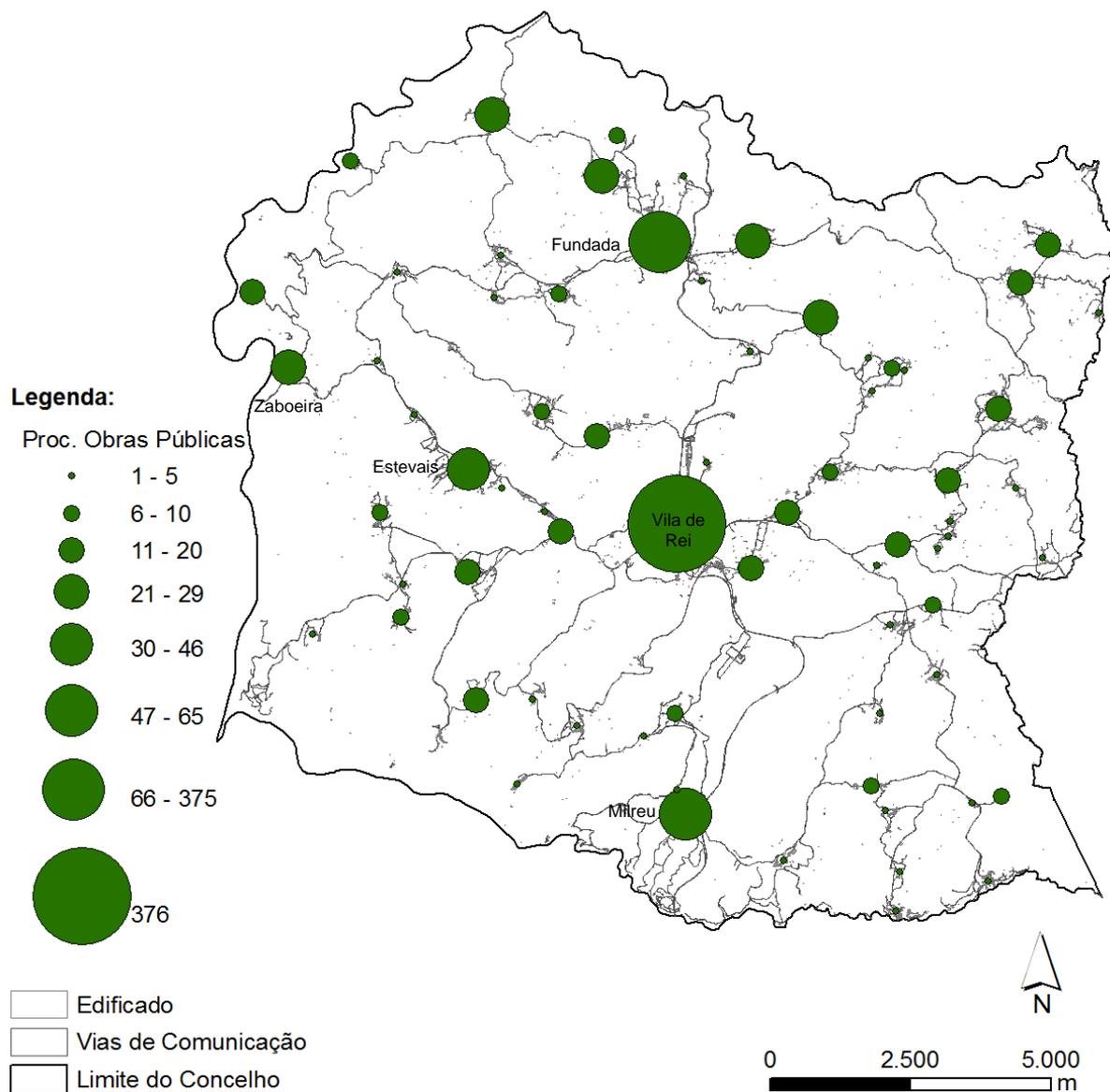
Por último, elaborou-se uma planta temática com a distribuição territorial dos processos urbanísticos compreendidos entre 1998 e 2015 pelas localidades do município de Vila de Rei, que pretende sistematizar a análise realizada.

Para o efeito foram utilizados os limites dos perímetros do PDM em vigor tendo-se procedido à sua identificação e à atribuição de um número de identificação. Este exercício encontra-se no Anexo II do presente relatório, tendo sido necessário dividir o território em diferentes quadrantes para uma cabal legibilidade da informação. A partir desta base, que embora não contemple a totalidade dos lugares existentes no município de Vila de Rei (dado que alguns desses lugares não constituem perímetros do PDM em vigor), está-se em presença de uma base bastante completa e representativa do espectro do povoamento no território municipal.

Assim, com o auxílio da figura seguinte, é possível observar a prevalência de processos urbanísticos na localidade de Vila de Rei, sede de concelho, seguido das localidades de Fundada, Milreu e Estevais. Percebe-se a existência de um eixo longitudinal, constituído pela EN2 que atravessa todo o território de Vila de Rei, onde se alicerçam as principais dinâmicas urbanísticas do concelho, dado que, é ao longo da EN2 que se situam Vila de Rei, Fundada e Milreu. Complementarmente denota-se também, a existência de um eixo

transversal, apoiado no troço poente da ER348 que cruza o concelho e estabelece a ligação entre o Rio Zêzere e Vila de Rei. Ao longo deste troço da ER348 estão situadas as localidades de Estevais e Zaboeira, as quais apresentaram uma dinâmica urbanística relevante.

Figura 7. Distribuição territorial dos processos urbanísticos compreendidos entre 1998 e 2015 pelas localidades do município de Vila de Rei



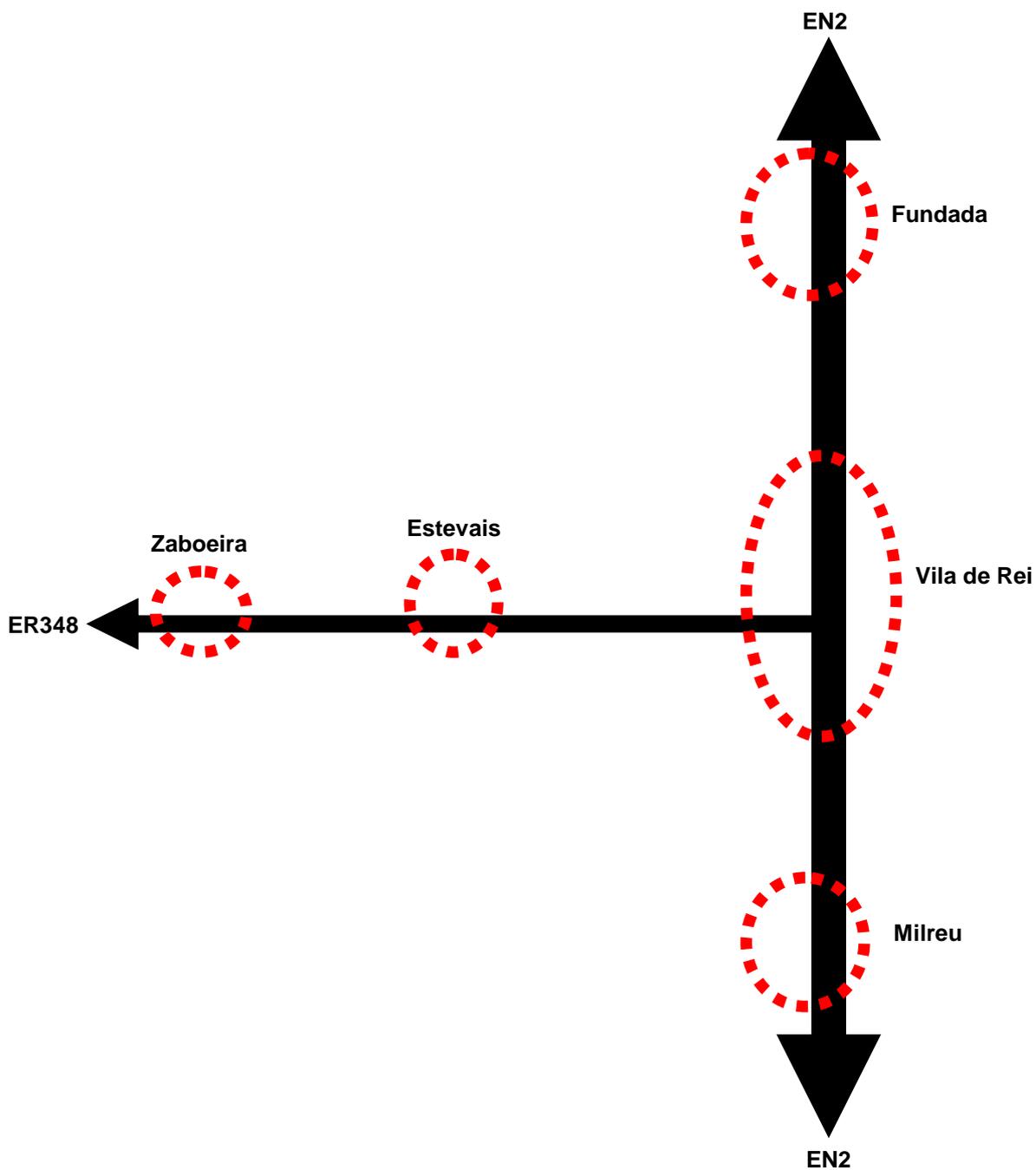
Fonte: Processos de Obras Particulares (POP) entre 1998 e 2015, CMVR, novembro 2015

Como síntese, as principais dinâmicas urbanísticas tiveram lugar nos seguintes eixos de urbanização:

- Eixo de urbanização da EN2;
- Eixo de urbanização da ER348 (troço oeste).

Na figura seguinte ilustra-se de forma esquemática os principais eixos de urbanização do município de Vila Rei consubstanciados no volume de processos urbanísticos ocorridos entre 1998 e 2015.

Figura 8. Principais eixos de urbanização do município de Vila de Rei



## **ANEXOS**

## ANEXO I

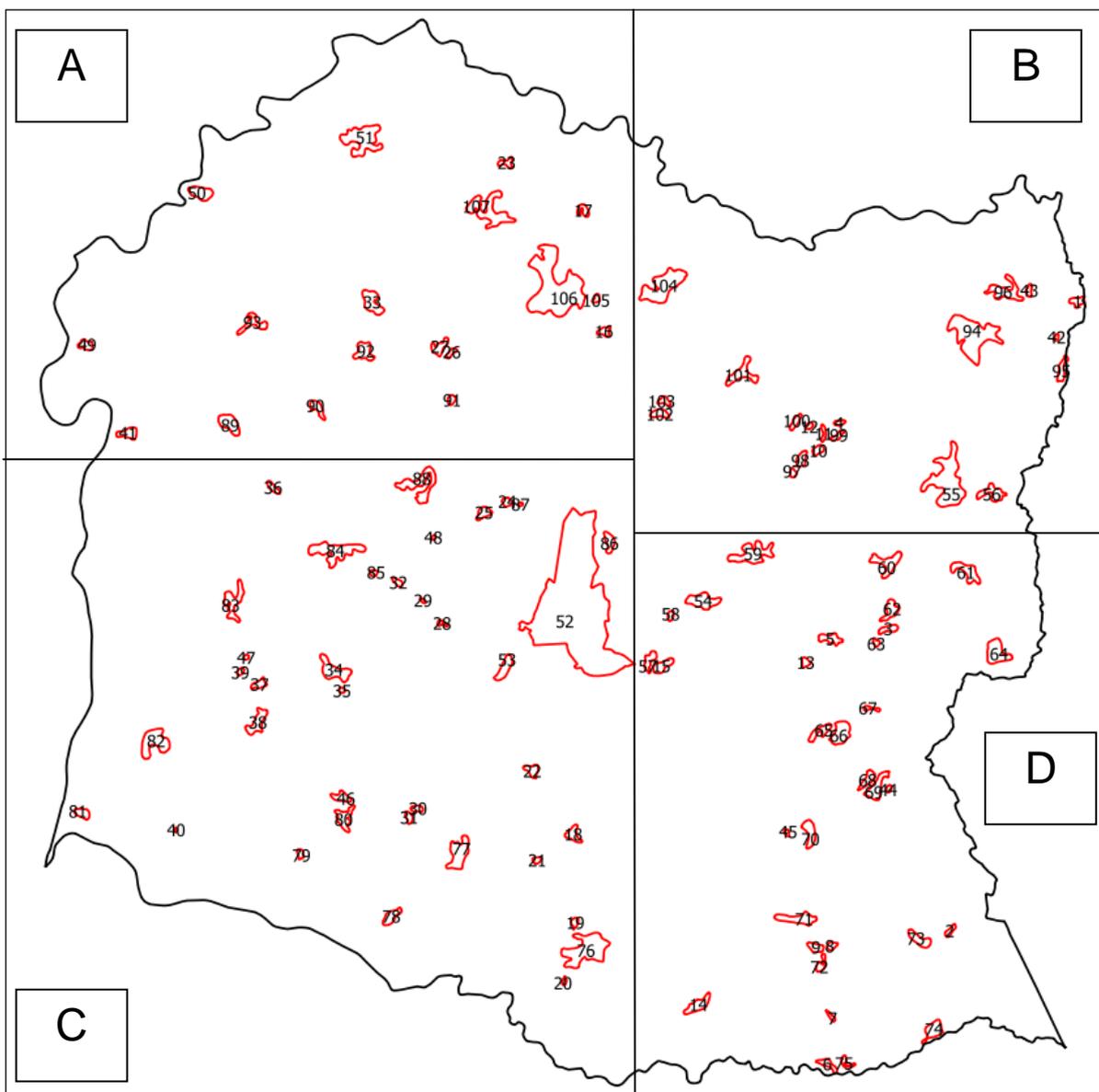
## Distribuição dos processos urbanísticos ocorridos entre 1998 e 2015 pelas localidades do município de Vila de Rei

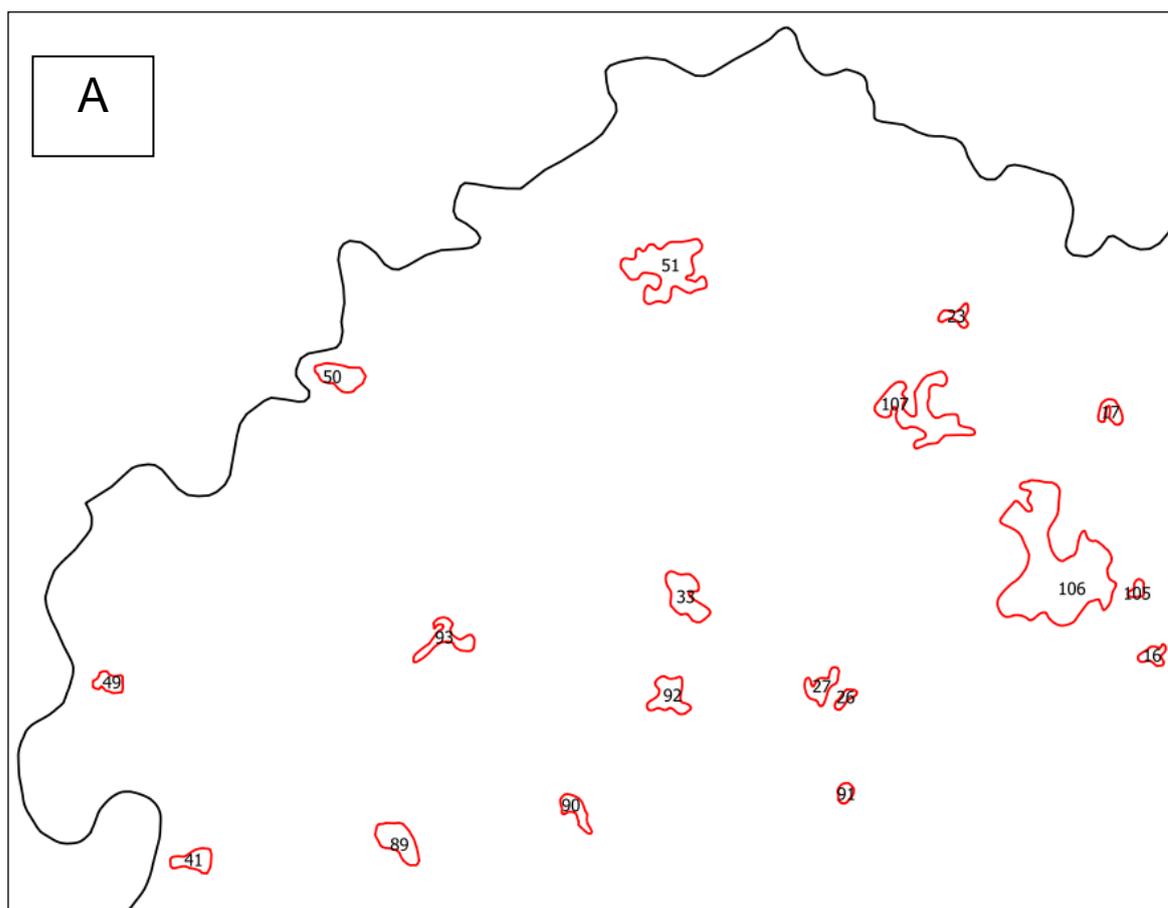
Localidade	Processos	Localidade	Processos	Localidade	Processos
<b>Fundada</b>	<b>174</b>	<b>Vila de Rei</b>	<b>826</b>	<b>Vila de Rei</b>	<b>826</b>
Abrunheiro Grande	5	Azenha Fundeira	1	Penedo	13
Abrunheiro Pequeno	2	Boafarinha	9	Penedo Furado	1
Cabeça do Poço	22	Borda da Ribeira	5	Pereiro Cimeiro	8
Covão Fundo	1	Borreiros	8	Pereiro Fundeiro	1
Fonte das Eiras	3	Brejo do Cerro	2	Pinheira	1
Fouto	7	Brejo Fundeiro	5	Pisão Cimeiro	9
Fundada	34	Cabecinha	5	Pisão Fundeiro	5
Lagoa	1	Carrascal	10	Portela	17
Lagoa Cimeira	13	Casais da Pereira	2	Portela do Curral	2
Lagoa Fundeira	10	Casal Cimeiro	2	Quinta das Laranjeiras	4
Lameira do Cabo	1	Casal Formoso	1	Quinta do Pranto	7
Lameirão	3	Casal Novo	4	Relva	21
Monte Novo	7	Cercadas	1	Ribeiros	1
Quinta do Lado	1	Cidreiro	4	Salavisa	5
Relva do Boi	3	Corga da Mata	1	São Martinho	2
Ribeira	8	Couço Cimeiro	1	Seada	5
Saborosa	1	Cumeada	1	Trutas	8
Serrado	1	Devesa	8	Valadas	7
Silveira	25	Eira Velha	11	Valadinhas	3
Vilar do Ruivo	26	Estevais	29	Vale	1
<b>São João do Peso</b>	<b>40</b>	Estevão	1	Vale da Urra	11
Lameira da Portela	1	Fernandaires	9	Vale da Urra Cimeira	2
Portela dos Colos	2	Fonte Boa	9	Vale da Urra do Meio	1
Ribeira do Algar	5	Fundo da Lameira	1	Vale da Urra Fundeiro	1
São João do Peso	17	Isna Velha	1	Vale das Casas	4
Sesmarias	14	Ladeira	2	Vale do Grou	101
Vale da Ferreira	1	Lameirancha	6	Vale Galego	51
<b>Vila de Rei</b>	<b>826</b>	Lavadouro	15	Vale Velido	5
Água Formosa	9	Lousa	5	Vila de Rei	152
Aivado	8	Malhada	4	Vilar	12
Alcamim	12	Marmoural	1	Vilar Chão	5
Aldeia do Couço	3	Milreu	47	Zaboeira	22
Almofala	3	Milriça	4	Zevão	4
Aveleira	12	Outeiro	1	ZI Carrascal	22
Azenha	1	Palhota	11	ZI Souto	7
Azenha Cimeiro	1	Paredes	14	ZI Vila de Rei	15
				<b>Total Geral</b>	<b>1040</b>

Fonte: Processos de Obras Particulares (POP) entre 1998 e 2015, CMVR, novembro 2015

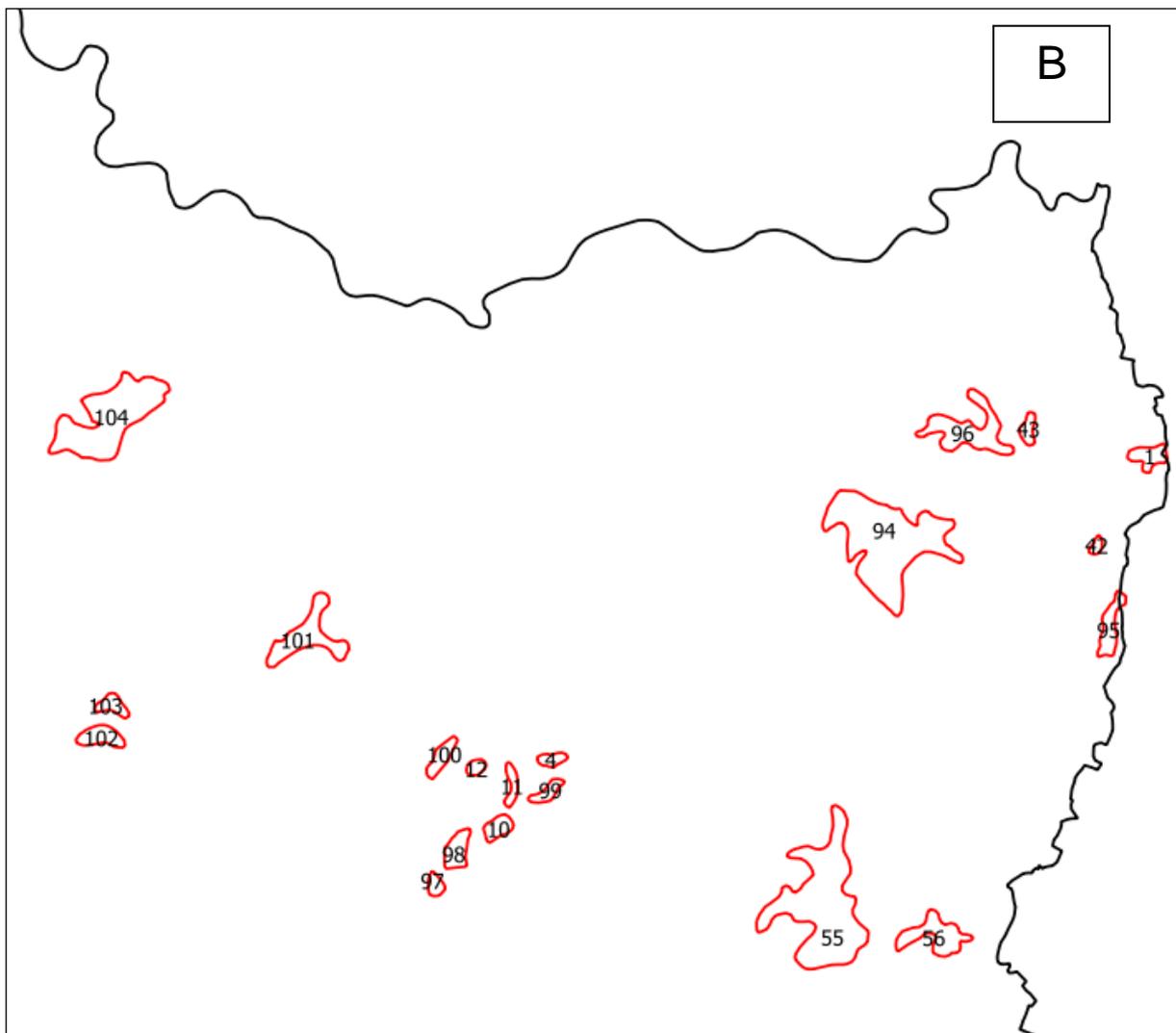
## ANEXO II

Planta com os limites dos perímetros do PDM em vigor



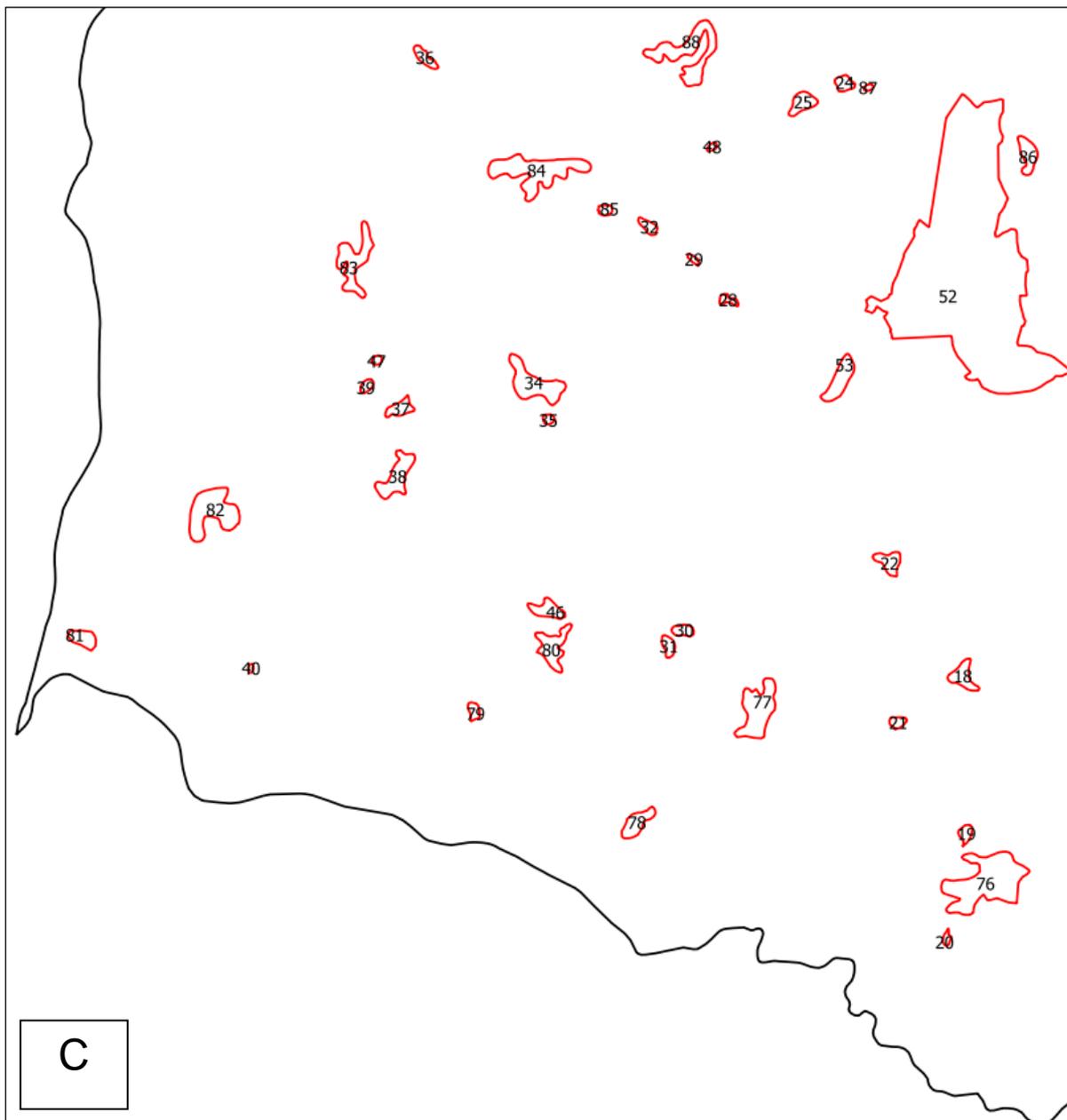


Quadrante	ID	Localidade	Freguesia
A	16	Fonte das Eiras	Fundada
	17	Relva do Boi	Fundada
	23	Monte Novo	Fundada
	26	Ribeira	Fundada
	27	Ribeira	Fundada
	33	Abrunheiro Grande	Fundada
	41	Zaboeira	Vila de Rei
	49	Alcamim	Vila de Rei
	50	Fernandaires	Vila de Rei
	51	Vilar do Ruivo	Fundada
	89	Zevão	Vila de Rei
	90	Orgueira	Vila de Rei
	91	Aldeia	Fundada
	92	Abrunheiro Pequeno	Fundada
	93	Seada	Vila de Rei
	105	Fundada (bolsa este)	Fundada
	106	Fundada (Silveira / Fouto)	Fundada
	107	Lagoa Cimeira / Lagoa Fundeira	Fundada

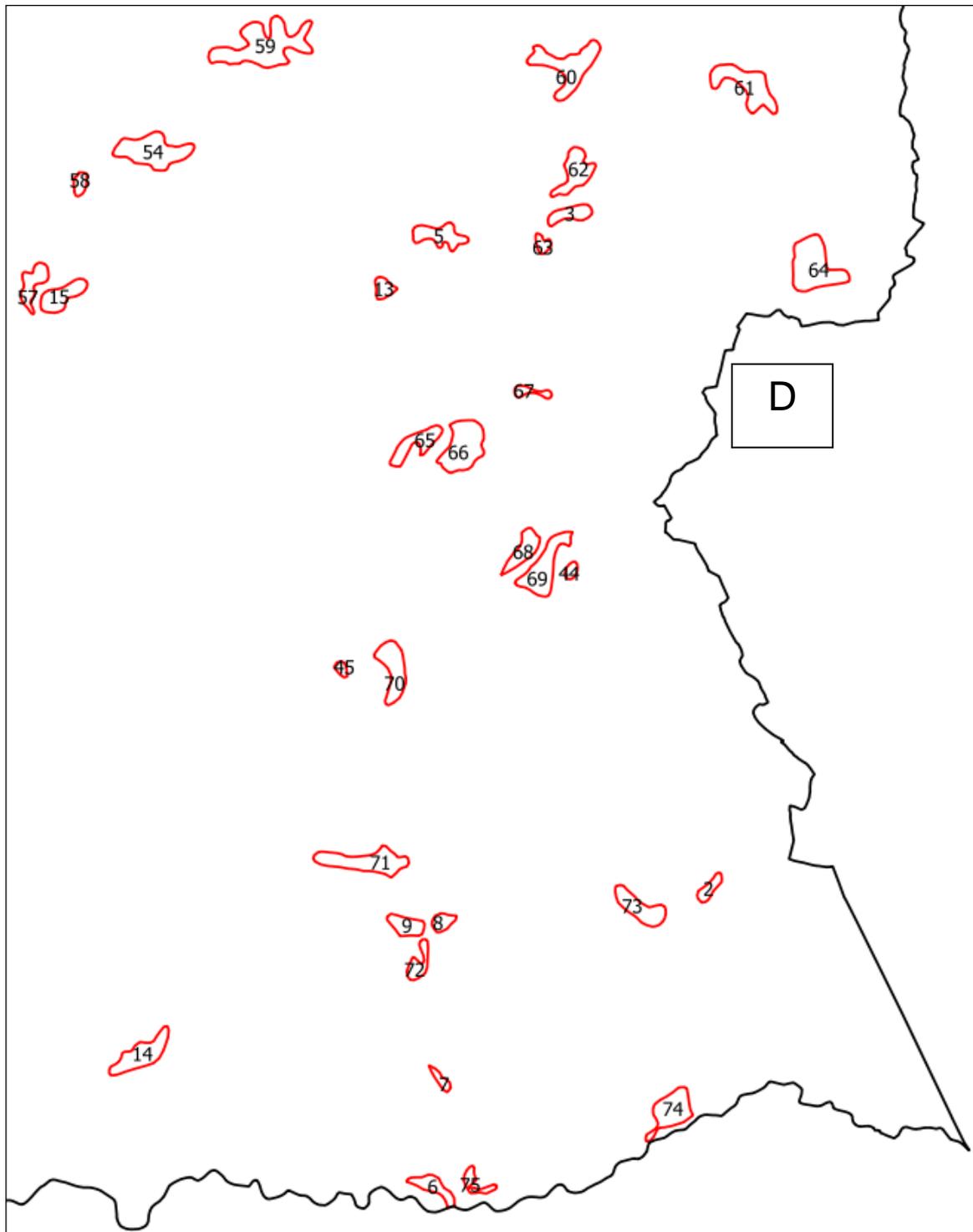


Quadrante	ID	Localidade	Freguesia
B	1	Portela dos Colos	São João do Peso
	4	Fundo da Lameira	Vila de Rei
	10	Borreiros	Vila de Rei
	11	Borreiros	Vila de Rei
	12	Borreiros	Vila de Rei
	42	Lameiras do Algar	São João do Peso
	43	Cimo do Valongo	São João do Peso
	55	Vale da Urra	Vila de Rei
	56	Várzeas	Vila de Rei
	94	São João do Peso	São João do Peso
	95	Ribeira do Algar	São João do Peso
	96	Sesmarias	São João do Peso
	97	Casal Cimeiro	Vila de Rei
	98	Casal Cimeiro	Vila de Rei
	99	Fundo da Lameira	Vila de Rei

Quadrante	ID	Localidade	Freguesia
	100	Casal Formoso	Vila de Rei
	101	Relva	Vila de Rei
	102	Milriça	Vila de Rei
	103	Milriça	Vila de Rei
	104	Cabeça do Poço	Fundada



Quadrante	ID	Localidade	Freguesia
C	18	Pisão Cimeiro	Vila de Rei
	19	Casais da Pereira	Vila de Rei
	20	Milreu	Vila de Rei
	21	Pisão Fundeiro	Vila de Rei
	22	Brejo Cimeiro	Vila de Rei
	24	Lavadouro	Vila de Rei
	25	Lavadouro	Vila de Rei
	28	Paredes	Vila de Rei
	29	Azenha Cimeira	Vila de Rei
	30	Cercadas	Vila de Rei
	31	Cercadas	Vila de Rei
	32	Azenha do Meio	Vila de Rei
	34	Vilar e São Martinho	Vila de Rei
	35	Vilar (bolsa sul)	Vila de Rei
	36	Vale do Velido	Vila de Rei
	37	Valadinhas / Charneca	Vila de Rei
	38	Valadas	Vila de Rei
	39	Valadinhas / Charneca	Vila de Rei
	40	Carregueira	Vila de Rei
	46	Aveleira	Vila de Rei
	47	Valadinhas / Charneca	Vila de Rei
	48	Escalvadouro	Vila de Rei
	52	Vila de Rei	Vila de Rei
	53	Vila de Rei (bolsa sul)	Vila de Rei
	76	Milreu	Vila de Rei
	77	Brejo Fundeiro	Vila de Rei
	78	Cabecinha	Vila de Rei
	79	Macieira	Vila de Rei
	80	Aveleira	Vila de Rei
	81	Arrancoeira	Vila de Rei
	82	Malhada	Vila de Rei
	83	Trutas	Vila de Rei
	84	Estevais	Vila de Rei
85	Azenha Fundeira	Vila de Rei	
86	Cidreiro	Vila de Rei	
87	Lavadouro	Vila de Rei	
88	Aivado	Vila de Rei	



Quadrante	ID	Localidade	Freguesia
D	2	Pereiro Cimeiro	Vila de Rei
	3	Portela do Curral	Vila de Rei
	5	Palhota	Vila de Rei
	6	Borda da Ribeira	Vila de Rei
	7	Marmoural	Vila de Rei
	8	Vale das Casas	Vila de Rei
	9	Vale das Casas	Vila de Rei
	13	Almofala	Vila de Rei
	14	Lousa	Vila de Rei
	15	Penedo	Vila de Rei
	44	Ribeiros	Vila de Rei
	45	Vilar Chão	Vila de Rei
	54	Portela	Vila de Rei
	57	Penedo	Vila de Rei
	58	Varzea de Ordem	Vila de Rei
	59	Boa Farinha	Vila de Rei
	60	Eira Velha	Vila de Rei
	61	Salavisa	Vila de Rei
	62	Aldeia do Couço	Vila de Rei
	63	Couço Cimeiro	Vila de Rei
	64	Ladeira	Vila de Rei
	65	Quinta das Laranjeiras	Vila de Rei
	66	Quinta das Laranjeiras	Vila de Rei
	67	Fonte Boa	Vila de Rei
	68	Ribeiros	Vila de Rei
	69	Ribeiros	Vila de Rei
70	Vilar Chão	Vila de Rei	
71	Água Formosa	Vila de Rei	
72	Vale das Casas	Vila de Rei	
73	Pereiro Fundeiro	Vila de Rei	
74	Casal Novo	Vila de Rei	
75	Borda da Ribeira	Vila de Rei	